UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRICOLA

A EXTENSÃO RURAL NA FUNDAÇÃO ITESP: CAMINHOS E DESCAMINHOS DO ENSINO APRENDIZAGEM

FRANCISCO FEITOSA ALVES SOBRINHO

CAMPINAS
DEZEMBRO DE 2008

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRICOLA

A EXTENSÃO RURAL NA FUNDAÇÃO ITESP: CAMINHOS E DESCAMINHOS DO ENSINO APRENDIZAGEM

Dissertação de Mestrado submetido à banca examinadora para obtenção do título de Mestre em Engenharia Agrícola na área de concentração de Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável.

FRANCISCO FEITOSA ALVES SOBRINHO
Orientadora: Profª. Drª. MARIA ANGELA FAGNANI

CAMPINAS
DEZEMBRO DE 2008

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA ÁREA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - BAE - UNICAMP

AL87e

Alves Sobrinho, Francisco Feitosa
A extensão rural na fundação ITESP: caminhos e descaminhos do ensino aprendizagem / Francisco Feitosa Alves Sobrinho. --Campinas, SP: [s.n.], 2008.

Orientador: Maria Angela Fagnani.
Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

1. Extensão rural. 2. Assentamentos rurais. 3. Agricultura familiar. 4. Desenvolvimento sustentável. I. Fagnani, Maria Angela. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Agrícola. III. Título.

Título em Inglês: The rural extension in the foundation ITESP: paths and setbacks ways of teaching and laearning
Palavras-chave em Inglês: Rural extension, Rural settlements, Development sustainable, Family farms
Área de concentração: Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável
Titulação: Mestre em Engenharia Agrícola
Banca examinadora: Izabel Carvalho, Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco
Data da defesa: 05/12/2008
Programa de Pós Graduação: Engenharia Agricola

Este exemplar corresponde à redação final da **Dissertação de Mestrado** defendida por **Francisco Feitosa Alves Sobrinho**, aprovada pela Comissão Julgadora em 05 de dezembro de 2008, na Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas.

Profª. Drª. Maria Angela Fagnani – Presidente e Orientadora
Feagri/Unicamp

Profª. Drª. Izabel de Carvalho - Membro Titular
FCA/Unesp

Profª. Drª. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco – Membro Titular
Feagri/Unicamp

Faculdade de Engenharia Agrícola Unicamp

Dedico este trabalho

A meus pais, José e Elsa, agricultores familiares, do sertão Piauiense que iniciaram minha formação cultural.

À minha esposa Ana e filhos Camila, Paula e Michael pela ausência consentida.

Trate as pessoas como se elas
fossem o que deveriam ser e
você ajuda-las-á a se tornarem
aquilo que são capazes de ser.
(Goethe)

AGRADECIMENTOS

À Profª. Drª. Maria Ângela Fagnani por ter aceitado ser minha orientadora e jogar luz - “educere” -, iluminando, inspirando e dirigindo o meu pensar.

Às Profª(s). Drª(s). Izabel Carvalho e Stella pelas valiosas dicas e apontamentos no exame de qualificação.

À Profª. Drª. Sonia Maria Pereira Pessoa Bergamasco pela iniciação na área das ciências sociais na época da minha graduação e agora novamente renovada na Pós-graduação.

À Fundação ITESP por prover e permitir a oportunidade de fazer o curso de Pós-graduação.

À FEAGRI pela oportunidade de participar de seu programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Aos colegas e companheiros extensionistas do ITESP, incansáveis lutadores pela causa da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar.

Aos companheiros Carlos Medeiros (Carlão) e Maria Judith (Maju) que me abriram as portas do IAF, e ao Mauro Castellani (Maurão) e Izabel Dorizzotto (Bel) para a realização de estágio profissional no Pontal do Paranapanema, iniciando a minha carreira no ITESP.

Aos agricultores assentados, pelos ensinamentos durante todo este tempo de trabalho.

Aos colegas do GTC de Itapeva, (Marli, Júnia, Silmara, Abdo, Carlos, Paulo, Samuel, Silvio, Wilson) pela compreensão do tempo dispensado ao trabalho.

Ao colega Calió, que foi meu consultor para assuntos da Língua Portuguesa.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS ..... **VI**

LISTA DE FGURAS E QUADROS ..... **IX**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS ..... **X**

RESUMO ..... **XI**

ABSTRACT ..... **XII**

1 INTRODUÇÃO **1**

1.1. O problema estudado, objetivos gerais e específicos. 1
1.1.1. Objetivo geral *3*
1.1.2. Objetivos específicos *3*
1.2. Procedimentos metodológicos. 4
1.2.1. Abordagem e aproximação do objeto do estudo. *5*
1.2.1. Hipótese central do trabalho. *6*

2 A FORMAÇÃO INSTITUCIONAL DO ITESP. **7**

2.1 O impulso e as motivações que deram origem ao ITESP. 7
2.2 A organização pública – aparelho de Estado (Características). 10
2.2.1 Estabelecendo o sentido e significação sobre grupos, organizações e instituições. *11*
2.2.2 O desafio da continuidade e descontinuidade em organizações públicas. *13*
2.2.3 O 'movimento instituinte', a luta pelo 'poder' de influir na organização. *13*
2.3 As fases de desenvolvimento institucional de uma organização e a correlação com a formação do ITESP. 16
2.3.1 A fase pioneira – 'improvisar em resposta as necessidades' dos trabalhadores rurais. *17*
2.3.2 A fase da diferenciação – 'crescer sem perder a identidade originária'. *18*
2.3.3 A fase da integração – 'criando uma organização - moldando a instituição'. *19*
2.3.4 A fase da adaptação, modernização ou termino consciente – vocação pela Agricultura Familiar. *22*
2.4 Fatos históricos relativos à formação institucional do ITESP. 24

3 O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E A FORMAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS DE TRABALHADORES RURAIS. **28**

3.1 Estabelecendo o sentido e a significação de Desenvolvimento rural sustentável. 28
3.2 A agricultura familiar e os assentamentos rurais. 30
3.3 O desenvolvimento dos assentamentos e suas fases. 32
3.3.1 Fase – A: IMPLANTAÇÃO. *32*
3.3.2 Fase – B: DESENVOLVIMENTO. *34*
3.3.3 Fase – C: CONSOLIDAÇÃO. *36*
3.4 A Luta por terra, a questão agrária e os assentamentos – uso das terras públicas estaduais. 37
3.5 Os aspectos da lei 4.957/85 – pontos relevantes. 39

4 A EXTENSÃO RURAL **44**

4.1 ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural – estabelecendo sentidos e significações. 45
4.2 A Extensão Rural Como Processo Educativo – Fundamentos. 47
4.2.1 A pedagogia de transmissão *48*
4.2.2 A pedagogia do condicionamento *49*
4.2.3 A pedagogia da problematização. *50*
4.3 O processo do ensino-aprendizagem. 51
4.4 A Extensão rural no Brasil – breve histórico e características. 52
4.5 A extensão rural no ITESP e o desenvolvimento dos assentamentos rurais (superar os limites de ação do Estado). 57

4.5.1 A fase pioneira - a ATER 'militante' – de 1984 a 1991. ..... *58*
4.5.2 A fase da diferenciação – a ATER 'dos bombeiros' a 'educadores' – de 1991 a 1999. ..... *63*
4.5.3 A fase da integração – a ATER ' dos agentes sociais a agentes de ATER' – de 2000 aos dias atuais *70*
4.5.4 A ETAF – Escola Técnica de Agricultura Familiar e a Extensão Rural. *74*

5 LIMITES DA AÇÃO DO ESTADO QUE AFETAM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS ASSENTAMENTOS. **81**

5.1 SENTIDOS, REPRESENTAÇÃO E SIGNIFICAÇÃO DE 'LIMITES DE AÇÃO DO ESTADO' 82
5.2 ASPECTOS PRESENTES NAS AÇÕES DE ATER QUE CONTRIBUEM COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS ASSENTAMENTOS, AO SUPERAR OS 'LIMITES DE AÇÃO DO ESTADO'. 84
5.2.1 O aspecto da 'participação' – os caminhos da ATER *85*
5.2.2 A 'ação e reflexão' – 'movimento instituinte' – caminhos de ATER *86*
5.2.3 A 'capacitação – animação' – caminhos da ATER. *87*
5.2.4 O 'diálogo permanente e a mediação' – caminhos da ATER. *88*
5.2.5 Contradições na Ação de ATER do ITESP. *88*

6 CONCLUSÕES **90**

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **93**

LISTA DE FGURAS E QUADROS

Figura 1 : método do arco de MAGUEREZ. 50
Figura 2: alunos preparando vacinação com orientação do veterinário do ITESP – Fonte: (GTC ITESP – Itapeva), 2002. 78
Figura 3: alunos realizando coleta de amostra de solos para plantio – Fonte: (GTC ITESP – Itapeva), 2002. 78
Figura 4: Aula prática sobre cultivo da bananeira – Fonte: (GTC ITESP – Itapeva), 2002 79
Figura 5 : situação gráfica do grau de controle do Estado e as correspondentes situações de 'participação'. 85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária

ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

ATRA - Assessoria Técnica de Revisão Agrária

CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CEAGESP – Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerias de São Paulo

CEPAM – Centro de Estudos em Administração Municipal

CESP – Companhia Energética de São Paulo

DAF – Departamento de Assentamento Fundiário

ETAF – Escola Técnica de Agricultura Familiar

FEPASA – Ferrovias Paulista Sociedade Anônima

FUNDUNESP – Fundação para o Desenvolvimento da UNESP

GTC – Grupo Técnico de Campo

IAF - Instituto de Assuntos Fundiários

ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo

INCRA - Instituto de colonização e Reforma Agrária

LBA – Legião Brasileira de Assistência

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNATER – Política Nacional de ATER

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PVTP – Plano de Valorização das Terras Públicas

UNESP – Universidade Estadual Paulista

RESUMO

Este trabalho analisa ‘os limites de ação do Estado’ às ações de ATER no desenvolvimento sustentável dos assentamentos de trabalhadores rurais sem terra, feito pelo ITESP no Estado de São Paulo, a partir de 1980.

O trabalho aborda a formação e o desenvolvimento institucional de um aparelho de Estado, no caso o ITESP, as ações de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural, como política pública responsável pelo desenvolvimento dos assentamentos de trabalhadores rurais.

Apresenta os aspectos e as fases de desenvolvimento dos assentamentos de trabalhadores rurais.

Traça um panorama sobre a Extensão Rural, suas fases no Brasil e a desenvolvida pela ITESP correlacionando-as e traçando uma análise sobre os aspectos pedagógicos do ensino – aprendizagem.

Por último traça uma análise sobre ‘os limites de ação do Estado’ e suas implicações (caminhos e descaminhos) sobre as ações de ATER do ITESP e o desenvolvimento sustentável dos assentamentos e as possibilidades de atuação na agricultura familiar.

ABSTRACT

This study examines 'the limits of action of the State' on actions of ATER in the sustainable development of settlements of landless rural workers, made by ITESP in the State of Sao Paulo, from 1980.

The work deals with training and development of an institutional apparatus of state, where the ITESP, the actions of ATER - Technical Assistance and Rural Extension, as public policy responsible for the development of settlements of rural workers.

It presents the aspects and stages of development of settlements of rural workers.

It presents an overview on the Extension Rural, their stages in Brazil and developed by them and correlating ITESP out an analysis on the pedagogical aspects of education - learning.

Finally provides an analysis of 'the limits of action of the State' and its implications ('paths' and 'setback') on the actions of the ATER's ITESP and sustainable development of settlements and the possibilities of action in small holder agriculture.

1 Introdução

O Estado procura criar e sustentar as condições de acumulação do capital e ao mesmo tempo, negar sua natureza classista através de mecanismos institucionais de legitimação, passando a idéia de que representa os interesses comuns e gerais de uma sociedade democrática. A Extensão Rural, processo de intervenção desse Estado, como política pública no âmbito da Reforma Agrária, sofre mudanças em função de contextos políticos e momentos históricos no seu interior. Entender essas mudanças e contradições, de como essa Extensão Rural foi estabelecida na Fundação ITESP para a implantação e o desenvolvimento dos assentamentos rurais é o objeto deste trabalho. Por fim, entender os limites que são estabelecidos na ação do Estado e o desenvolvimento da instituição, como aparelho estatal focado para esta ação. Descrever suas etapas, analisar a correlação entre fases e as mudanças de Governo ocorridas no período e que conseqüências trazem ao desenvolvimento sustentável dos assentamentos tendo como enfoque o ensino-aprendizagem, essência da extensão rural.

1.1. O problema estudado, objetivos gerais e específicos.

Este trabalho se propõe a investigar a extensão rural como principal ferramenta do Estado para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos no Estado de São Paulo a partir dos anos 80.

MASSELLI (1994) verifica a dificuldade de "democratizar a prática extensionista" apontando para "fatores limitantes" presentes tanto nos técnicos como nos agricultores. A pergunta de MASSELLI (1994) versa sobre a viabilidade de uma "nova extensão rural" a partir da condição de assentamentos rurais.

O presente estudo aprofunda, complementa a investigação de MASSELLI, parte do ponto em que abordou, abrange a extensão rural do ITESP desde o início de sua formação até os dias atuais. Complementa com o estudo sobre o desenvolvimento institucional do ITESP analisando os caminhos e descaminhos do aparelho estatal na prática extensionista confrontada com os 'limites de ação do Estado'.

Para chegarmos à essência do problema estudado fazem-se necessárias algumas caracterizações e definições a seguir apresentadas. O Estado é entendido como uma forma institucionalizada de poder público proveniente de relações sociais, respaldadas por marcos jurídicos legais relacionados com a produção material cuja essência principal é a acumulação privada. RODRIGUES (1994) com base em OFFE (1984), HABERMAS (1988), O'CONNOR (1997) e outros autores traz uma definição conceitual das funções do Estado que nos dá uma contribuição e dimensão adequada para a nossa análise, ao afirmar:

> Nesta base conceitual estão contidas as **duas principais funções** do Estado capitalista: **criar e sustentar as condições da acumulação privada de capital** e, ao mesmo tempo, **negar sua natureza classista** através de mecanismos institucionais de legitimação que asseguram um mínimo de aceitação e lealdade das massas, passando a idéia de que representa os interesses comuns e gerais de uma sociedade democrática. (RODRIGUES, 1994, p.7, grifos nosso)

O Estado pode induzir qualquer proposta de alteração do ambiente rural, propor mudanças ou mesmo estabelecer ações governamentais.

Assim, para atender a demanda e os conflitos de terra dos movimentos sociais pela criação e desenvolvimento de assentamentos rurais, o Estado se vale dos projetos e ações governamentais - "políticas públicas", no nosso caso, **a extensão rural**, como estratégia de intervenção reguladora estabelecendo uma complementaridade funcional entre o sistema de instituições políticas e o sistema econômico, tomando conta do conflito estabelecido. Portanto negando o caráter classista, como representante dos interesses comuns e gerais da sociedade democrática. Esta contradição cria um campo de forças estabelecendo polaridades que interferem na ação prática do extensionista que fica entre os limites estabelecidos pelo Estado e os reais interesses da classe social que demandou a criação e desenvolvimento do assentamento. Esse "campo de forças" gera caminhos e descaminhos na ação extensionista, ora atendendo os controles do Estado e ora satisfazendo as necessidades dos agricultores assentados. Essa força é caracterizada como o "poder" soberano do Estado de se impor diante das vontades individuais, mas também a existe a força do "poder" do extensionista, pela natureza da extensão rural, como capacidade de influenciar as ações do aparelho estatal – da organização estatal responsável pela ação extensionista – em atender as necessidades da classe dos trabalhadores rurais, para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Neste sentido, CAPORAL (1991) destaca que:

> [...] qualquer mudança que possa ser sugerida **na prática dos extensionistas**, para ter coerência, **precisa conhecer**, antes, **os mecanismos que interferem na elaboração desta prática**, não só por parte daqueles **que estudam e propugnam por mudanças**, desde **fora dos aparelhos**, como, sobretudo, por **aqueles que são agentes da prática** e que, por vezes, **se defrontam com os limites a ela impostos**, **sem saber de onde surgem e como poderiam ser superadas**. (CAPORAL, 1991, p.1, grifo nosso).

Sobre a formação institucional do aparelho estatal e os limites (estabelecidos, negociados e instituídos) da ação extensionista do (e dentro) Estado no desenvolvimento sustentável dos assentamentos de trabalhadores rurais, em São Paulo é, portanto, a essência do problema estudado, neste trabalho.

1.1.1. Objetivo geral

Realizar estudo sobre a atuação da extensão rural no desenvolvimento sustentável dos assentamentos de trabalhadores rurais e a formação do aparelho estatal para essa função, no Estado de São Paulo, diante da polaridade encontrada entre o Estado que cria e mantém a lógica da acumulação privada do capital, negando o caráter classista e o real atendimento das necessidades de desenvolvimento, demandada pelos trabalhadores rurais dos assentamentos.

1.1.2. Objetivos específicos

- Desvendar os limites impostos e os obstáculos à prática dos extensionistas que dificultam o desenvolvimento, na exata medida das necessidades dos agricultores;
- Trazer reflexões que contribuam na perspectiva de superação das condições de opressão, alienação e de massacre causado pela rotina dos agentes da extensão, na tentativa de superar os limites estabelecidos pelo Estado;
- Apontar ressignificações coletivas das compreensões da instituição - ITESP, articuladas com as condições sócio-históricas sugerindo referências contínuas e evolutivas;
- Registrar os conhecimentos de extensão rural produzidos pelo ITESP desde o inicio de sua formação histórica, mantendo o capital intelectual da instituição a disposição

dos novos servidores que irão chegar ou mesmo para terceiros, evitando a "erosão" deste capital com a saída dos extensionistas do órgão;

- Ter nesta pesquisa uma prática social, relevante, onde o pesquisador, antes na condição de extensionista, agora na atividade pesquisadora encontrar uma forma de ensino-aprendizagem, própria da extensão rural.

1.2. Procedimentos metodológicos.

Sendo a extensão rural o foco central deste objeto estudo, em ALMEIDA (1989) encontramos a consideração da extensão rural como categoria das ciências sociais e como tal os métodos que mais se aplicam às pesquisas de extensão rural são os emprestados destas ciências.

O presente trabalho foi, então, desenvolvido tendo como referência a pesquisa social baseada na técnica da pesquisa histórica. Segundo RICHARDSON (1999) a pesquisa histórica se preocupa com o registro escrito dos acontecimentos. Procura localizar, avaliar, sintetizar sistemática e objetivamente as "provas" para estabelecer os fatos e desta forma obter conclusões referentes aos acontecimentos passados. A pesquisa histórica tem dois objetivos básicos: produzir registro do passado e contribuir para a solução de problemas atuais através do exame de acontecimentos passados. Para tanto, o pesquisador pode atuar de duas maneiras: coleta-se a informação e descreve-se o problema no dado momento ou descreve o acontecimento através do tempo. A pesquisa histórica demanda, portanto, um intenso trabalho de análise bibliográfico-documental. Para este estudo, considerando a técnica da pesquisa histórica, foram analisados documentos do ITESP: internos (relatórios, resoluções, textos, apostilas e livros) e externos (artigos, teses e livros) que abordam direta e indiretamente o objeto da pesquisa.

Neste trabalho a pesquisa histórica foi combinada com o apoio da análise qualitativa. Esta análise qualitativa, proveniente da pesquisa qualitativa, no campo das ciências sociais, que adota diferentes métodos de investigação no estudo de um fenômeno, tanto pode encontrar sentido nos fatos desse fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas podem dar

a ele. CHIZZOTTI (2003) lista e refaz a trajetória da pesquisa qualitativa, e citando a evolução de seus marcos referenciais, afirma:

> [...] partilhando o pressuposto básico de que a investigação dos fenômenos humanos, sempre saturados de razão, liberdade e vontade, estão possuídos de características especificas: **criam e atribuem significados às coisas e às pessoas nas interações sociais** e estas podem ser **descritas e analisadas prescindindo de quantificações estatísticas**. (CHIZZOTI, 2003, p. 222, grifos nosso).

Com base na análise qualitativa dos conteúdos: discursos, depoimentos, narrativas, relatos, condutas, costumes e experiências presentes nos documentos analisados, validamos ou invalidamos os pressupostos apontados, as evidências indicadas.

Partiu-se, ainda, da experiência do pesquisador, que atua há mais de 20 anos, na área objeto da pesquisa.

1.2.1. Abordagem e aproximação do objeto do estudo.

Como forma de aproximação do problema estudado aprofundaremos nos próximos capítulos, as questões sobre a formação de uma instituição (aparelho) estatal que tem a função de aplicar uma política pública – a extensão rural, os fundamentos desta extensão rural, o desenvolvimento sustentável dos assentamentos, o Estado e os seus limites de ação.

Como se formou e se desenvolveu a organização dentro do Estado para a realização da extensão rural? De onde e como partiu o impulso e a motivação para a sua criação? Que caminho percorreu até chegar aos dias atuais? Como se comportou diante da polaridade contraditória do Estado entre manter a lógica da acumulação e negar o caráter classista em atender as necessidades dos agricultores assentados? Em que contextos se desenvolveu esta organização? Qual o futuro e que papel ela deve (deveria) desempenhar? Qual a relevância desta instituição (ITESP) para a agricultura familiar? Que extensão rural e quais princípios e fundamentos foram utilizados e construídos no desenvolvimento dos assentamentos? O que se entende por desenvolvimento sustentável de assentamentos? Que controles e limites o Estado apresenta que obstaculizam o atendimento das necessidades dos assentados? O que está por

traz desses controles e limites? É possível superar estes limites, de que forma? Estas perguntas orientadoras são exploradas no desenvolvimento do trabalho.

1.2.1. Hipótese central do trabalho.

O desenvolvimento sustentável dos assentamentos rurais pressupõe que a extensão rural considere em suas estratégias de ação o contexto e as necessidades destes trabalhadores. Para considerar o contexto e as necessidades dos trabalhadores a extensão rural precisa superar, contornar os limites, 'desatar os nós' estabelecidos à sua atuação pelo Estado.

2 A formação Institucional do ITESP.

Neste capítulo trata-se das motivações e do impulso que deram origem ao ITESP, de suas características como aparelho de Estado, suas fases de desenvolvimento contextualizadas com os fatos históricos de sua formação, com o enfoque para a Extensão rural no desenvolvimento dos assentamentos rurais e de sua vocação para o desenvolvimento rural sustentável centrado na agricultura familiar. Destacam-se as características que sofre, durante a sua formação institucional, por estar no meio de um campo de forças polarizado, entre ser uma organização do Estado e ter de atender, defender as necessidades dos trabalhadores assentados. Estas características são arroladas e analisadas nos itens subseqüentes deste Capitulo.

2.1 O impulso e as motivações que deram origem ao ITESP.

O impulso inicial de formação do ITESP se deu no contexto do processo de redemocratização da sociedade brasileira, a partir da década de 80. Veio a se materializar no Governo Montoro, eleito pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) que captou esta vontade da sociedade, na época. A demanda pela Reforma Agrária, grande motivadora da luta dos trabalhadores rurais, foi levada para o "grupo de agricultura – Madre Teodora" responsável pela formulação nesta área, da proposta do Governo Montoro. A articulação e motivação de atuação desta demanda (reforma agrária) fora levada para dentro do governo pela Comissão Agrária do PMDB-SP com a participação ativa de trabalhadores rurais e técnicos comprometidos com a questão agrária. Entre estes técnicos, destaca-se José Gomes da Silva, membro fundador da ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária que assume a pasta da Secretaria da Agricultura do governo Montoro e este convida outro técnico – Jose Eli da Veiga a integrar sua equipe na Secretaria.

Aqui, portanto, se dá a '**origem genética**' do ITESP quanto à procura de superação de limites do Estado como uma forma de atender as necessidades dos trabalhadores rurais.

José Eli tem como primeira tarefa criar e adequar a estrutura estatal existente, de forma que esta possa atender a demanda dos trabalhadores, dentro do contexto participativo e democrático. Assim, sua atuação se dá procurando mecanismos de contornar os limites do Estado, transformando a estrutura da ATRA – Assessoria Técnica de Revisão Agrária no IAF – Instituto de Assuntos Fundiários, conforme podemos extrair de sua fala:

> Minha primeira missão na Secretaria da Agricultura foi a de **transformar** a antiga ATRA, Assessoria Técnica de Revisão Agrária, que durante a ditadura se transformara em lata de lixo, no que veio a ser o Instituto de Assuntos Fundiários.
>
> Sabíamos que as possibilidades de intervenção do governo estadual em assuntos agrários **eram extremamente limitadas** em decorrência da distribuição de competências que a legislação federal estabelece nesta matéria [...]. Mas achávamos que **tais limitações não deveriam nos eximir de dever** de, pelo menos, tentar minorar alguns dos efeitos mais nocivos das distorções fundiárias. (VEIGA, 1990 a, p.36, grifos nosso).

A ABRA teve uma grande atuação, por meio de grupo de trabalho na formulação do anteprojeto de Lei sobre os Planos Públicos de Valorização e Aproveitamento dos Recursos Fundiários – PVTP e neste estava previsto a criação de uma autarquia. E com a autarquia[1] a expectativa era que se teria mais agilidade administrativa para superar os limites do Estado na implementação dos projetos de Assentamento. A proposta de criação desta autarquia sofre um revés, iniciando-se o primeiro descaminho presente na polaridade mencionada antes, tensa, entre atender as necessidade dos trabalhadores e a negação de classe pelo Estado. O ITESP nasce nesta disputa polar. Esta disputa teve seu 'limite' expandido pelo momento político democrático. Era o reconhecimento pelo o Estado dos direitos dos trabalhadores a terra e de terem uma instituição que os atendessem. Para ilustrar, transcrevo trecho de MASSELLI (1998):

> Cabe salientar que, distintamente dos demais estados da Federação, em São Paulo a **prestação de assistência técnica aos assentamentos não foi vinculada a nenhum órgão oficial pré-existente**, como a CATI, por exemplo.
>
> Resolveu-se criar **um novo espaço institucional**, onde **novas idéias democráticas pudessem ser desenvolvidas e efetivadas enquanto políticas públicas para o setor agrário**.
>
> [...]
>
> Uma vez **consolidado o assentamento**, a prestação de **assistência técnica passaria a ser de responsabilidade da Extensão Rural existente**, cabendo aos próprios trabalhadores exigir que esta atendesse suas necessidades.
>
> [...]

[1] Entidade da administração pública descentralizada, com personalidade jurídica de direito publico, com finalidades administrativas ou tipicamente estatais (instituições normativas, reguladoras de atividades econômicas ou sociais, ou prestadoras de serviços de natureza não econômica, como educação, previdência, cultura, etc.).

> Era o **estado democrático reconhecendo que os trabalhadores tinha o direito de ter acesso a terra e se propondo a negociar através do IAF**. (MASSELLI, 1998, p.49-50, grifos nosso).

Esta característica estará presente em sua formação institucional, bem como irá trazer reflexos na atuação da extensão rural. Para ilustrar a afirmação transcrevemos citação de comentário, sobre o anteprojeto de Lei do Plano de Valorização das Terras Publicas do Estado de São Paulo, da Revista ABRA, sob a editoria 'Legislação':

> A ABRA, através de alguns de seus membros, participou em 1983 de um **grupo de trabalho** formado por iniciativa da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, que **elaborou um Anteprojeto de Lei** dispondo sobre os Planos Públicos de Valorização e Aproveitamento dos Recursos Fundiários do Estado de São Paulo. Tal iniciativa, inédita nos últimos anos da administração pública do Estado, gerou uma grande expectativa por parte de seus colaboradores, principalmente pela participação de diversas entidades envolvidas no assunto.
>
> É importante relembrar que além das discussões sobre os planos propriamente ditos e suas etapas, **buscávamos a forma mais ágil, eficiente e menos burocrática e emperrada para garantir o seu pleno desenvolvimento**. Neste sentido, o grupo de trabalho **concluiu pela proposta de criação de uma autarquia**, vinculada a Secretaria de Agricultura e Abastecimento como instrumento da administração pública para garantir a concretização dos objetivos da lei.
>
> No entanto, o anteprojeto de Lei **sofreu modificações** por parte da Secretaria da Justiça do Estado de São Paulo. Essa **alteração eliminou da futura Lei** justamente a parte que permitiria a sua operacionalização, **negando a necessidade de criação da autarquia**. Desta forma, o Projeto de Lei nº 184 de 17 de Abril de 1985 enviado a Assembléia Legislativa pelo Sr. Governador do Estado **nos decepcionou**. Dos 21 artigos do anteprojeto original, restringiu-se a apenas 15 artigos, **eliminando**, como dissemos, **a criação da autarquia** que seria encarregada de executar a política fundiária do Estado. (ABRA, 1985, p.86, grifos nosso).

Verificamos, portanto que há uma força motivadora tanto de técnicos e trabalhadores rurais que impulsionaram pela criação da organização ITESP e a reação da estrutura burocrática do Estado em bloquear, controlar e limitar esta iniciativa. Aqui está identificado o verdadeiro campo de forças, polarizado que leva a caminhos (avanços) e descaminhos (retrocessos) neste processo. Estão, portanto, estabelecidas as fronteiras pela quais as ações de ATER terão que avançar ou retroceder em uma escala demarcada pelos 'limites de ação do Estado'.

2.2 A organização pública – aparelho de Estado (Características).

Para compreendermos a importância de uma organização de Estado na aplicação de uma política pública (extensão rural no nosso caso) faz-se necessário abranger o contexto em que o aparelho estatal se estabelece e como se dão sua formação estrutural e os processos que desencadeiam. As motivações pessoais, de quem está impulsionando a existência da organização são determinantes para a análise de como os agentes reagem às limitações do Estado. Esta afirmação encontra respaldo em CARVALHO, VIEIRA e LOPES (1999) conforme citação a seguir, transcrita:

> [...] Segundo Pettiggrew (1985) é **fundamental compreender o contexto** em que se situam as organizações **para poder entender suas estruturas e processos**. Para o autor, o contexto modela as decisões que são tomadas e desse modo facilita a previsibilidade da ação organizacional. Mas as **organizações não são elementos sociais coletivos passivos** e, por sua vez, modelam o próprio contexto, o que nos leva a traçar um quadro de interação complexa entre organizações e contextos em **permanente movimento dinâmico**, longe, portanto de configurar uma relação determinista e inequívoca. (CARVALHO, VIEIRA e LOPES, 1999, p.6, grifos nosso)

Desta forma, para compreendermos como as ações de extensão rural podem levar ao desenvolvimento sustentável dos assentamentos faz-se necessário compreendermos inicialmente a complexidade do aparelho estatal incumbido desta tarefa. Por esta razão é que iniciamos nosso trabalho de análise, pela compreensão histórica desta organização estabelecida no seio do Estado, que veio a se moldar no ITESP. Como resultado deste fenômeno verificamos nas instituições públicas, que trabalham com extensão rural, reações internas que definimos como "movimento instituinte" quando os servidores procuram interferir, influenciar no contexto da organização pela qual prestam serviços.

2.2.1 Estabelecendo o sentido e significação sobre grupos, organizações e instituições.

Como forma de precisar a nossa análise faz-se necessário que seja definido os sentidos e significações de grupos, organizações e instituições. Apesar de parecerem sinônimos quanto à significação existem diferenças, que se explicitadas, nos ajudam na interpretação e significação da nossa análise da formação institucional do ITESP. Transcrevemos a seguir LAPASSADE (1974) que aborda este tema:

> [...] Existe assim **uma relação de interdependência entre os conceitos de grupo, de organização e de instituição**, assim como **existe tal relação entre os níveis da realidade social que esses conceitos visariam a definir**.
>
> De um ponto de vista 'tópico', as noções de grupos, de organização e de instituição, que permitem, na linguagem de todos os dias, **nomear três níveis do sistema social**, podem igualmente **servir para determinar três níveis da analise institucional** (ou socioanálise institucional). (LAPASSADE, 1974, p. 14, grifos nosso).

A unidade mínima de organização do ITESP está baseada nos '**grupos técnicos**', que seria a 'célula' básica deste organismo social. A unidade destes 'grupos técnicos' dão corpo ao organismo social do ITESP. Este organismo social ao longo do tempo tem procurado se estabelecer como instituição pública que teve seu nascimento moldado para atender os interesses de classe dos trabalhadores rurais. A grande luta dos técnicos que estiveram presente desde a sua formação era ver o ITESP institucionalizado. E como uma instituição pública, voltada para promover o desenvolvimento sustentável dos assentamentos rurais e da agricultura familiar. Dentro deste contexto está o enfrentamento, a luta contra o Estado que procura regular ou mesmo limitar, que os interesses dos assentados sejam atendidos através de uma instituição pública.

LAPASSADE (1974) traz as significações que ajudam nesta interpretação, e robustece o nosso entendimento, a partir dos três níveis de análise institucional:

> O primeiro nível **é o do grupo**. Definir-se-á assim **o nível de 'base' e da vida quotidiana**. [...] Nesse nível do sistema social, **já existe a instituição**: horários, ritmos, normas

> de trabalho, sistemas de controle, estatutos e papeis cuja função é manter a ordem, [...] Na base da sociedade, **as relações humanas são regidas por instituições**: sob a **superfície de 'relações humanas' (e desumanas)** há relações de produção, de domínio, de exploração... Todo o **sistema institucional já existe**, entre nós, aqui e agora, Ele **existe na disposição material dos lugares e dos instrumentos de trabalho; nos horários, nos programas, nos sistema de autoridade**. O **poder do Estado está presente, embora encoberto**, [...]
>
> O **segundo nível** é o da **organização**. [...] É a esse nível da organização, **grupo dos grupos** que **se rege** ele próprio **por novas normas**, que se **faz à mediação entre a base** (a 'sociedade civil') e **o Estado**. Para nós, é **um segundo nível institucional**: nível de **aparelhos**, de ligações, da **transmissão de ordens**; nível da **organização burocrática**. Nesse segundo nível as instituições já **apresentam formas jurídicas**. [...]
>
> O **terceiro nível é o da instituição**, desde que se mantenha para esse termo a sua **significação habitual**, a qual **limita o seu uso ao nível jurídico e político**. A sociologia clássica, no entanto, sobretudo depois de Durkheim, já ultrapassou essa significação restrita: para Durkheim e os sociólogos que o seguiram, as **instituições definem tudo o que está 'estabelecido'**, quer dizer, em outra palavras, o conjunto do que está 'instituído'. **O terceiro nível, na realidade, é o nível do Estado**, que **faz a Lei**, que **confere as instituições força de lei**. Assim, na sociedade que ainda é a nossa, **o que 'institui' está ao lado do Estado**, no topo do sistema. (LAPASSADE, 1974, p.14-15, grifos nosso)

Assim, partilhando das afirmações de LAPASSADE, percebemos que a análise institucional do ITESP está diretamente ligada com a sua origem, finalidade e suas ações determinadas, ou limitadas pelo Estado que 'institui' por força de Lei. Para avançar no atendimento do desenvolvimento sustentável, as ações dos extensionistas do ITESP precisam forçar (caminhar) os limites 'instituídos' pelo Estado. Como limite, este também pode sofrer retrocesso (descaminhar) pela força 'instituída' pelo Estado.

GOMES (2003) em sua análise da consciência política dos técnicos da ATER do ITESP apresenta uma ilustração do esforço dos técnicos em romper o limite do Estado no sentido da formação institucional, cujo trecho citamos a seguir:

> Atualmente em minoria no corpo técnico do Itesp, **alguns desses técnicos mais antigos** participaram da direção da instituição no Governo Covas e exageraram **na crença de que as reformas da instituição**, realizadas com o desgaste do grupo, seriam o mais importante a se deixar em prol da Reforma Agrária, **acreditando demasiadamente no poder do aperfeiçoamento das instituições governamentais para garantir a qualidade do trabalho**. (GOMES, 2003, p.41, grifos nosso).

2.2.2 O desafio da continuidade e descontinuidade em organizações públicas.

As expressões 'continuidade e descontinuidade' das ações são angustias, dilemas, práticas e contradições que surgem na administração pública. A cada mudança de governo e a cada troca de dirigentes estas características são vivenciadas pelos servidores de carreira e do quadro institucional, que se preocupam com a continuidade dos trabalhos. No nosso caso, esta preocupação é extremamente marcante e determinante em seus resultados, uma vez que ação governamental se destina a atender os interesses dos trabalhadores rurais pela reforma agrária que é ideologicamente conflituosa.

No regime democrático a alternância de poder, é importante e necessária aos governos, mas podem levar a que se indague sobre a necessidade, a inserção organizacional e o futuro da organização 'institucional'. Neste caso, conforme a conveniência política questiona-se o objetivo de tal instituição e seu alcance social. É neste momento que encontramos o retrocesso (descaminho), principalmente quando se trata de uma organização que procura romper os limites do Estado para atender uma classe. Questiona-se a continuidade, a conveniência e relevância da ação governamental até então desenvolvida a ponto de ser alterada a forma da instituição que desenvolvia a ação. Estas mudanças são mais fortes nos momentos de transição governamental do preenchimento de cargos de "confiança" no interior destas organizações públicas. Vários exemplos, de ocorrências destas mudanças estão ricamente ilustrados no item 2.4 deste Capitulo sob o título de 'Fatos históricos relativos à formação institucional do ITESP'.

2.2.3 O 'movimento instituinte', a luta pelo 'poder' de influir na organização.

Como forma de garantir a continuidade, ou mesmo a busca da estabilidade institucional os servidores realizaram em vários momentos a luta pelo 'poder' de influenciar os destinos da formação institucional do ITESP. Até mesmo, sob sacrifícios e penas, como desgaste político interno do corpo técnico, quando alguns servidores são deslocados para o

comando de direção do órgão. Ao assumirem os postos de direção estes técnicos ficam sob uma aparente contradição entre seguir os 'limites de controle do Estado' ou atender as demandas dos colegas provocando desgaste político e lutas internas.

Em razão de alguns técnicos originários de outros órgãos do Estado, trazendo as suas experiências culturais, terem se integrado ao longo do tempo da formação institucional do ITESP, encontramos diferentes reações e comportamentos que reflete nas ações, conflitos e atitudes do corpo técnico. Estes comportamentos e atitudes estabelecem o campo de luta interna e determinam a direção institucional a se configurar – o 'movimento instituinte'. SPINK (1987) em artigo que analisa a questão da 'continuidade e descontinuidade' nas organizações públicas faz referência a este tipo de comportamento:

> De fato, **o corpo técnico**, enquanto grande grupo, tem **dentro de si três dilemas**: **obedecer e não fazer, não fazer e criticar e criticar as alternativas**. O que não é possível é fazer as três coisas ao mesmo tempo: trabalhar, criticar construtivamente e inventar. Para isso é preciso **um grau de estabilidade, hábitos e uma atmosfera de confiança** que não se encontravam presentes. (SPINK, 1987, p.61, grifos nosso).

Este enfrentamento, que denomino como 'movimento instituinte', sempre foi liderado pelo grupo de formação inicial do ITESP, a maioria proveniente do IAF, que sempre procuram manter o compromisso político e ideológico, a motivação inicial pela reforma agrária de forma que a instituição não se desviasse do objetivo central de atender a classe dos trabalhadores rurais. Para corroborar com esta afirmação citamos, GOMES (2003):

> Pela época, estudada, 1984 a 1991, como a autora mesmo esclarece, ela analisou uma **amostra de profissionais bastante politizados**, **habituados ao debate político**, saídos do movimento estudantil, quando não da militância contra a ditadura e por transformações profundas na sociedade. Durante os governos Quércia e Fleury, **permaneceram mantendo e ocupando os espaços de critica, discussão e formulação de propostas acerca dos métodos de trabalho adotados pela instituição**, enquanto que o DAF **ainda era dirigido por técnicos de sues quadros**. (GOMES, 2003, p.41, grifos nosso)

Para completar a nossa análise faz-se necessário que estabeleçamos o sentido do conceito de 'poder' e sua significação. É neste espaço que se trava a luta pelo controle das ações de ATER para qual direção e quais as conseqüências destas no aspecto do desenvolvimento do assentamento dos trabalhadores rurais. O conceito de 'poder'

tradiconalmente traz uma significação negativa e reprovável. No nosso caso, o caminho do sentido e significação escolhido foi o de estabelecer um entendimento que possa ser aplicado para descrever o fenômeno em qualquer situação, seja da realidade política, social ou empresarial. Em KRAUSZ (1988) encontramos uma boa ilustração do que possa ser essa significação:

> Leavitt, Pondy & Boje (1980) reconhecem que é difícil **definir o poder** de forma **simples e operacional**, indicando que os componentes principais do **poder é a capacidade de uma pessoa influenciar ou controlar o comportamento de outras**. Max Weber (1954) conceitua poder como **"a possibilidade de impor a própria vontade sobre o comportamento de outros"** enquanto Etzioni (1961) afirma que **"poder é a habilidade de induzir ou influenciar outro no sentido de cumprir diretivas do primeiro ou quaisquer normas que este apóie".**
>
> Dentre os autores citados apenas Leavitt et al. (1980) mencionam a palavra **controle**. De fato **o poder não é igual a controle**, embora o controle seja um componente do poder. Parece-nos que a confusão entre poder e controle tem dificultado o desenvolvimento do conceito claro de poder. Por esta razão focalizaremos o **poder em termos de influência e não de controle**.
>
> Para fins de nossa discussão consideraremos ***Poder como a capacidade de influenciar as ações de outros, indivíduos ou grupos****:* É, pois **um recurso que leva as pessoas a determinados resultados ao interagirem com indivíduos ou grupos**, isto é, *um potencial de influencia sobre outros.* (KRAUSZ, 1988, p.13-14, grifos nosso).

O movimento 'instituinte' aqui definido como a capacidade dos técnicos em influenciar na formação institucional do ITESP tem ligação intima com as ações de ATER em razão do comprometimento do extensionista com as famílias. Este 'poder' também vai aparecer nas ações de ATER tanto na luta para romper os' limites de ação do Estado' como nas relações com as famílias assentadas. Em complemento ao conceito de 'poder' listamos as diferentes formas e significações de como ele aparece ou é percebido. Para isto, aproveitamos ainda trechos de KRAUSZ, muito elucidativos, a seguir transcrito:

> French e Raven (1959) desenvolveram uma tipologia clássica de poder diferenciando **em cinco tipos**: **Coercitivo** (habilidade de **influenciar através de punição**), **Recompensa** (habilidade de **influenciar através da recompensa**), Legitimo (habilidade de influenciar através **do direito reconhecido ou legitimado**), "**Expert**" (habilidade de influenciar através **do conhecimento que ma pessoa atribui a outras**), **Referente** (habilidades de **influenciar através da identificação de uma pessoa com a outra**). A análise desta tipologia indica, no caso específico **do poder nas organizações**, que **nem todas as formas de poder mencionadas emanam da estrutura organizacional**, como poderia parecer à primeira vista. (KRAUSZ, 1988, p.13-14, grifos nosso).

Podemos, então concluir que o exercício do 'poder' se dá em decorrência de habilidades que são utilizadas. Assim, estas habilidades são exercidas pelos técnicos na luta para romper os limites, mas também, elas vão aparecer na ação extensionista, que detalharemos melhor no Capitulo 4, com o titulo 'A extensão rural'.

2.3 As fases de desenvolvimento institucional de uma organização e a correlação com a formação do ITESP.

SCHAEFER (2005) afirma que organizações, como **"**agências governamentais são de tal natureza, que possuem níveis de existência – corpo, espírito e alma – e, tal como o ser humano passa por fases características de desenvolvimento**"**. O autor afirma ainda, que organizações **"**são sistemas vivos com fases de crise, adaptação, crescimento e desenvolvimento**"**. SCHAEFER (2005) apresenta uma descrição que nos ajuda formar uma imagem geral das fases do desenvolvimento institucional: a **"**'fase pioneira', a 'diferenciação', a da 'integração' e a do 'termino consciente'**"**.

Por analogia, SCHAEFER (2005) estabelece comparação de que a fase 'pioneira equivale à 'infância', a 'fase de diferenciação as idades adulta, jovem e média', a 'fase da integração seria correspondente à plena maturidade e a idade avançada'. Questiona sobre o que se pode dizer sobre a morte de uma iniciativa.

O autor aponta algumas características pertinentes a cada fase que estaremos correlacionando-as com as fases de desenvolvimento do ITESP a partir de tipos similares que aparecem nos discursos e documentos analisados.

Para o surgimento de cada fase há uma crise que significa uma transição, preparação para a fase seguinte do desenvolvimento institucional.

2.3.1 A fase pioneira – 'improvisar em resposta as necessidades' dos trabalhadores rurais.

Para a fase pioneira SCHAEFER (2005) aponta caracteres como: 'um alto nível de motivação e comprometimento', 'as metas da organização são implícitas – nas mentes e personalidades do grupo que sustenta a iniciativa', 'tem um clima de família onde cada um contribui como pode', 'com um forte sentimento de lealdade para com o projeto', 'as tomadas de decisões são intuitivas e menos racionais', a 'liderança é pessoal direta com pessoas que geralmente sabem quem toma quais decisões', uma 'estrutura horizontalizada com pouca hierarquia, mais voltada para as pessoas do que para funções'. É uma fase excitante, muito criativa, mas insegura.

Para completar a análise dessa fase e sua equivalência com a fase' pioneira' do ITESP, trazemos a seguir algumas citações que referendam as características anteriormente relacionadas:

Como alto nível de motivação e comprometimento:

> [...] Devo, portanto, registrar isso: o pouco que foi feito em matéria de assentamento em terras publicas deve-se **essencialmente ao empenho, entusiasmo e a garra** de um punhado de técnicos **cujos compromissos com os trabalhadores rurais, com o povo e com o futuro deste** pais sempre **foram mais fortes do que sues interesses pessoais** imediatos. (VEIGA, 1990, p.38, grifos nosso).

Com relação ao clima familiar, sentimento de lealdade com o projeto, estrutura horizontalizada, as metas da organização:

> [...] Dessa forma, para iniciar os trabalhos de campo do IAF foram contratados em 1983, **de forma precária**, agrônomos recém-formados, com **histórico de participação política** tanto no Movimento Estudantil como nas lutas pela redemocratização do país, incluindo a luta pela realização de uma ampla Reforma Agrária onde o lema era 'Terra Para Quem Nela Trabalha'.
>
> De certa maneira, eles **se confundiam com os assentados** na medida em que viviam imersos nas áreas, **vivenciando as questões de organização das famílias desde a ocupação das terras, passando pela resistência aos despejos judiciais, as negociações como órgãos de governo e o inicio da produção**.
>
> [...] a partir daí, **a instituição, sua nova direção e seus técnicos** tinha praticamente **mesma proposta para o desenvolvimento** dos trabalhos. (Gomes, 2003 c, p.5-6, grifos nosso).

O final da fase é precedida de 'crises' que se instala na instituição em razão do crescimento da iniciativa. Esta 'crise' vai formatar a instituição para a etapa seguinte de sua evolução. As questões de que fazem parte da crise dizem respeito ao tamanho e a novas estruturas. Novas pessoas juntam-se a organização e não compartilham das motivações iniciais e das dificuldades dos primeiros dias. Para lidar com a complexidade do crescimento, novas estruturas de 'poder' e tomadas de decisão são necessárias.

Esta 'crise da fase pioneira' do ITESP se dá com a chegada do 'pessoal da CESP' que tinha a responsabilidade pelos reassentamentos dos atingidos pela obras das barragens. Esta 'crise' tem origem, portanto, na disputa de 'poder' entre os dois grupos que agora se juntaram no mesmo organismo social, sob o manto da Secretaria de Assuntos Fundiários. As metodologias desenvolvidas e o público trabalhado pelos técnicos do IAF e da CESP eram completamente diferentes. Para autenticar as afirmações anteriores, ilustrando os aspectos da crise citamos GOMES (2003):

> No principio de 1985 **houve um acirramento da contradição entre técnicos e a direção do IAF**, nesse momento representada por **um profissional da CESP que segurava um pouco a ousadia de técnicos e acampados**, [...]
>
> Ao tempo que o IAF realizava sua pequena Reforma Agrária em áreas estaduais, **outro grupo de técnicos se forma dentro da CESP**, para **atuar com o reassentamento** de populações impactadas pela construção de barragens para energia elétrica.
>
> Diferentemente dos assentados, **os trabalhadores impactos não necessitavam lutar nem ocupar áreas para conquistar lotes**. [...]
>
> Diferentemente também do IAF, **o corpo técnico daquela empresa contava com todas as facilidades para a execução de seu trabalho de reassentamento**, e por afinidades, dentro do Governo Montoro, a **CESP se voltava para a implantação de infra-estrutura em assentamentos**, além de elaborar propostas de planejamento físico das áreas. As **discordâncias quanto ao processo de implantação dos assentamentos eram grandes e compreensíveis**. Os reassentamentos **eram planejados e implantados pelos técnicos para os agricultores**. Não **estava nas preocupações da CESP contemplar os trabalhadores rurais com discussões sobre seus futuros lotes, formas de produção, preferências de moradia, etc**. (GOMES, 2003, p.5-8, grifos nosso).

2.3.2 A fase da diferenciação – 'crescer sem perder a identidade originária'.

A segunda fase - da diferenciação - vem como desafio central promover a diferenciação funcional sem sacrificar a criatividade e comprometimento humano. Neste ponto

a organização manifesta as seguintes características: 'crescimento de tamanho', 'políticas e procedimentos mais claros', 'estruturas e mandatos diferenciados', 'nível mais alto de profissionalismo', 'liderança mais funcional do que pessoal', 'tomada de decisões mais racional e analítica' e 'maior clareza de atividades de trabalho'. Nesta fase as preocupações técnicas, administrativas e financeiras se tornam primordiais.

Podemos verificar a presença destes elementos da 'fase de diferenciação' do ITESP, em seguida, nas citações:

> [...] **a estrutura burocrática** para execução da Reforma Agrária **oscilou** conforme a importância do tema para a sociedade. O começo do **distanciamento entre direção e técnicos** ocorrido no fim do governo Montoro se aprofundou. [...] O **corpo técnico crescia** lentamente e sem preparo para assumir as tarefas de campo. [...] O DAF voltou pra a Secretaria de Agricultura onde havia um **grupo dirigente progressista e democrático** o suficiente para **se reunir com os técnicos e assentados a fim de batalhar alternativas** para arrecadação de terras, linhas de credito, contratação de técnicos, melhoria nas condições de trabalho, etc. Os novos projetos criados pelo INCRA não possuíam assistência técnica e para atendê-los **foi realizada uma nova contratação** em outubro de 1989 e janeiro de 1990. [...] Apesar de simples, **o documento**, ou melhor, as discussões **serviram para homogeneizar entendimento dos técnicos** vindos de áreas e tempos de experiência diferentes contratados em conjunturas diversas.
>
> [...] De 1983 a 1991, **foram elaborados as bases** da discussão de uma **Metodologia de Calculo de Módulo** (1985-87) para parcelamento de projetos de assentamento, **um documento intitulado Política de Investimentos** (1986) que orientou a implantação de assentamentos e sues custos ao Estado, a **Metodologia Operacional para Implantação e Desenvolvimento de Assentamentos Rurais** do DAF (1990), [...] (Gomes, 2003, p.8-12, grifos nosso).

A crise da 'fase da diferenciação' vem pela busca de respostas para as novas formas organizativas que dê conta do crescimento da instituição de forma que não se perca os objetivos originários. Quais estruturas, sistemas e procedimentos são mais adequados à nova estrutura institucional.

2.3.3 A fase da integração – 'criando uma organização - moldando a instituição'.

A terceira fase - da integração – a organização apresenta qualidades motivadoras de sua existência como: 'objetivos claros' e 'uma cultura de compromisso e excelência',

‘tratamento de pessoas como pessoas e valorização de sua contribuição’, uma ‘estrutura descentralizada e horizontal’, uma ‘consciência dos trabalhos centrais da instituição com maior apoio para estes processos e não para os procedimentos administrativos e de controle’. O desafio da ‘fase da integração’ com a vinda de novos grupos técnicos se dá com a necessidade do desenvolvimento de novas habilidades de planejar, executar e controlar os trabalhos da organização. Há portando nesta fase uma necessidade de redefinição de tarefas das pessoas que ficam envolvidas no trabalho de planejamento e delegação (gerentes), outras em realizá-los (os técnicos) e outras de controlá-los e checá-los (administrativos).

Esta fase se inicia em 1991, com a criação formal do ITESP, enquanto Coordenadoria vinculada a Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania e com a unificação sob o mesmo teto de órgãos (DAF e DRF) que tratam da questão agrária, e o desenvolvimento da Agricultura Familiar. Neste momento são criados: o CSCF – Centro de Soluções de Conflitos Fundiários decorrentes da especialização de alguns técnicos na mediação de conflitos e o CCTA – Centro de Capacitação Técnica Agrária que tinha a preocupação com a formação e capacitação, demonstrando o grau de especialização dos grupos internos iniciados na época da ‘diferenciação’. Nesta fase se dá forma a uma estrutura organizativa mais complexa, com unificação de cargos e salários.

Para ilustrar esta fase, apresentamos novos trechos de GOMES (2003):

> A partir de Março de 1991 **foi criado**, dentro da secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, **o Instituto de Terras do Estado de São Paulo – Itesp**, órgão responsável pela execução da política agrária e fundiária **unindo as ações de assentamento e de regularização fundiária** em seus dois Departamentos: Departamento de Assentamento Fundiário (DAF), vindo da Secretaria da Agricultura e Abastecimento; e, Departamento de regularização Fundiária (DRF) vindo da Procuradoria Geral do Estado. [...] o Itesp **volta a enfrentar os problemas de órgãos que se estruturam e tem novos “clientes”** que não são seu publico alvo, mas sim a política do partido de governo e a burocracia estatal.
>
> A **unificação dos seis tipos de contratos** através dos quais eram contratados os funcionários dos dois órgãos, DAF e DRF, **trouxe finalmente uma tabela de salários, igualdade de benefícios e menos instabilidades para o corpo técnico existente**.
>
> [...] **crescia o corpo técnico** sem que houvesse a preocupação com a formação para o trabalho com comunidades. Este **vinha sendo realizado com as práticas e preocupações** dos técnicos “militantes”. O treinamento dos novos se dava no campo, no trabalho cotidiano,

> **tentando contornar** a falta e política para a agricultura familiar, a pressão de novas ocupações, a dificuldade com outras áreas do governo estadual. (GOMES, 2003, p.12-13, grifos nosso).

Nesta 'fase de integração' são determinadas as estruturas básicas da formação organizacional da futura autarquia que institucionalizará, juridicamente, como uma Fundação de Direito Público. Mantém o nome anterior e agrega um nome de um patrono: 'José Gomes da Silva'. Esta 'fase da integração' também se dá mediante 'crise', quando todos os seus técnicos são dispensados com o fim do "Baneser" onde fora anteriormente unificado todos os contratos de trabalho dos técnicos da instituição. Aqui, mais uma vez se fez presente o 'movimento instituinte' quanto todos os servidores continuaram trabalhando e lutando, com apoio dos movimentos sociais, por uma nova forma de contratação. Para ilustrar as afirmações acima, citamos novamente GOMES (2003):

> Porem, três meses após o inicio da gestão, o governador cumpre a promessa de **acabar com o Baneser e demite todos os funcionários do Itesp**, que tinha a totalidade de se corpo técnico contrato por aquela instituição **sem nenhum estudo quanto ao impacto no trabalho** e nem na proposta concreta para a solução do problema.
>
> Todos **os funcionários resolveram continuar trabalhando em seus postos enquanto lutavam pela recontratação**. Foram três meses de serviços prestados e funcionamento precário do Itesp. Nesse período **os movimentos sociais, incluindo MST, e a FERAESP, se solidarizaram e compareceram a manifestações conjuntas exigindo a manutenção das atividades e a recontratação dos técnicos**.
>
> Em julho de 1995 foi solucionado o **problema através de novo convênio**, firmado desta vez com a UNESP/FUNDUNESP. (GOMES, 2003f, p.14-15, grifos nosso).

A estabilidade institucional vem com a Lei 10.207 que cria a Fundação ITESP, em 08 de janeiro de 1999, 14 anos após, concretizando o objetivo inicial dos pioneiros que almejavam a criação desta autarquia, conforme prevista no anteprojeto de Lei originário - PVTP. A consolidação final desta fase se deu no encontro de integração dos funcionários do ITESP, no evento que recebeu o nome de '**ReAfirmAção** – Encontro de Integração dos Funcionários do ITESP 2001", que contou com a presença dos 693 funcionários, recém concursados, autoridades estaduais, representantes das universidades e movimentos sociais. Neste evento pairou uma nuvem negra sobre a validade do concurso, mas decisão do Tribunal de Justiça deu o concurso por consumado. Esta questão fiou 'dormitando' e atualmente esta questão voltou como um fantasma que ameaça a continuidade das ações do ITESP. É mais um

daqueles desafios aos servidores, que lutam pela instituição, em romper os limites da burocracia que insiste em bloquear a continuidade do desenvolvimento de ações voltadas para a agricultura familiar. A seguir apresentamos trechos de artigo da revista 'Fatos da Terra', publicação periódica do ITESP, destacando-se o compromisso e o enfoque institucional desta fase, ilustrando esta etapa marcante da fase da integração:

> **ÉTICA, COMPROMISSO, participação, cidadania e sustentabilidade**. Esses foram **os conceitos** que permearam as palestras, aulas, e debates promovidos pela Fundação Instituto de Terras, no período de 2 a 6 de julho, em Serra Negra, com **o objetivo de capacitar seus 693 servidores** contratados após aprovação em concurso público. O evento, denominado ReAfirmAção, **representou um marco de consolidação institucional do Itesp**, que pela primeira vez na sua historia, passou a contar com um quadro de funcionários.
>
> [...] Ficou claro para os novos contratados que a reforma agrária **é encarada como uma política publica de inclusão social e desenvolvimento econômico no qual o resgate da dignidade e da cidadania são elementos fundamentais**. Os participantes também puderam **perceber a nítida opção do Itesp pelo atendimento prioritário os segmentos mais vulneráveis da população rural**, formados por trabalhadores rurais sem-terra, pequenos posseiros e remanescentes de quilombos. **Será na atuação junto a esse público-alvo que deverão confluir, de forma decisiva, os conceitos destacados durante o ReAfirmAção**: mais do que vestir a camisa da instituição, os contratados **deverão pautar seu trabalho pelo *compromisso* de atuar com *ética*, de forma *participativa,* buscando a *sustentabilidade* para construir a cidadania**.
>
> Esse **compromisso dos servidores tem sido o grande diferencial do Itesp ao longo de sua história**, não faltou entre os que participaram da organização do evento. O êxito alcançado na realização de um encontro com mais de 700 participantes ***reafirma* uma antiga tradição do órgão: ousar enfrentar desafios aparentemente impossíveis e conseguir realizá-los, com garra e dedicação**. (ITESP, 2001, p. 8-9, grifos nosso).

2.3.4 A fase da adaptação, modernização ou termino consciente – vocação pela Agricultura Familiar.

SCHAEFER (2005) indica como uma resposta conveniente, para esta última fase, "que organizações morrem quando falham e não são mais necessárias". Analisa ainda "que muitas instituições não se tornaram apenas velhas, mas esclerosadas, dispondo de muitos recursos, mas não servindo mais, realmente, as necessidades humanas".

Para organizações públicas, a representação de SCHAEFER (2005) retrata bem, ainda que de forma caricata, a imagem e significação que se tornou senso comum para nós dos

órgãos públicos que se perderam nos objetivos e no emaranhado burocrático distanciando-se das necessidades reais de seus 'clientes'.

Em se tratando de um organismo 'privado' teríamos naturalmente sua falência ou uma morte consciente. Esta última fase, abre para algumas suposições como possibilidades para a instituição que não se "esclerosou" ou teve o seu 'termino consciente'. As outras possibilidades desta fase seriam a 'adaptação' ou a 'modernização' institucional.

Para adaptação vem uma pergunta orientadora como a do que aconteceria com a criatividade cultural, social e econômica se instituições centenárias entregassem seus recursos a novos grupos que quisessem responder a necessidades semelhantes de uma nova maneira?

Para a 'modernização' teríamos um estagio adiantado do desenvolvimento institucional, quando a organização se estabelece e se vê como um elemento de uma cadeia, de toda uma rede interdependente de relações entre diferentes organizações e apoiadores.

O ITESP está passando pela 'crise' da fase da integração em rumo para esta nova fase. Assim, está diante de um enigma. Não caminha para o 'termino consciente', pois não é uma organização da iniciativa privada. Também, pelo seu histórico institucional não tem vocação para ser uma instituição "esclerosada". A tendência, portanto é a da adaptação e de modernização.

A adaptação viria a partir de um novo enfoque com a ampliação de sua atuação institucional diretamente com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar paulista, para além dos assentamentos rurais e comunidades quilombolas. Está na sua biografia, no acúmulo de experiência de seu corpo técnico, a vocação para o trabalho também com agricultores familiares tradicionais extrapolando a atribuição da extensão rural apenas para o desenvolvimento dos assentamentos e quilombos.

A modernização viria com o novo enfoque de atuação inovadora para órgãos públicos comprometidos com o seu público, em ação rápidas, 'desburocratizadas' superando os limites do Estado 'pesado', controlador. Diante da estrutura organizativa do ITESP em GTCs, distribuídos nos territórios, a inovação estaria na 'autonomia' destes grupos técnicos focados na demanda dos clientes – os agricultores familiares através de processos participativos. BILHIM (2004) faz referencia a 'autonomia', e cujo trecho ilustrativo transcrevemos a seguir:

> De entre as **condições para aplicação do princípio de autonomia, no contexto autárquico**, Held selecionou as seguintes:

- **Dispersão dos serviços públicos** para as regiões (e municípios), **acompanhada da descentralização**;
- **Defesa e reforço dos poderes** do governo local **face às decisões estatais centralizadas e rígidas**;
- Experiências para **tornar as instituições governamentais mais responsáveis e submetidas a soberania dos seus 'consum**idores'. (BILHIM, 2004, p. 31, grifos nosso)

2.4 Fatos históricos relativos à formação institucional do ITESP.

Neste item abordamos os aspectos históricos que foram aparecendo e dando corpo ao o que é hoje a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "Jose Gomes da Silva" – ITESP responsável pela política agrária e fundiária do Estado de São Paulo. Apresentamos os vários passos e órgãos que vão se alterando conforme as mudanças de governo, que irão se consolidar no ITESP.

Começamos, portanto a nossa história com a formação do IAF - Instituto de Assuntos Fundiários em maio de 1983, vinculado a Coordenadoria Sócio-Econômica da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. A sua estrutura era precária, o corpo técnico era contratado por diversos órgãos da Administração do Estado (CEAGESP, CEPAM, Etc.), na sua maioria jovens recém formados com uma grande disposição pessoal de levar adiante, sob todas as dificuldades, esta nova empreitada na área da reforma agrária. Na sua concepção e formação trazia a experiência acumulada e uma avaliação crítica dos projetos de colonização realizados pela lei de Revisão Agrária, promovidos pela ARA – Assessoria de Revisão Agrária e posteriormente pela ATRA - Assessoria Técnica de Revisão Agrária todas pertencente à Secretaria da Agricultura. Herdou, inclusive, vários processos administrativos que ainda se encontravam sem solução para estes projetos de colonização a exemplo: da Fazenda Pirituba e Jacilandia, necessitando de providências e conclusão.

Paralelamente a esta proposta dos planos de valorização das terras públicas, outra instituição estadual a CESP – Companhia Energética de São Paulo iniciava projetos de reassentamento para dar conta das exigências de compromissos internacionais, principalmente com o Banco Mundial, para atender populações impactadas pela construção de barragens de geração de energia elétrica, localizadas no pontal do Paranapanema. Teriam que fazer ações

de realocação destas famílias, processo diferente do que se entende como reforma agrária. Este trabalho levado pela CESP em muito diferia em relação ao realizado pelo IAF apesar de tratar de reassentamentos rurais. Enquanto que o IAF trabalhava com estruturas precárias e falta de recursos, mas com uma interface mais participativa em relação ao publico atendido a CESP seguia outra metodologia muito mais próxima aos projetos de colonização do INCRA, realizados no período militar e dispondo de todos os recursos necessários para a sua ação.

Conforme os elementos da conjuntura política fossem favoráveis à reforma agrária mudava-se o '*status*' e a estrutura de governo para execução dos projetos de assentamento, ora com mais ou menor ênfase. A criação da Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários – SEAF traz os 'cespianos' para dentro e para o 'topo' da estrutura institucional, unificando as ações governamentais sob mesmo órgão, que levava a experiência estadual de reforma agrária com mais força política enquanto grupo. Há, portanto, um primeiro 'choque de idéias e concepções' entre o acumulado pelo IAF e a trajetória dos 'cespianos'. Essa juntada do novo grupo ao órgão trouxe algumas implicações na formação institucional, conforme mencionado nos ítens anteriores deste Capítulo. Os aspectos participativos e dialéticos iniciados pelos IAF sofre os primeiros descaminhos, apesar da resistência militante, alterando-se a filosofia do IAF na estrutura de governo em razão de maior força política do grupo 'cespianos', agora incorporados ao órgão no governo Quércia (1987 -1991).

Ainda, por um outro lado, paralelamente aos 'planos públicos' e os reassentamentos da CESP o Governo do Estado de São Paulo estabeleceu o MASTERPLAN – Plano Diretor de Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira, em outubro de 1985, com projetos que associavam o desenvolvimento da região à ação fundiária remetendo estas atribuições a SULDELPA – Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista, ainda no governo Montoro.

Com a criação da SEAF – Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários, em março de 1986 são incorporados o IAF e o Masterplan com a finalidade de desenvolver os planos públicos de valorização e aproveitamento dos recursos fundiários do Estado, bem como se passa atuar junto a PGE – Procuradoria Geral do Estado na tarefa de discriminação de terras devolutas e legitimação de posses, com a expedição de títulos, incorporação de terras ao patrimônio publico e a destinação para assentamentos destas terras devolutas. Ainda na SEAF é criado o GEAF – Grupo Executivo de Ação Fundiária para coordenar a atuação conjunta de

várias outras secretarias nas áreas de conflitos e legitimações de posses de pequenos posseiros em outras regiões além do Vale do Ribeira, mas também do Pontal do Paranapanema, Vale do Paraíba, Litoral Norte e região administrativa de Sorocaba. Esta ação envolvia, alem da própria SEAF, as secretarias de Planejamento, Meio Ambiente, Justiça e a Procuradoria Geral do Estado.

Com o aumento da força política sobre o tema da reforma agrária a SEAF passou a ser SAF – Secretaria de Assuntos Fundiários, em dezembro de 1987, ganhando '*status'* de secretaria ordinária, onde o IAF passa a ser o DAF – Departamento de Assentamento Fundiário e o GEAF passa a ser o DRF – Departamento de Regularização Fundiária.

O tema reforma agrária perde força política no cenário nacional em razão do fracasso de implantação do Plano Nacional de Reforma Agrária refletindo no governo estadual (governo Quércia). Como resultado imediato a SAF foi extinta e desta forma há a transferência do DAF para a Secretaria de Agricultura e Abastecimento levando seus recursos humanos, material e atribuições. Já o DRF vai para Secretaria da Justiça tendo a sua estrutura, atribuição e experiência metodológica sido incorporada à procuradoria Geral do Estado, em 1988.

Assim em março de 1991 no governo Fleury é criado o ITESP - Instituto de Terras do Estado de São Paulo com a incorporação e unificação do DAF – Departamento de Assentamento Fundiário que sai da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, levando pessoal e experiência acumulada em relação às atividades de assentamentos e o DRF – Departamento de Regularização Fundiária, sob a forma de Coordenadoria passando a ser vinculado a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, também recém criada sob a égide da cidadania, com a atribuição de executar a política agrária e fundiária no Estado. Das experiências anteriores decorrentes do artigo 13 da Lei 4957/85 (assentamentos provisórios) se inova e se materializa o CSCF – Centro de Soluções de Conflitos Fundiários para as atividades de mediação entre os trabalhadores e Estado e o CCTA – Centro de Capacitação Técnica Agrária para capacitação dos trabalhadores assentados e do corpo técnico decorrente das experiências educativas do IAF. Amplia-se, ainda, a atuação para o atendimento dos quilombolas criando-se no âmbito do ITESP a Assessoria Especial de Quilombos.

A formatação anterior do órgão estabelecida no governo Fleury (1991 – 1994) ganha formação institucional no governo Covas, através da Lei 10.207 de 08 de janeiro de 1999,

estabelecida na Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "Jose Gomes da Silva", homenageando e fazendo justiça ao saudoso Dr. Jose Gomes. A nova estrutura passa a ter quatro grandes Diretorias Adjuntas a Diretoria Executiva que fica submetida ao Conselho Curador órgão colegiado que passa a estabelecer diretrizes sobre as políticas agrárias e fundiárias no estado. A Fundação ganha a tão almejada estabilidade institucional ficando vinculada a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania. Assim, o que era o DAF passa a ser a Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento e o DRF passa a ser a Diretoria Adjunta de Recursos Fundiários. O CCTA passa a ser a Diretoria Adjunta de Formação, Pesquisa e Promoção Institucional. O CSCF passa a ser uma Assessoria de Mediação de Conflitos Fundiários ligados a Diretoria Executiva. A Assessoria Especial de Quilombos passa a ser vinculada a Diretoria de Desenvolvimento e que ganha mais uma atribuição para com as Comunidades Tradicionais. Para dar suporte a todas estas diretorias é criada a Diretoria Adjunta de Administração, Finanças e Recursos Humanos. Diante das dificuldades jurídicas que sempre teve na condução da questão agrária também, é criada a Advocacia e Consultoria Jurídica, formando o primeiro corpo próprio de advogados, vinculado a Diretoria Executiva. E sem perder a filosofia inicial da participação também é criada a Ouvidoria vinculada a Diretoria Executiva. Para fazer frente à interação com a sociedade foram criadas sete Coordenações Regionais vinculadas diretamente a Diretoria Executiva, mas com pessoas nomeadas a partir do Quadro Permanente da Fundação.

Este histórico demonstra os caminhos e descaminhos sofridos pela ação da reforma agrária implicando nas formulações de extensão rural posteriormente junto aos assentamentos.

3 O Desenvolvimento rural sustentável e a formação dos assentamentos de trabalhadores rurais.

3.1 Estabelecendo o sentido e a significação de Desenvolvimento rural sustentável.

Para esta parte trazemos alguns sentidos e significações sobre desenvolvimento rural sustentável e principalmente da apreciação de desenvolvimento, importante para entendermos a ação do aparelho de Estado responsável pelo desenvolvimento dos assentamentos.

SUNKEL e PAZ (1974) ressalvam que análises de conceitos refletem a realidade de uma corrente de pensamento que traz uma visão e dentro desta, devem ser considerados dois aspectos: o ideológico e o metodológico. A admissão de qualquer conceito implica adotar uma determinada posição ideológica e metodológica. Explicitando melhor esta questão citamos a seguir a afirmação de SUNKEL e PAZ:

> E a única forma de este adquirir verdadeira seriedade e objetividade é admiti-la explicitamente, para que se possa escolher, **de modo perfeitamente consciente, a ideologia e o método** que correspondem à posição adotada pelo observador. Colocar-se numa posição presumidamente "**neutra**", negando-se a precisá-la, não leva a maior objetividade, mas, pelo contrário, pode conduzir a aceitação, de modo acrítico e inconsciente, das posições implícitas em algumas dessas correntes de pensamento. (SUNKEL e PAZ, 1974, p.01, grifos nosso).

Os conceitos a seguir utilizados partem, portanto, de uma determinada visão ideológica, sem neutralidade, servindo de referência para análise do conflito, produzido pelo tensionamento entre o trabalho da extensão rural que procura atender os interesses de classe dos trabalhadores rurais e o limite estabelecido pelo Estado em negar as demandas desta classe.

Para entender conceito de desenvolvimento partimos da análise da palavra desenvolvimento [des = sem + envolvimento = encoberto, bloqueado, truncado, limitado]. Ou seja, desenvolver implica em ações que permitam retirar algo que envolve, encobre, bloqueia ou impõe limites. Em uma outra imagem, significação par o desenvolvimento seria como "desatar os nós" para o livre fluir da 'corda'. Assim, a princípio entenderíamos o desenvolvimento como ações que rompem, retiram, 'desatam os nós', superam os limites. Explorando o conceito de desenvolvimento de forma dedutiva, de SUNKEL e PAZ trazemos,

ainda, algumas idéias que implicam em uma significação do conceito de desenvolvimento e como podemos percebê-lo: a do crescimento, a da sucessão de etapas e do processo de transformação estrutural. Desta forma o conceito fica mais compatível com assentamentos rurais e processos de reforma agrária.

O desenvolvimento pode ser percebido, então, pelos efeitos do crescimento e para crescer é preciso romper, superar os limites que bloqueia, trunca o organismo social.

Quanto à superação de etapas (fases) pode ser percebido com as várias fases e etapas pelas quais passam o a assentamento.

Percebe-se, ainda, o desenvolvimento como uma alteração nas estruturas, situação compatível com a reforma agrária e a implementação de assentamentos ao procurar romper os limites da estrutura fundiária.

Considerar o conceito de desenvolvimento apenas como crescimento, como uma sucessão de etapas e alteração das estruturas ficaria incompleto para nossa análise. Apresentamoss desta forma, mais um significado ao conceito de desenvolvimento, o da sustentabilidade. Neste caso o sentido seria o de acrescentar a noção de crescimento, da sucessão de etapas e de mudanças estruturais à significação de evolução. O sentido de evolução traria um aspecto qualitativo ao conceito de desenvolvimento enquanto que crescimento seria mais quantitativo podendo-se medir, por exemplo, como taxas. A sustentabilidade seria percebida como o efeito de evolução dentro do conceito de desenvolvimento. Para referendar esta idéia citamos, parte de texto sobre marco conceitual apresentado no trabalho Agricultura Sustentável:

> Sustentabilidade significa preservação ambiental oferecido pela natureza, definido como os possíveis usos e funções de nosso entorno físico (ver Hueting e Reijinders,1998). As dificuldades de aplicação prática dessa definição e os problemas **de sua vinculação a idéia de 'desenvolvimento'** devem ser vistas como novos desafios teóricos, e não como expedientes que possam diluir seu valor heurístico e seu profundo sentido ético.(BEZERRA e VEIGA, 2000, pg.12, grifo nosso).

3.2 A agricultura familiar e os assentamentos rurais.

A relação entre agricultura familiar e assentamentos rurais é direta e histórica. Estão intimamente ligados quando se trata de disputa de espaço físico para a exploração da terra, de lutas e resistências ao longo da história. Os assentamentos são frutos da luta dos trabalhadores rurais em busca de novas unidades de produção familiares.

A agricultura familiar tem sua origem já no inicio da colonização portuguesa no Brasil, sob a forma marginal, buscando o seu espaço no território físico (luta pela terra) bem como buscando o reconhecimento político e social. GRAZIANO (1980) traz um retrato ilustrativo desta agricultura e sua luta inicial que evoluiu para a denominada agricultura familiar, transcrito a seguir:

> A quarta seria a ocupação de **pequenas faixas de terra**, para delas extrair o sustento. Em um imenso território inculto, não era tarefa difícil **se estabelecer em um pedaço de terra** para exploração. Esses sofridos indivíduos, vítimas do sistema reinante, viviam montando seus pequenos sítios, embora não se fixando definitivamente em nenhum local. Eram verdadeiros sítios volantes que se estabeleciam, **atravessando no tempo e no espaço todo o período colonial, estendendo suas raízes até tempos mais recentes**. Esses tipos, que **foram a gênese dos pequenos agricultores** no Brasil, sempre foram **tidos como "vadios", "ociosos"**, e qualificações semelhantes. Sempre foram **considerados como marginais** pelas autoridades da colônia e pela ideologia dominante na época. Não resta duvida que esses "marginais" nada mais são do que **reflexos criados pelo próprio sistema latifundiário** implantado no Brasil. (GRAZIANO, 1980, p.19 -20, grifo nosso)

Os assentamentos de hoje seriam, portanto uma continuidade da luta destes agricultores, marginalizados históricos, por um espaço de terra, que possa virar um sítio, uma unidade de produção familiar. Neste contexto a luta ainda, extrapola as questões meramente econômicas, levando para o campo dos direitos e reconhecimento social como, por exemplo, a questão da cidadania. Ou seja, a luta procura superar o limite do desenvolvimento imposto pelo sistema latifundiário, bloqueador e discriminatório, amparado na maioria da vezes no Estado.

Melhor do que definir agricultura familiar é fazer uma profissão de fé: que ela existe e se caracteriza como um modo cultural de se viver à agricultura. Interage aproveitando as oportunidades, restrições e alternativas buscando superar os limites a ela impostos. Existem metodologias e formas de se caracterizar a agricultura familiar, todas elas dependem do

interesse ou intervenção social que se quer fazer neste setor. O melhor exemplo vem da intervenção do Estado por meio de suas políticas públicas. BUAINAIN (2007) afirma que "nenhum critério ou metodologia é totalmente satisfatório e está livre de um certo grau de arbitrariedade". Transcrevemos citação de BUAINAIN (2007) explicitando as metodologias de análises conforme os interesses:

> Adota-se aqui a **mesma metodologia** do estudo pioneiro realizado sob o patrocínio do Convenio FAO/Incra e publicado por Guanziroli et al. (2001). O trabalho, realizado por um grupo de consultores com intensa colaboração e participação de técnicos do Incra, **adotou uma tipologia simples** que classifica os produtores de forma objetiva a partir de algumas condições básicas do processo produção que, segundo hipóteses dos autores, explicam tanto a inserção dos agricultores nos mercado como o grau de capitalização e a capacidade de geração de renda. [...] A **metodologia adotada pelos estudos do Convênio FAO/Incra**, fundada em elementos objetivos, **se distancia da visão romântica que contrapõe, em termos ideológicos**, os agricultores familiares à forma capitalista (patronal) de produção. Na visão romântica, os agricultores familiares os são por tradição e opção, e não por imposição. A **hipótese** de que **não buscam a maximização do lucro** e sim um conjunto de **outros objetivos** que incluem desde **a preservação do patrimônio para as gerações futuras** e até a **geração de ocupação para os membros da família** é tomada como paradigma de uma racionalidade econômica própria, e não como **resultado de restrições reais enfrentadas no passado e no presente**. (BUAINNAIN, 2007, p.22-23, grifo nosso).

Sob o aspecto da relação entre a agricultura familiar e assentamento BUAINAIN (2007) traz ainda, a afirmação de que a estrutura agrária esta diretamente condicionada ao desenvolvimento da agricultura familiar. Como a estrutura agrária está diretamente ligada com a questão da reforma agrária e esta com a questão dos assentamentos podemos afirmar que o desenvolvimento dos assentamentos traz reflexo para o desenvolvimento da agricultura familiar. Transcrevemos a seguir, parágrafo de BUAINAIN (2007), ilustrativo, demonstrando a afirmação anterior:

> A **concentração da propriedade da terra** é um traço marcante da estrutura fundiária no Brasil. A **estrutura agrária** é, sem duvida, um **dos condicionantes** mais fortes do desenvolvimento da agricultura familiar. [...] Essa **concentração da terra e do poder** não ensejou um ambiente favorável para o desenvolvimento local e para a agricultura familiar. A **importância deste traço não pode ser negligenciada na definição de nenhuma estratégia de apoio** à agricultura familiar, já que ele é definidor do entorno e da disponibilidade de serviços essenciais **para a inserção sustentável dos familiares** nos mercados locais e na economia como um todo. (BUAINAIN, 2007, p.35, grifo nosso).

3.3 O desenvolvimento dos assentamentos e suas fases.

Considerando os conceitos de desenvolvimento explorado nos ítens anteriores deste capítulo passamos agora para a análise do desenvolvimento dos assentamentos. Apresentamos a seguir como o ITESP estabeleceu suas fases e as características de cada fase ao longo do tempo. Considerando uma sucessão de etapas como percepção de desenvolvimento fora estabelecida pelo ITESP três fases para os assentamentos. Esta classificação tinha por objetivo subsidiar o trabalho da ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural e racionalizar os investimentos do Estado nos assentamentos. Esta definição das fases ocorreu após várias reuniões de reflexão da prática dos técnicos de campo e da sede do ITESP, resultando em documento interno[2] editado pela Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento em janeiro de 2000.

Foram, portanto, definida três fases: Fase – A – denominada de IMPLANTAÇÃO, Fase – B denominada de DESENVOLVIMENTO e a última Fase – C denominada de CONSLIDAÇÃO. Por analogia ao organismo humano, o assentamento seria como um organismo social que está sendo criado e desta forma precisamos dar conta de providenciar o seu 'corpo', 'alma' e 'espírito'. A seguir analisamos detalhadamente cada fase, com suas características específicas e que implicações e ações são remetidas para o trabalho da ATER na realização de atividades para que alcancem os objetivos de cada fase.

3.3.1 Fase – A: IMPLANTAÇÃO.

Esta fase visa garantir ações básicas para o início da implantação do projeto de assentamento. Esta fase é determinante para o desenvolvimento futuro da comunidade rural a ser assentada. Ela se inicia com atuação dos técnicos da Mediação de Conflitos que vem acompanhando luta dos trabalhadores rurais pela terra e constituindo relações com as famílias que irão se estabelecer nos futuros "sítios". Nesta fase é forjado o planejamento territorial da comunidade, reconhecimento e avaliação do potencial agropecuário da região onde será

[2] "DIRETRIZES PARA DEFINIÇÃO DAS FASES DE CLASSIFICAÇÃO DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO"

instalado o assentamento. É realizado o cálculo do módulo e a definição do futuro "sítio" aonde cada família vai se instalar nesta comunidade. Nesta fase precisamos dar conta do 'corpo' físico, ou seja, é a fase onde se faz necessário o maior investimento em infra-estrutura. Desta forma as ações da ATER estão priorizadas para dar conta do 'corpo' físico sem desconsiderar as necessidades sociais e políticas das famílias. Da experiência acumulada pelo ITESP, citamos a seguir trechos de publicação Cadernos do ITESP nº 10, confirmando as afirmações anteriores:

> [...] Trata-se de uma **fase revestida de grande importância** na implantação do assentamento uma vez que **é partir dela que se desenvolvem** todas as demais ações de apoio a produção **visando o crescimento e o desenvolvimento** do beneficiário. Alem disto sua relativa inflexibilidade, **diminui significativamente a possibilidade de futuras alterações**. [...] o trabalho propõe-se a apresentar a **metodologia de planejamento territorial** e cálculo de módulo para assentamentos de trabalhadores rurais, desenvolvidos pelo Itesp. [...] E por essas mesmas razões, não dizemos aqui *lote* ou *parcela* de assentamento, **falamos em *sítio,*** esse lugar que é o ideal da vida das pessoas do campo – dos *'situantes'* a ser construído e reconstruído incessantemente. O lugar de ficar, de trabalhar, tirar o sustento da família e sonhar com dias melhores, **superar as dificuldades do homem e da natureza** para conquistar enfim o *sonho.* [...] **desenvolver uma metodologia** que pudesse, ao lado das considerações técnicas – fundamentais para o embasamento de qualquer estudo – estabelecer parâmetros que **considerem as particularidades sociais, técnicas e políticas** de um projeto de assentamento. [...] O **projeto físico do assentamento** se constrói sobre um **espaço territorial** disponibilizado para alojar os trabalhadores rurais sem terra, [...] o objetivo final do projeto é estabelecer as bases técnicas e econômicas que garantam a subsistência e **desenvolvimento socio-econômico dos trabalhadores rurais**, através do seu acesso a terra, aos meios de produção e habitação. (ITESP, 1998, p.1-5, grifos nosso).

Como atividades para a ATER, com participação dos futuros beneficiários, nesta fase, destacamos: a realização de estudos preliminares e planejamento territorial, abertura e conservação de estradas, adequação das áreas de plantio (destoca ou desmatamento), planejamento conservacionista e controle mecânico de erosão, abastecimento de água e saneamento, eletrificação rural, instalação de equipamentos comunitários sociais (saúde, educação, lazer, etc.) e produtivos (galpões de múltiplo uso), moradia emergencial. Como alusão às afirmações anteriores, citamos trechos da publicação Cadernos do ITESP nº 10, que faz referência ao afirmado:

> O processo de **planejamento territorial** para o assentamento tem a **participação da comunidade assentada em todas as etapas de sua elaboração e implantação**, procurando **adequar os interesses e anseios** dos assentados a viabilidade técnica e econômica determinadas pela política de investimento prevista para os assentamentos. [...] procura-se ainda

> garantir a **participação dos assentados em todas as etapas** onde sua colaboração é possível e desejável. O planejador, portanto, vai a área diversas vezes e mais do que expõe – **discute tecnicamente cada passo** até a elaboração do projeto final. [...] Esse processo, **enriquecedor e educativo para os técnicos e para as famílias** é essencial para que não surjam descontentamentos e conflitos futuros, que poderiam ter sido superados na discussão participativa. Inaugura **um canal de comunicação técnica entre Estado e assentados**, onde as **possibilidades e impedimentos são abertamente discutidos** e assimilados por todos. Consolida a necessária relação de confiança que **deverá permear as demais etapas do desenvolvimento do projeto.** Faz parte do **resgate da cidadania**. [...] não se trata aqui da instalação de uma *fazenda estatal de produção:* o que se pretende implantar é uma **nova comunidade de agricultores familiares**, autônomos e viáveis, capazes de se auto-gerenciar e **contribuir para o desenvolvimento econômico regional**. Assim, o mapa final do assentamento, demonstrando onde serão localizados **os sítios agrícolas, centro comunitário, estradas, áreas de reservas florestais, área de preservação permanente e área de moradia**, será apresentado aos assentados em uma reunião ou assembléia, na qual são discutidos todos os aspectos considerados na elaboração do projeto, inclusive a forma recomendada de exploração agropecuária dos sítios, assim **como as limitações** que por ventura incidam na área. [...] no inicio da atuação do órgão, **o orçamento era destinado majoritariamente às ações voltadas para a implantação de infra-estrutura** nos projetos. Com o recrudescimento da política agrícola e conseqüente escassez de recursos destinados à agricultura familiar, o **desenvolvimento econômico das famílias assentadas tornou-se tarefa bastante árdua**. (ITESP, 1998, p.5-8-40, grifos nosso).

A citação anterior, apesar de longa, vem corroborar com as elaborações tratadas sobre as significações de desenvolvimento abordadas nos itens anteriores deste Capítulo. Estão presentes os elementos: 'crescimento', 'sucessão de etapas' (fases) bem como a 'alteração da estrutura' fundiária. Confirma, ainda a relação entre assentamentos e a agricultura familiar. E já aponta sobre atuação dos técnicos da ATER do ITESP no desenvolvimento dos assentamentos, que será aprofundado no Capítulo que trata da Extensão Rural, no sentido de superação de limites, entendida como essência do processo de desenvolvimento.

3.3.2 Fase – B: DESENVOLVIMENTO.

Esta fase visa o estabelecimento de atividades, conforme nossa analogia, que dêem 'alma' a comunidade assentada e ao futuro 'sitio' que integra o assentamento. É nessa fase que percebemos o 'crescimento' e se busca remover todos os obstáculos à implantação de sistemas e fluxos necessários ao bom funcionamento do novo organismo social. Nesta etapa são desenvolvidas atividades de ATER, procurando o fortalecimento do 'sitio' e da comunidade assentada buscando remover os limites para a inserção desta nova comunidade no território. Podemos citar, nesta fase que as atividades estão relacionadas com a segurança alimentar,

produção de pequenos animais, instalação de pomar e horta doméstica, práticas tecnológicas adequadas à agricultura familiar, técnicas de adubação verde, correção à acidez do solo, fornecimento de sementes, apoio à obtenção de crédito (financiamento), apoio à organização das mulheres e jovens (gênero), ações para a cidadania, diversificação da produção, aperfeiçoamento tecnológico, identificação e estabelecimento de parcerias, cursos de capacitação para as famílias sobre questões tecnológicas e gestão da unidade de produção e apoio à comercialização (busca de mercados). Para apoiar as afirmações anteriores transcrevemos trechos da publicação Cadernos do ITESP nº 10, onde aparecem as referências listadas:

> [...] As áreas destinadas aos projetos de assentamento, **quase sempre encontram-se degradadas**, devido ao manejo inadequado adotado pelos antigos ocupantes. É comum que os solos dos assentamentos **enfrentem variados graus de degradação ambiental**, com a presença de erosões e *voçorocas*. O Itesp **busca o desenvolvimento dos assentamentos com sustentabilidade**, contemplando a **recuperação e conservação das áreas**, com a participação efetiva de toda a comunidade, de forma direta (assentados e técnicos) e indireta, como no caso de entidades ligadas ao meio ambiente.
>
> [...] o Itesp passou a **conceber programas de investimentos voltados para o apoio direto à produção**. [...] estes programas procuram atingir, de forma seqüencial, os objetivos de fixar o trabalhador rural, **proporcionar-lhes condições de produzir e criar um ambiente favorável ao crescimento e desenvolvimento das comunidades** assentadas. Todos **os programas prevêem contrapartidas dos beneficiários**, **como mecanismos educativos capazes** de assegurar o compromisso com os objetivos de cada um dos programas, bem como possibilitar, em alguns casos, o **efeito multiplicador e difusor** da atividade. Com especial ênfase a **participação de mulheres, jovens e crianças** o programa de **segurança alimentar** estimula a implantação de um mix de cultura e criações para o autoconsumo da família, [...] é fomentada a agricultura de autoconsumo, a **formação de pomares e hortas domésticas**, criações rústicas como galinha 'caipira' e porca 'piau', que **requerem baixa tecnologia e um mínimo de insumos**. Com o intuito de conferir maior abrangência, prevê-se o repasse de filhotes para outras famílias, **multiplicando-se assim seus benefícios**. [...] o Itesp desenvolveu o **programa de recuperação e conservação do solo**, realizando uma serie de ações de maneira integrada, com a contratação de serviços de destoca, enleiramento e gradagem pesada em áreas 'sujas' do projeto, sem grande valor ecológico, e a execução dos serviços de terraceamento necessários **para a conservação do solo e água**. [...] o programa **correção da acidez dos solos**, realiza os levantamentos necessários para o fornecimento de calcário, suficiente para a correção de parte do lote do assentado, sem o que **seria impossível o início da produção**. [...] programa de **tecnologias adaptadas à agricultura familiar** ou mediante **parceria com empresas** produtoras, são fornecidas sementes de adubo verde para as áreas mais criticas, [...] Fundo de Sementes, **apóia-se à implantação das lavouras**, com sementes certificadas das principais culturas, através de empréstimo as famílias em início de assentamento ou em situações excepcionais, como o caso de sinistro, áreas de assentamento provisório ou com módulos insuficientes. [...] programa **de culturas perenes**, inicialmente destinava-se ao **incentivo a fruticultura** com o fornecimento de mudas de espécies frutíferas suficientes para a formação de um pomar comercial de ate 1,0 há por família, [...] A fruticultura é uma importante alternativa de **diversificação da produção**, apropriada a realidade dos assentamentos, demandando uso intensivo da mão-de-obra familiar **e proporcionando elevada renda por unidade de área**. [...] programa **de desenvolvimento florestal** visa ao reflorestamento do assentamento, com a distribuição de mudas de espécies exóticas, principalmente eucalipto, para plantio nos lotes dos assentados, com o **intuito de suprir a demanda da população assentada por madeira e**

> **lenha**, conseqüentemente, diminuindo a pressão sobre as reservas florestais, ao mesmo tempo em que **propicia maior diversificação da produção** e **fonte de renda** alternativa; [...] deve-se abordar a **questão do crédito rural**. A política de investimentos **proporciona determinadas condições para a viabilidade dos assentamentos, mas não todos**. A consolidação dos sistemas de produção depende da política federal e do **acesso dos assentados a fontes de financiamento**. [...] Permeando todas as etapas de desenvolvimento do assentamento, é realizado **um trabalho de formação e capacitação,** atividade desenvolvida em conjunto com a Diretoria Adjunta de Formação, Pesquisa e Promoção Institucional e **parcerias** estabelecidas para tal fim. Tem como objetivo fundamental contribuir para o assentado **aprimorar a gestão e o gerenciamento de sua unidade de produção**. (ITESP, 2000, p.33-40-41-43-50, grifos nosso).

A citação anterior, ainda que extensa, traz vários elementos que se correlacionam com o contexto de desenvolvimento explorado nos itens anteriores deste Capítulo, nos aspectos das significações conceituais. Identificamos, nas falas as questões do 'crescimento', 'sucessão de etapas', e desafios de superar os limites para 'alterar as estruturas'. Traz uma série de elementos referentes ao desafio da 'sustentabilidade', do desenvolvimento sustentável nas ações da ATER do ITESP. Aqui, nesta fase podemos identificar alguns elementos, presentes na fala (citação) sobre a atuação dos técnicos da ATER do ITESP como agente dos processos de desenvolvimento do assentamento. Como elementos de atuação dos técnicos de ATER destacamos: **'contrapartidas'**, **'efeito multiplicador'**, **'incentivo'**, **'difusor'**, **'mecanismos educativos'**. São elementos indicativos da extensão rural fundamentada nas pedagogias da transmissão, condicionamento e problematização que aprofundaremos as análises no Capítulo da Extensão Rural.

3.3.3 Fase – C: CONSOLIDAÇÃO.

Esta seria a última etapa a ser realizada partindo da atuação dos técnicos da ATER pela Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento. Ao final de sua conclusão, teríamos a comunidade assentada desenvolvida e várias unidades de produção familiares integradas a sociedade, na área reformada. O que se prevê para esta fase seria a '**consolidação'** das parcerias estabelecidas, da organização social e política das famílias, da inserção do assentamento na sociedade local, de projetos de agroindústria. Da formação integral das

famílias, com qualidade de vida e o exercício da cidadania. A palavra '**consolidação**' traz a significação de algo concluído, concretizado, materializado.

As características desta fase, ainda não estão bem definidas pelo ITESP. Nesta fase está prevista a 'emancipação' dos assentamentos, ou seja, a área de assentamento deixaria de ser tutelada pelo Estado, aqui representado pelo ITESP.

Como seria esta emancipação? Questões decorrentes dessa situação estão presentes, e ainda não resolvidas pelo fato de além de ser responsável pelo desenvolvimento dos assentamentos, o ITESP também é o administrador público do imóvel (terras públicas) onde se instalou a comunidade. Como avaliar se o assentamento está desenvolvido, consolidado? Que indicadores ter como referência para esta avaliação? O que emancipar: o assentamento ou as unidades de produção familiar individualmente? Pela falta de acumulo e reflexões sobre esta última etapa o ITESP ainda não tem definida suas principais características. E se é chegada a conclusão pela emancipação do assentamento e das unidades de produção familiares, qual seria então o novo papel do ITESP, nesta situação?

3.4 A Luta por terra, a questão agrária e os assentamentos – uso das terras públicas estaduais.

Contextualizando o período histórico que levou à eleição do Governador Montoro no Estado de São Paulo podemos destacar a importância do processo de redemocratização da sociedade brasileira. Estes processos traziam embutidos várias esperanças do povo, dentre elas, a expectativa da Reforma Agrária, bandeira da classe trabalhadora rural. Caminhando para se efetivar esse pleito o Governo Montoro dá início à política de assentamento de trabalhadores rurais materializando no seu governo a criação do IAF – Instituto de Assuntos Fundiários, vinculado a Coordenadoria Sócio-Econômica da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, sob a direção Dr. Jose Gomes da Silva em maio de 1983.

Como a realização do processo de reforma agrária era uma prerrogativa da União, do Governo Federal, fora estabelecida uma estratégia, que consistia na a utilização de terras

públicas próprias do Estado de São Paulo destinadas aos trabalhadores rurais iniciando esta experiência. Foi necessário o estabelecimento de artifício jurídico que contornasse o impedimento constitucional da reforma agrária como prerrogativa da União sem que confrontasse a pretensão estadual. Esse artifício foi traduzido pelo "PVTP - Plano de Valorização de Terras Publicas" que consistia na realização de projetos de assentamentos de trabalhadores rurais sem terra. Seriam desta forma aproveitadas as terras incorporadas a qualquer tempo ao patrimônio das entidades da Administração Direta e Indireta Estado de São Paulo ociosas ou sub aproveitadas ou aproveitadas inadequadamente. Através do Decreto Estadual - 21.003, de 20 de junho de 1983, o Governador Montoro determinou que fosse realizado no prazo de 60 dias, um inventário completo dos bens imóveis rurais da Administração Centralizada do Estado. Por outro Decreto Estadual - 24.231 de 21 de novembro de 1985 determinou que a Secretaria da Agricultura e Abastecimento procedesse o levantamento dos bens inventariados de forma a serem destinados para os projetos de assentamento. Tamanha era a 'vontade política', que os assentamentos se iniciaram antes mesmo do artifício jurídico tomar corpo a partir da criação da Lei 4.957 em 31 de dezembro de 1985.

Estava assim criada a condição para a formação de recursos humanos e desenvolvimento de novas metodologias, diferentes das utilizadas pelo INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária, no período da ditadura militar e que levassem em conta os aspectos do novo período democrático, principalmente o da participação das pessoas interessadas no processo de desenvolvimento dos assentamentos. Seria, portanto a grande contribuição que o Estado de São Paulo estaria dando, saindo na frente, acumulando experiência, para quando o Governo Federal iniciasse o verdadeiro processo de reforma agrária o governo de São Paulo teria uma contribuição qualificada a oferecer.

Enquanto aguardávamos as "Diretas já" e a expectativa do PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária foram iniciados os primeiros assentamentos pelo governo do Estado, antes até mesmo da publicação da Lei 4.957/85, aproveitando-se de áreas da FEPASA – Ferrovias Paulista Sociedade Anônima (caso de Sumaré), de áreas da CAIC – Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora (Porto Feliz) e mesmo de áreas remanescentes dos Projetos de Colonização remanescentes da Lei de Revisão Agrária do governo Carvalho

Pinto, como exemplo, a da Fazenda Pirituba em Itapeva - SP e de algumas áreas devolutas estaduais (gleba XV de Novembro) no pontal do Paranapanema.

3.5 Os aspectos da lei 4.957/85 – pontos relevantes.

Analisando o corpo desta Lei, pioneira no País, podemos observar aspectos interessantes, onde destacamos: a) a valorização e aproveitamento dos recursos fundiários ao se iniciar um processo de reforma agrária alternativo sob a esfera estadual gerando oportunidades de trabalho, b) o aspecto educativo de preparar estes trabalhadores para gestão de empresa agropecuária ou florestal rentável operando padrões tecnológicos apropriados e c) a garantia da participação dos trabalhadores de forma dialogada em todas as etapas de desenvolvimento do plano público de exploração. Para corroborar com as afirmações anteriores, citamos trechos dos Artigo 1º e 2º desta Lei:

> Art.1º. O Estado **desenvolverá planos públicos de valorização e aproveitamento de seus recursos fundiários**, para:
>
> I - promover **a efetiva exploração** agropecuária ou florestal de terras, que se encontrem ociosas, subaproveitadas ou aproveitadas inadequadamente;
>
> II **- criar oportunidades de trabalho e de progresso social e econômico a trabalhadores rurais** sem terras ou com terras insuficientes para a garantia de sua subsistência.
>
> [...]
>
> I - abranger exclusivamente as terras, que, por sua aptidão **ensejam a criação de empresa agropecuária ou florestal** rentável, capaz de operar segundo padrões tecnológicos adequados;
>
> II - propiciar o **aumento da produção agrícola** e proporcionar a **ocupação estável, renda adequada e os meios de desenvolvimento cultural e social de seus beneficiários**;
>
> III – assegurar a **plena participação dos trabalhadores rurais**, reunidos em sociedades civis de tipo associativo ou cooperativas, **em todas as fases de sua elaboração e de sua execução**. (ITESP, 2000, p.108, grifos nosso)

Ressalto a importância de valorizar os recursos fundiários do Estado ao serem destinadas áreas de terra para o assentamento de trabalhadores sem terra criando oportunidade de emprego como uma forma de treinar e preparar estas famílias para os futuros projetos previstos (esperados) na implantação do Plano Nacional de Reforma Agrária que deveriam ser realizados pelo Governo Federal da Nova Republica. Assim que

se iniciasse este processo o Estado de São Paulo teria várias famílias treinadas e preparadas para serem transferidas para estes assentamentos de reforma agrária. Sob este aspecto, aqui está presente a estratégia de contornar os limites do Estado respeitando-se as normas, mas procurando-se atender a necessidades dos trabalhadores. A criação desta Lei traz as iniciativas de romper, 'desatar os nós', contornar os limites constitucionais do Estado. Para ressaltar as formas de superação dos limites legais, trago uma contribuição de SOUZA FILHO (1989), elucidativa sobre esta questão transcrita a seguir:

> Sabemos que **aos Estados não restam poderes legiferantes sobre matéria de direito agrário**, isto é, para criarem institutos jurídicos nessa área. O legislador estadual, no mais das vezes, **para ajustar o poder-dever de gestão do acervo patrimonial publico que lhe é atribuído decidir, tem que fazer mágica para não ferir as regras de distribuição de competências previstas na Constituição federal**. Assim, **no estabelecimento de uma política fundiária estadual, deve observar o regramento constitucional**, a fim de que possa destinar **as terras rurais a função que devem cumprir, por aptidão e por conveniência regional.** (SOUZA FILHO, 1989, p.90, grifos nossos).

O aspecto educativo está presente na Lei desde a sua concepção que foi buscar no ensino agrícola o artifício jurídico para contornar o impedimento legal da realização do processo de reforma agrária, pelo governo do Estado, formando sua estrutura principal. Este aspecto, de superar os limites legais, encaminha como saída alternativa para o aspecto educativo, e este essencialmente para a Extensão Rural. A Lei prevê as etapas experimental e definitiva, como se fossem series escolares, onde as famílias seriam submetidas a avaliações após cada etapa, de forma a estarem aptas (capacitadas, preparadas) ao processo de reforma agrária definitivo. O aspecto educativo aqui mencionado é um indicador do trabalho para a extensão rural, uma de suas qualidades, que trataremos no Capítulo 4. Para ilustrar transcrevemos trechos de artigos da Lei onde são feita referências destes aspectos:

> Art. 3º. Os planos públicos, de que trata esta Lei, **serão desenvolvidos em duas etapas distintas e sucessivas**:
>
> I - **Etapa Experimental**;
>
> II - **Etapa Definitiva**.
>
> Art. 4º. A Etapa Experimental, tendo por objetivo **preparar, capacitar, e adaptar trabalhadores rurais** para a exploração racional e econômica de terra, obedecerá aos seguintes momentos:
>
> [...]
>
> Art.9º. A Etapa definitiva terá lugar mediante:
>
> I - **avaliação** do projeto cumprido durante a Etapa Experimental;

> II - **análise da proposta** dos beneficiários;
> [...] (ITESP, 2000, p.109-110, grifos nosso).

O aspecto participativo revelando o caráter democrático do período político está presente na Lei, em várias situações como: no mecanismo de acesso a terra por parte dos trabalhadores sem terra onde o processo é realizado por uma comissão de seleção envolvendo o setor público e a sociedade civil de forma a evitar o clientelismo político, em todas as fases de elaboração e execução dos planos públicos, nas variadas formas de organização para exploração econômica da área que poderia se dar de forma coletiva, mista ou por regime familiar, do planejamento do projeto da família. Para ilustrar, transcrevemos artigo da Lei que trata desta questão:

> Art. 7º. A **seleção dos beneficiários**, com base no anteprojeto técnico, será classificatória e exclusiva de grupos de trabalhadores rurais, **obedecendo a procedimento público**, realizado no município em que se localize preponderantemente o imóvel, por Comissão composta dos seguintes membros: [...]
>
> Art. 11º A **proposta dos beneficiários** deverá conter de forma preconizada para a concessão de uso das terras:
> I – em **parcelas individuais**;
> II – em forma de exploração de **tipo coletivo**, através de cooperativa da produção, ou;
> III - em forma de **exploração mista**. (ITESP, 2000, p.109-110, grifos nosso).

Ao permitir a criação de planos provisórios definidos no seu artigo 13, essa Lei dá oportunidade de agilidade ao gestor público para a realização de assentamentos emergenciais (provisórios). Este artigo materializa na Lei o mecanismo de contornar, superar os limites burocráticos do Estado como forma de agilizar o atendimento aos trabalhadores rurais em uma situação de conflito. Para ilustrar transcrevemos o referido artigo a seguir:

> Art. 13. Para **atender as situações emergentes** de calamidade pública, de grande oferta de mão-de-obra ou de elevada demanda de produção agrícola, poderão ser **elaborados planos provisórios** de aproveitamento e valorização dos recursos fundiários do Estado, com duração máxima de 3(três) anos, executando-se por meio de autorização administrativa, unilateral, discricionária e precária, de uso de terras pelos respectivos

> beneficiários, **dispensada a observância dos momentos, etapas e fases previstas nos artigos anteriores**. (ITESP, 2000, p.110-111, grifos nosso).

Desta forma, atendendo a demanda dos trabalhadores e mediando o conflito social, causado pela luta da terra, já se vai projetando o assentamento definitivo por meio das ações da extensão rural. Os processos educativos estabelecidos, iniciados pela Mediação de Conflitos garantem, desta maneira, a oportunidade de apoio efetivo à luta pela terra iniciada pelos agricultores. Ao iniciar o assentamento provisório, dá-se inicio a superação dos limites burocráticos do Estado minimizando-se os efeitos penosos do acampamento. Aqui neste processo de negociação estabeleceu um novo 'instituto' no ITESP que é a Mediação de Conflitos Fundiários. Esta, grosso modo poderia ser vista apenas como uma forma do Estado tomar conta do conflito estabelecido. Mas sua forma de atuação acaba sendo uma 'ancora' a luta pela terra, para a conquista do futuro assentamento por parte dos trabalhadores. Na luta pela terra não existe nada pior do que fazer várias ocupações e não se ter um interlocutor do Estado que ajude a superar os obstáculos para a conquista do assentamento. Como conseqüência, este trabalho trouxe o desenvolvimento de toda uma metodologia de mediação de conflitos fundiários feita pelos profissionais do ITESP. Para ilustrar transcrevemos trechos da publicação Cadernos do ITESP nº 6, 'Mediação no Campo':

> Após **o levantamento das primeiras informações**, o Itesp desloca técnicos para o local da ocorrência para a complementação das informações levantadas e contato com as partes para explicitação dos interesses em jogo. Este **contato direto com os envolvidos nos conflitos é de fundamental importância para o trabalho**, pois é através dele que se **estabelecem os parâmetros de relacionamento e respeito mútuo – condições indispensáveis a mediação**.
>
> A **Assessoria de Mediação de Conflitos Fundiários objetiva** a pacificação e resolução imediata dos conflitos, porem, quando tal intento não é atingido, procura-se **através da articulação com as esferas de governo** (Secretarias, Policia Militar, Procuradoria Geral do Estado, etc.) e do apelo às instâncias do poder judiciário, **criar as condições necessárias para o desenrolar pacifico das negociações**.
>
> [...] O que se busca garantir com isso é contenção de reações violentas e a **possibilidade de acomodações emergenciais até o surgimento de uma solução definitiva**. (ITESP, 2000, p.20, grifos nosso).

Este fato (mediação de conflitos) teve relevância para a formação institucional, pois está dentro do espírito de 'desatar os nós', contornar, superar dos limites do Estado no desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Paralelamente aos "Planos Públicos" é aprovada a Lei 4.925 em dezembro de 1985, ainda no governo Montoro (1982 -1986), para permitir a regularização dos projetos de colonização remanescentes do período da ATRA (Assessoria Técnica de Revisão Agrária) ainda não resolvidos. Este fato traz relevância, também na formação institucional da futura fundação ITESP por servir de reflexão. Ao serem avaliados os projetos de colonização serviram de contraponto e sugestões na concepção dos novos projetos de assentamento que ora se iniciava.

4 A extensão rural

A palavra 'extensão' tem origem, em 1914 nos Estados Unidos a partir de serviços prestados por professores fora das Universidades, estando, ao mesmo tempo, a serviço do Departamento Federal de Agricultura como uma instituição pública. OLINGER (1996) afirma que a 'atividade extensionista é praticada há muitos séculos' e está 'intimamente ligada ao desenvolvimento da Agricultura'. O autor esclarece 'que há relatos informando que o imperador romano Adriano, visitando o Egito, já encontrara instrutores ensinando agricultores das margens do Nilo a plantar trigo irrigado'.

O termo foi traduzido e levado para vários idiomas, em cujos países seus objetivos se diferenciaram, assim como os meios para atingi-los conforme a conveniência e interesses políticos e econômicos. As alterações, adequações (caminhos e descaminhos) se dão tanto na forma para a transmissão, quanto dos conteúdos. Para ilustrar transcrevemos trecho de FONSECA, 1985, onde aparece esta indicação:

> Este modelo, oficializado pelo Estado americano e denominado pelos especialistas de 'modelo clássico', é o que **vai servir de base a criação e a organização dos Serviços de Extensão implantados nas regiões consideradas subdesenvolvidas**, a partir da segunda Guerra Mundial.
>
> Nestas regiões entre as quais incluía-se a Antérica Latina, **a ação extensionista foi propostas pelos governos locais**, em convênios com as agências americanas de Extensão Rural. Foi característico desta primeira fase um exagerado entusiasmo fundado na idéia de que **era necessário informar e persuadir os agricultores** a adotarem melhores práticas agrícolas para se conseguir um aumento significativo na produção de *fibras e alimentos*. [...]
>
> A **forma encontrada para a transmissão desse conteúdo técnico-científico** aplicável à agricultura foi o uso intensivo de recursos audiovisuais para **a difusão das mensagens**. [...]
>
> É evidente que providências foram tomadas e **alterações foram feitas** no sentido de adequar o modelo extensionista americano a realidade do subdesenvolvimento.
>
> Naturalmente, **esta adequação não veio sem o respaldo teórico**. [...] (FONSECA, 1985, p.40-41-42, grifos nosso).

Ao termo Extensão Rural somou-se, ao longo do tempo, o termo Assistência Técnica que passa a ter novas significações no conjunto de atuação do Estado como política pública promotora de desenvolvimento rural sustentável.

4.1 ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural – estabelecendo sentidos e significações.

Para completar nossa análise, neste estudo, precisamos da definição e significação da expressão 'ATER' anteriormente mencionada em outros itens. Para termos uma clareza da significação, deste 'novo' substantivo, decompomos e analisamos as idéias trazidas por estes dois termos – AT - Assistência Técnica e ER - Extensão Rural, estabelecendo as correlações que tem entre si no senso geral e precisando as características de cada termo, no específico.

Para AT – Assistência Técnica trazemos a definição de ações ou intervenções promovidas pelo agente de ATER no 'itinerário técnico' de um determinado processo, seja ele agrário ou social. Trazemos a idéia de 'itinerário técnico' da metodologia de Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários (DSA) desenvolvido por Marc Dufumier apud GARCIA FILHO (1994). Para melhor ilustrar a definição de 'itinerário técnico' transcrevemos a seguir a citação do Guia Metodológico:

> Para **caracterizar cada operação do itinerário técnico**, são necessárias algumas informações, tais como:
>
> - A **finalidade da operação** e as **operações anteriores** e **posteriores necessárias**;
> - O **período de realização** e o **número de vezes** em que a operação é repetida num mesmo ciclo cultural;
> - As **datas de ocorrência**, o **prazo geralmente cumprido pelo produtor** e o **prazo permitido pelas condições agroecológicas regionais**;
>
> [...]
>
> - Os **instrumentos utilizados** (ferramentas, equipamentos, e infra-estrutura), sua origem (próprias, alugados, emprestados, etc.) e, caso não sejam próprios, a facilidade de obtê-los na região;
>
> [...]
>
> O **itinerário técnico** é **uma sucessão lógica e ordenada de operaçõe**s culturais aplicadas a uma espécie, a um consorcio de espécies ou a uma sucessão de espécies vegetais cultivadas. O mesmo conceito pode ser aplicado a grupos de animais. (GARCIA FILHO, 1994, p. 30, grifos nosso).

Como exemplo de Assistência Técnica podemos citar que ela acontece quando o agente de ATER faz uma intervenção ao alterar uma seqüência lógica de operações em um determinado roteiro (itinerário técnico) produtivo ou social. Quando o técnico propõe que seja introduzida uma nova variedade de gramínea no sistema de produção de leite de um agricultor,

ele está propondo uma alteração no roteiro (sucessão lógica e ordenada) daquele produtor, com base em indicadores técnicos daquela nova variedade de capim. Então, definimos este ato, como uma ação de assistência técnica. Quando um assistente social propõe para uma família de agricultores o aproveitamento das folhas de beterraba na sua alimentação diária, este ato pode ser entendido como uma ação de assistência técnica. O assistente social está, desta forma propondo uma alteração na rotina (itinerário técnico) da alimentação daquela família. Assim, por Assistência Técnica entendemos ser todas as ações praticadas pelo 'especialista', técnico agente de ATER quando faz uma intervenção no 'itinerário técnico', seja ele agrário ou social. Para estes casos são levados em considerações às especializações e formações acadêmicas do agente de ATER. Podendo ser para esta questão: agrônomos, veterinários, zootecnistas, sociólogos, antropólogos, geógrafos, assistente social, etc - profissionais multidisciplinares que atuam no campo da ATER, como no caso do ITESP. Estes serão insubstituíveis nas ações de assistência técnica, dentro dos 'itinerários técnicos' de sua área de especificidade, sem, no entanto deixarem de ser agentes de ATER.

Para a ER – Extensão Rural remetemos a definição como sendo ações de promoção e animação de processos educativos por meio de metodologias participativas integradas às dinâmicas locais. Desta forma quando os profissionais mencionados anteriormente estabelecem ações educativas dizemos que estão realizando trabalho de extensão rural, independente de sua especialização profissional. Estariam atuando em um campo mais geral, abrangente, no qual teriam que considerar as questões sistêmicas e holísticas, princípios presentes na atual PNATER – Política Nacional de ATER.

Somando os dois conceitos AT + ER percebemos que o termo ATER está perfeitamente construído para dar conta das atuais necessidades para uma política de desenvolvimento sustentável dos assentamentos e da agricultura familiar, pois concilia as especificidades e as generalidades em único termo, sendo portando um orientador para as ações do agente de ATER.

Várias definições de extensão rural são utilizadas nos diversos países que a adotaram. Entre as principais, pode-se considerar a relação a partir de dois componentes – **comunicacional e educacional**. A dimensão comunicacional é tida como um processo dinâmico que consiste em levar aos agricultores informações úteis e relevantes para seu aprendizado. A dimensão educacional visa ajudar o agricultor a adquirir conhecimentos,

habilidades e atitudes para utilizar com eficiência essas informações. Desta forma, a extensão rural se confunde com a educação informal, tendo por objetivo final melhorar o nível de vida de seu público-alvo (SWANSON e CLAAR, citados por ALMEIDA, 1989, p.9).

FREIRE (1983) aborda os vários significados do termo "extensão", conforme o seu contexto, em uma análise semântica, partindo de pontos diferentes, como o lingüístico da palavra. Mostra como o seu significado engloba ações que transformam o agricultor em objeto e não como coadjuvante da ação educativa de caráter libertador. Neste sentido destaca ainda o papel do extensionista como educador, o qual deve se colocar como aprendiz, na produção do conhecimento, de ações geradoras de autonomia proporcionada pelo diálogo. Esta postura pedagógica do educador promove o confronto entre o conhecimento empírico e o científico, para a construção de um novo conhecimento. FREIRE (1983) ilustra os vários significados do termo extensão:

> Extensão.....Transmissão
> Extensão.....Sujeito ativo (o que estende)
> Extensão.....Conteúdo (que é escolhido por quem estende)
> Extensão.....Recipiente (do conteúdo)
> Extensão.....Entrega (de algo que é levado por um sujeito que se encontra 'atrás do muro' aqueles que se encontram 'além do muro', 'fora do muro', daí que se fale de em atividades extra-muros)
> Extensão.....Messianismo (por parte de quem estende)
> Extensão.....Superioridade (do conteúdo de quem entrega)
> Extensão.....Inferioridade (dos que recebem)
> Extensão.....Mecanismo (na ação de quem estende)
> Extensão.....Invasão cultural (através do conteúdo levado, que reflete a visão de mundo daqueles que levam, que se superpõe a daqueles que passivamente recebem). (FREIRE, 1983, p. 12-13).

4.2 A Extensão Rural Como Processo Educativo – Fundamentos.

A promoção, construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável para as comunidades assentadas podem ser feitas a partir de ações da extensão rural. Estas ações são baseadas em processos educativos e participativos. Para fundamentar as ações educativas, em seus mais variados graus e níveis prescindimos de fundamentação pedagógica que dê o suporte às estratégias a serem desenvolvidas. Os graus e os níveis são estabelecidos pelo Estado, através de sua instituição de ATER com maior ou menor controle,

mediante limites impostos à ação extensionista. Como forma de estabelecer ou manter o controle, e o modelo de desenvolvimento desejado pode se fazer opções metodológicas baseadas em pedagogias diferenciadas. Os processos educativos, assim como suas respectivas metodologias têm por base uma determinada pedagogia. As opções pedagógicas adotadas por um determinado contexto refletem as ideologias e os objetivos que o Estado promove como parte de suas políticas. O interesse central pode não estar voltado aos fundamentos epistemológicos da pedagogia, mas sim aos efeitos de sua aplicação. A opção pedagógica, quando exercida de maneira dominante durante um período prolongado, tem conseqüências discerníveis sobre a conduta individual e também sobre o comportamento da sociedade no seu conjunto. Consideramos como base educativa da ATER, detalhada nos itens seguintes, para esse contexto: o ensino-aprendizagem e três opções pedagógicas, apesar de polêmicas, por seus domínios: a pedagogia de transmissão, pedagogia de condicionamento e a pedagogia da problematização.

4.2.1 A pedagogia de transmissão

A pedagogia de transmissão parte da premissa de que idéias e conhecimentos são os pontos mais importantes da educação e como conseqüência, o aluno (agricultor) terá como objetivos 'receber' o que o extensionista ou livros lhes oferece. O aluno (agricultor) é considerado como uma 'página em branco' onde novas idéias e conhecimentos externos serão impressos. Essa pedagogia pode estar presente nas situações de educação formal ou não-formal (popular). Assim, temos o treinamento de agricultores, que utilizam estilo autoritário e vertical na transmissão de novos conhecimentos técnicos que implicam na entrega destes conhecimentos sem o conseqüente desenvolvimento das suas habilidades intelectuais (observação, análise, avaliação, extrapolação, compreensão, etc.) As conseqüências dessa pedagogia no individuo seriam: elevada absorção de informações, hábito de tomar notas e memorizar, passividade do aluno (agricultor) e falta de atitude crítica, distância entre teoria e prática, tendência ao racionalismo radical, preferência pela especulação teórica, falta de 'problematização' da realidade. Produz-se uma 'domesticação' e contribui-se para o controle do Estado, limitando-se o desenvolvimento. Para a comunidade assentada as conseqüências do

uso somente desta pedagogia, seriam: adoção inadequada de informações e tecnologia, conformismo, individualismo e falta de participação – cooperação, falta de conhecimento da própria realidade, submissão à dominação e ao colonialismo e manutenção da divisão de classes sociais (*status quo*). Seria a base do controle, dos limites de ação do Estado, um bloqueio ao desenvolvimento. Essa pedagogia sugere os fundamentos aplicados no modelo "difusionista" de Extensão Rural.

4.2.2 A pedagogia do condicionamento

A pedagogia do condicionamento enfatiza os resultados comportamentais em detrimento das idéias e os conhecimentos. Concentra-se no modelo da conduta mediante um jogo eficiente de estímulos e recompensas capaz de "condicionar" o aluno (agricultor) a emitir respostas desejadas pelo professor. Mediante a repetição da associação 'estimulo-resposta-esforço', o aluno (agricultor) termina por ser condicionado a emitir respostas desejadas sem a necessidade de um reforço contínuo. As conseqüências dessa pedagogia no indivíduo seriam: a alta eficiência da aprendizagem de dados e processos, o não questionamento dos objetivos nem do método, a não participação da escolha do método, a não problematização e análise crítica da realidade, a falta de oportunidade de crítica às mensagens (conteúdos) do programa, a tendência ao individualismo, a competitividade e renúncia à originalidade. No âmbito social: maior ênfase na produtividade, dependência de fonte externa de programas, equipamentos e métodos, suscetibilidade a manipulação ideológica ou tecnológica, tendência ao conformismo e pragmatismo utilitário. Parece lógico que os métodos emergentes dessa pedagogia devem ser utilizados somente após que os alunos terem desenvolvido sua consciência crítica e sua capacidade de problematizar a realidade em que se encontram. Essa pedagogia aponta fundamentos utilizados no modelo "difusionista" com enfoque 'produtivista'.

4.2.3 A pedagogia da problematização

A pedagogia da problematização parte da base que, em um mundo de mudanças rápidas, o importante não são só os conhecimentos ou idéias, nem os comportamentos corretos e fáceis que se espera, mas sim o aumento da capacidade do aluno (agricultor), que age e participa da transformação social, em detectar os problemas reais e buscar soluções originais e criativas. Assim, a capacidade que se quer ver desenvolvida é a de fazer perguntas relevantes em qualquer situação para entendê-las e ser capaz de resolvê-las a contento. No contexto dessa pedagogia o mais importante é o desenvolvimento da capacidade de observação da realidade imediata ou circundante, global e estrutural, detectando todos os recursos, identificando os problemas que obstaculizam (limitam) um uso eficiente e eqüitativo dos referidos recursos, localizar as tecnologias disponíveis ou inventar novas tecnologias apropriadas e encontrar formas de organização do trabalho e ação coletiva. Nesse caso, não é tão importante à transmissão de conceitos, fórmulas, receitas e procedimentos nem tampouco a aquisição de hábitos fixos e rotinas de trabalho. Essa pedagogia não separa a transformação individual da transformação social que deve desenvolver-se em situação grupal. Esta pedagogia pode ser representada pelo diagrama abaixo, bastante simples que MAGUEREZ (1970), seu autor denominou de "método do arco":

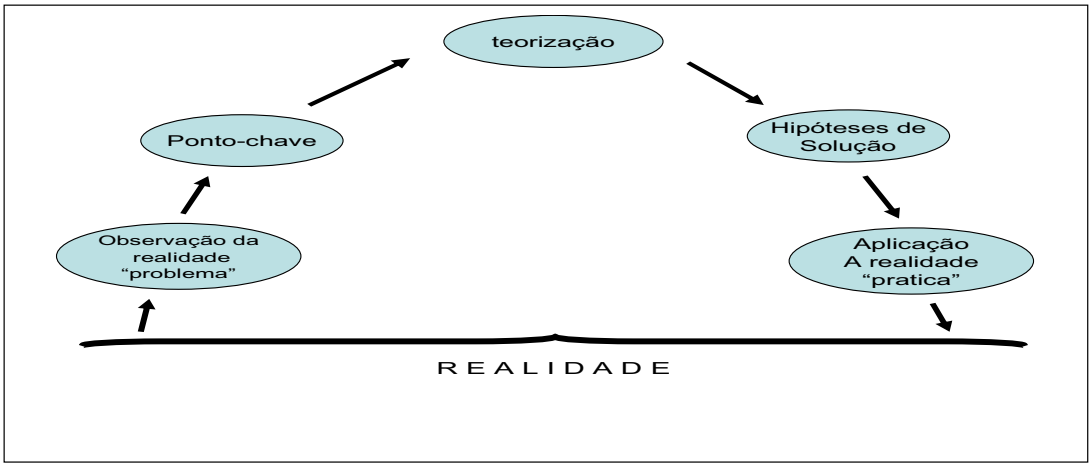

Figura 1 : método do arco de MAGUEREZ.

O grande mérito dessa pedagogia está no fato de que o aluno (agricultor) usa a realidade para aprender com ela, ao mesmo tempo em que se prepara para transformá-la. As conseqüências dessa pedagogia no indivíduo seriam: aluno (agricultor) ativo, observando, formulando perguntas, expressando percepções e opiniões, motivação pela percepção de problemas reais cuja solução se converte em reforço, aprendizagem ligada a aspectos significativos da realidade, desenvolvimento das habilidades intelectuais de observação, análise, avaliação, compreensão e extrapolação, intercâmbio e cooperação com os demais membros do grupo, superação de conflitos como parte natural da aprendizagem grupal e nivelamento de '*status'* entre professor e aluno - extensionista e agricultor (diálogo de iguais). Para a sociedade essa pedagogia pode trazer métodos e instituições originais, adequadas a própria realidade, cooperação na busca de soluções para problemas comuns, uma população conhecedora de sua realidade e reativa a invasão cultural, elevação do nível médio de desenvolvimento intelectual da população estimulada pelo desafio, criação ou adaptação de tecnologias viáveis e culturalmente compatíveis. E se queremos superar limites, contornar os obstáculos, 'desatar os nós' na direção ao desenvolvimento rural sustentável dos assentamentos pelas ações da ATER nos parece razoável que estabeleçamos preferência por esta ultima pedagogia. Assim, conforme a opção e contexto político de prática pedagógica que desejamos para a extensão rural, nos parece que há uma nítida superioridade da terceira pedagogia, sem querer com isto descartar as outras. Podem existir momentos em que o processo de ensinar requeira apenas a transmissão de informações ou até mesmo a execução de rígidas seqüências operativas. O que não podemos perder de vista é o objetivo fundamental da ação educativa, que consiste em desenvolver a personalidade integral do aluno (agricultor) ou de sua unidade de produção familiar (*sítio*), sua capacidade de pensar e raciocinar, assim como seus valores e hábitos de responsabilidade, cooperação e sociabilidade.

4.3 O processo do ensino-aprendizagem.

Como parte do procedimento educativo, além da pedagogia utilizada precisamos compreender o processo de ensino-aprendizagem.

Partimos de definições conceituais estabelecidos por BORDENAVE e PEREIRA (1997) sobre o 'ensino' compreendido como:

> **Ensino**. **Processo** deliberado **de facilitar que outras pessoas aprendam e cresçam** intelectual e moralmente fornecendo-lhes situações planejadas de tal modo que os aprendizes **vivam as experiências necessárias** para que se **produzam as modificações desejadas** de maneira mais ou menos estável. (BORDENAVE e PEREIRA, 1997, p.56, grifos nosso).

E sobre 'aprendizagem' como:

> **Aprendizagem**. Uma **modificação relativamente permanente** na disposição ou **capacidade do homem**, ocorrida como um **resultado de sua atividade** e que não pode ser simplesmente atribuída ao processo de crescimento e maturação biológica do ser. (BORDENAVE e PEREIRA, 1997, p.38, grifos nosso).

Ter a compreensão do processo de ensino-aprendizagem ajuda a entender como a extensão rural, no seu aspecto educativo, pode contribuir para romper os limites do Estado. Ao se adequar às ações práticas de ATER que caminhem para uma educação 'problematizadora' ou 'libertadora' estamos contornando os obstáculos ao desenvolvimento rural sustentável dos assentamentos.

4.4 A Extensão rural no Brasil – breve histórico e características.

Neste item, a seguir, o enfoque abordado ficou nos aspectos da extensão rural, durante o transcorrer histórico e sua relações com o Estado. Não entramos em detalhes 'biográficos' da extensão rural. As organizações de ATER passaram por várias fases, com funções e objetivos que variavam de acordo com o momento histórico vivido e os interesse dos setores hegemônicos da sociedade rural brasileira.

A extensão rural brasileira inicia-se como projeto piloto no município paulista de Santa Rita do Passa Quatro e se formaliza em Minas Gerais em 1948. Nasce com caráter privado e público ao mesmo tempo. Se institucionaliza na forma de associação, a ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural. Nasce sob a influência norte-americana, criadores do serviço de extensão rural, sob o interesse do capital internacional comandado por *Nelson Rockfeller* e da 'política brasileira'. Por meio de sua agência filantrópica, *AIA – American Interantional Association for Economic and Social Development,* intimamente ligada ao seu grupo econômico (*Rockfeller)* que tinha interesses a explorar, principalmente a área de minérios no Brasil, é realizado convênio entre a AIA e a ACAR, para o início dos trabalhos de extensão rural. A extensão rural nasce privada (financiada pela AIA – instituição filantrópica)

associada ao agronegócio[3] e pública (vinculada ao governo do estado de Minas Gerais) ao mesmo tempo. Para entendermos o caráter da extensão rural brasileira, as motivações de sua criação, recorremos a OLIVEIRA (1999) que analisa as circunstâncias de formatação da extensão rural no Brasil, cujo trecho transcrevemos aqui:

> [...] que busca nos personagens, **nas suas iniciativas, nas suas ações e reações**, os **elementos da construção do serviço de extensão rural**, **sem desprezar as idas e vindas** tão comuns **quando o que deve ser feito** desdobra-se por um arco de tempo suficientemente longo para que **intervenham forças capazes de esvaziar, reorientar ou até deformar idéias originais** expressas pelos protagonistas e demais **personagens da cena política**.
>
> [...] Muitos dos fatos aqui relatados não apresentam novidade para quem conhece **detalhes da estória extensionista brasileira**. Já em 1962, Luppi havia revelado aspectos importantes do que aqui será tratado, como é o caso **da dupla influencia norte-americana**: **privada (*AIA*) e pública (*Programa Ponto IV*)**. A despeito desse conhecimento, o tratamento do tema na literatura é, em geral, restrito, incidindo-se tão-somente sobre a relação mais direta da cooperação internacional, **não concedendo importância às circunstâncias e ao envolvimento político e econômica dos principais personagens**.
>
> [...] o ganho com o livro de Colby & Dennett está na riqueza de detalhes que permite **estruturar diversos relacionamentos**, entre os quais, **os desenvolvidos entre: instituições filantrópicas (como a AIA) e lucrativas (Ibec)**; empresas integrantes do agronegócio; **interesses econômicos estrangeiros e nacionais e a política brasileira**; **interesses privados (grupo Rockfeller) e interesses públicos (Departamento de Estado Americano)**. (OLIVEIRA, 1999, p.98-99-100-101, grifos nosso).

Em OLIVEIRA (1999) verificamos que o caráter da extensão rural sofre as influências políticas, com 'idas' e 'vindas' e a caracterização de seu jeito institucional híbrido entre o 'privado' e o 'público'. Para corroborar com esta afirmação transcrevemos o trecho a seguir:

> Além desses elementos presentes no âmago da origem extensionista no Brasil, tomada unicamente como **ente administrativo**, a Acar **mostrou uma atuação inovadora** não só na sua área de atuação, mas **no âmbito do serviço público** brasileiro em geral, já que seu modelo transpôs as fronteiras de Minas Gerais em todas as direções. As Acars **situavam-se a meio caminho entre órgãos públicos típicos** (departamentalizados e burocratizados) **e instituições privadas**; **recebiam recursos de diversas origens** (estatais e de varias instancias, privados, de fundações, etc) e **dispunha de flexibilidade administrativa até então desconhecida no Brasil** e, mais ainda, na esfera de governo voltada para a agricultura. (OLIVEIRA, 1999, p.128, grifos nosso).

BARROS (1994) apresenta análise crítica que mediante o contexto de criação da extensão rural no Brasil ela não 'encontrou o "verdadeiro caminho" para o desenvolvimento

[3] Para quem se interessar nos detalhes de como se associam os interesses privados e as práticas do Estado capitalista que favorece sua classe governante, recomendo a leitura completa do artigo de Mauro Marcio de Oliveira, sob o titulo: 'As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil' publicado em Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 16, n.2, p.97-134, maio/ago.1999.

rural brasileiro'. Sustenta sua afirmação, considerando que 'nos "processos de mudanças", a força da idéias é muito maior que a força das armas'. Por esta razão propõe que se 'examine as idéias que formaram a estrutura ideológica dos serviços de Extensão rural'. Sua conclusão é a de que a extensão rural, por estar vinculada a 'ideologia americana', imposta e transposta para o Brasil, não levava em consideração as reais necessidades do agricultor brasileiro. E por desconsiderar a realidade brasileira e estar a serviço de outros interesses, a extensão rural deixa de propiciar o desenvolvimento rural. Para corroborar com as afirmações anteriores e ilustrar, transcrevemos alguns trechos, apesar de longo, mas extremamente elucidativo:

> [...] a iniciativa de da **implantação dos serviços de Extensão Rural**, entre nós, não foi obra de nossos governos, nem de nossos técnicos, **mas de governo e dos técnicos norte-americanos, que vieram para aqui, trazendo consigo um "modelo" que já havia sido experimentado na agricultura daquela grande nação do Norte**. Para a criação desse "modelo", **não se fez uma pesquisa de campo necessária**, com o objetivo de conhecer as "condições da vida rural brasileira", no mais amplo sentido da palavra; procurou-se, apenas, **criar uma estrutura, treinar técnicos e pô-la em funcionamento com suporte financeiro**, do qual participava uma entidade norte-americana e um governo estadual brasileiro. [...] Mas **nada disso foi examinado**, então, pelos "corifeus do extensionismo", preocupados unicamente em **aumentar nosso "produto interno bruto"**, com o objetivo de **aumentar nosso poder aquisitivo** e fazer de nós "bons fregueses" e "bons amigos" para seus produtos industriais que cresciam assustadoramente e tinham necessidade de "**abrir novos mercados de consumo**" para garantir seus altos padrões de vida.
>
> E foi assim **que absorvemos**, sem maiores exames, o famoso "**modelo ideológico" norte-americano, que passou a funcionar, entre nós**, "como uma tampa quadrada numa lata redonda".
>
> [...]
>
> Não se levou **em conta a estrutura patronal de nossa Agricultura**; não se cogitou em **conhecer as relações de trabalho** que se desenvolviam nas grandes, médias e pequenas propriedades; não se preocupou **em saber como vivia** o nosso homem rural, dentro da família, dos grupos de vizinhança e, até mesmo dentro da comunidade; não se examinou a fraqueza do "espírito associativo" de nossos produtores rurais, enfim **não se procurou conhecer** os seus níveis de aspiração, nem seus métodos de vida e trabalho.
>
> Neste particular, fizeram conosco o que faziam os médicos antigos que "passam receitas" a doentes por "meras informações", sem conhecer as condições dos pacientes, nem mesmo a sintomatologia das enfermidades. Mas nada disso importava. O importante era **cumprir um programa de desenvolvimento** "over sea", para a detonação de um "processo" que, mais hoje mais amanhã, **haveria de produzir os efeitos necessários**, ainda que viesse a exaurir grande parte das riquezas potenciais do Terceiro Mundo, as quais sempre estiveram na mira de grandes firmas norte-americanas.
>
> [...]
>
> O açodamento e a pressa com que foi criado não nos deram tempo suficiente **nem mesmo de pensar numa série de "problemas" que precisariam ser examinados**, preliminarmente, antes de pormos mão à obra. (BARROS, 1994, p.667-668, grifos nosso).

BARROS (1994) considerou, apenas, o aspecto "produtivo – desempenho econômico" na trajetória da extensão rural e sobre como esta estaria limitada quanto ao desenvolvimento

rural por não considerar a realidade dos agricultores e seus "problemas" (pedagogia da problematização). FONSECA (1985), foi mais além, na reconstrução do percurso histórico de como se deu à implantação da Extensão Rural no Brasil, além do aspecto em relação ao desempenho econômico do setor agrícola, considerou o aspecto da preocupação das elites para com a educação rural. O aspecto 'educativo' da extensão rural levou FONSECA (1985) a defini-lo como um "projeto educativo para o capital", que foi desenvolvido no âmbito da produção, colocando o mercado como esfera de socialização e de acumulação. Este 'processo educativo original' levado pela extensão rural fora construído conforme a essência do sistema capitalista sob a salvaguarda do Estado.

OLIVEIRA (1999) procura destacar o aspecto 'educativo' da extensão rural e excluí-lo da significação trazida por FONSECA (1985) de que a extensão rural (educação) somente fica a serviço do capital. O autor considera que não há 'educação em suspenso, desatrelada do mundo real das relações sociais e econômicas onde se dão as práticas pedagógicas'. O 'processo educativo' da extensão rural pode ser 'questionador da substância do capitalismo' como no caso das 'propostas alternativas' (educativas) formuladas por Paulo Freire. Para explicitar o caráter 'educativo' da extensão rural e o seu público transcrevo trecho de OLIVEIRA (1999) sobre esta polêmica:

> Relativamente a questões filosóficas polêmicas, chama-se a **atenção para o "projeto educativo" do Serviço** e para a ênfase sobre o **público constituído de "agricultores familiares**". Evidentemente, que **estas duas questões** são como a cara e a coroa da "moeda extensionista", vale dizer, **podem até ser analisadas separadamente**, mas **não se apartam** uma da outra **no exercício da ação.** (OLIVEIRA, 1999, p.129, grifos nosso).

Ainda, sobre o aspecto educativo, transcrevemos definição de OLINGER (2006) para a Extensão Rural:

> Extensão rural é um **processo educativo** que visa o desenvolvimento rural, utilizando métodos simples e práticos que levam o homem do campo a interpretar e responder, de maneira apropriada, as mensagens de mudanças, através de **amplos processos de participação** na identificação de **suas necessidades** e resolução de **seus problemas**.
>
> [...]
>
> Extensão rural é um **processo educativo** que tem por fim elevar a **produtividade do trabalho** e a **qualidade de vida** das famílias rurais **sem dano ao meio ambiente**. (OLINGER, 2006, p.12, grifos nossos).

RODRIGUES (1994) analisando as características do 'projeto extensionista, independente da ênfase conjunturalmente assumida no direcionamento dos programas', no seu entendimento, 'nunca deixou de se voltar para os objetivos do capital'. Este autor afirma que as 'ações de extensão rural, consentâneas com a dinâmica social que se configura a forma de desenvolvimento' leva para 'estratégias políticas estatais' que apresentam características 'detectáveis ao longo do tempo'. Em artigo do 'Cadernos de Ciência e Tecnologia' RODRGUES (1997) estabelece três fases para a extensão rural considerando essas características, os aspectos da orientação filosófica e do modelo operacional, buscando precisar as datas para as fases, as quais denominou: a) Humanismo assistencialista; b) Difusionismo produtivista e c) Humanismo crítico. Para melhor ilustrar, estas características, suas relações e as datas, segue abaixo o quadro de RODRIGUES (1997) que resume a análise:

Quadro 1 - Caracterização resumida dos três períodos do processo evolutivo da extensão rural no Brasil

Especificação	Humanismo assistencialista	Difusionismo Produtivista	Humanismo Crítico
Prevalência	1948-1962	1963-1984	1985-1989
Público Preferencial	Pequenos Agricultores	Grandes e médios Agricultores	Pequenos e médios Agricultores
Unidade de trabalho	Família Rural	Produtor Rural	Família Rural
Orientação pedagógica	"Ensinar a fazer fazendo"	Difusionista	Dialógica problematizadora
Papel do agente de extensão	Indutor de mudanças de comportamento	Elaborador de projetos de crédito rural	Catalisador de processos sociais
Tipo de Planejamento	Vertical ascendente	Vertical descendente	Circular
Papel da tecnologia	Apenas subjacente: instrumento para melhorar as condições de vida da família rural	Finalístico: modernizar o processo produtivo aumentando a produtividade da terra e do trabalho	Essencial, mas dentro de padrões de equilíbrio ecológico, energético e social.
Tipo e uso do crédito rural	Supervisionado: cobre investimentos no lar e na propriedade (produtivos ou não)	Orientado; voltado para produtos com o fim de viabilizar tecnologias de uso intensivo de capital.	Orientado: voltado preferencialmente para viabilizar "tecnologias apropriadas"
Organização da população	Cria grupos de agricultores, donas de casa e jovens rurais.	Não se preocupa com este tipo de ação	Estimula a organização e o associativismo rural autônomos

Fonte: RODRIGUES (1997, p. 122).

CAPORAL (1998) avança na análise das características da ATER, para além do que RODRIGUES (1997) estabeleceu, com algumas semelhanças. CAPORAL (1998) afirma que é possível caracterizar-se quatro períodos principais pelos quais as políticas de ATER passaram no Brasil: (1) "familiar assistencialismo" - 1948-1960, a característica era: 'extensão rural totalmente dirigida para a assistência integral em todos os aspectos da vida cotidiana da família rural; (2) "produtivismo modernizador" - 1961-1980, a característica era: que a 'modernização da agricultura brasileira deveria ser levada ao extremo com a difusão de inovações tecnológicas sob a égide do crédito rural supervisionado', (3) "crítico reflexivo" - 1980-1990, a característica era: 're-pensar' a extensão rural sinalizando a preocupação de uma ação capaz de encarar os verdadeiros problemas da realidade agrária brasileira e dos paises sub-desenvolvidos e o período de (4) "transição ambientalista" a partir de 1990, a característica estava dada pelo discurso ambiental, da defesa e uso racional dos recursos ambientais – a sustentabilidade e agroecologia. CAPORAL (1998) ressalva que as características de cada período devem ser entendidas como mescladas entre si, e com certas características permanecendo entre elas.

Em geral a ATER tende a ser vista como: "um processo de educação não formal, dirigido a homens, mulheres e jovens do meio rural" e que a 'relação entre técnicos e agricultores ocorre mediante um processo de comunicação, cujo conteúdo de novas idéias são difundidas através de uma metodologia de extensão desenvolvida para este fim'. Em resumo, se trata de uma ação destinada a implicar ocorrências de mudanças no meio rural'.(CAPORAL, 1998, p. 42).

4.5 A extensão rural no ITESP e o desenvolvimento dos assentamentos rurais (superar os limites de ação do Estado).

As características de ATER do ITESP sofrem alterações conforme ocorrem mudanças políticas, relativas à ação da reforma agrária, no governo do Estado. A ATER do ITESP evolui através da reflexão de sua atuação e interação com as comunidades assentadas, no processo de ensino-aprendizagem na formulação de desenvolvimento dos assentamentos. Estabelecendo

uma relação com as fases de ATER nacional, a ATER do ITESP surge no período correspondente ao definido por CAPORAL (1998) como 'Reflexivo-crítico' e desta forma sofre suas influências características. BERGAMASCO (1992) ao apresentar as funções do Engenheiro Agrícola na área da extensão rural e suas possibilidades faz referência a ATER do ITESP como capaz de superar os limites de ação do Estado em relação a este profissional. A autora aponta aqui, uma das características da ATER do ITESP (superar limites) que vai permear toda a sua existência institucional, para ilustrar transcrevemos o trecho referido:

> Por exemplo, no primeiro caso, junto à rede assistencial da Secretaria da Agricultura e Abastecimento de São Paulo, que embora não contemple até o momento **este profissional** em seus concursos, acredita-se ser apenas uma questão de tempo e de empenho nesta reivindicação. É importante ressaltar que **essa restrição não atinge**, por exemplo, o **Departamento de Assuntos Fundiários**, desta mesma secretaria, que **executa atividades extensionistas junto aos assentamentos de trabalhadores rurais**.
>
> [...]
>
> Em instituição pública ou privada, em nível federal, estadual ou municipal **o engajamento do técnico deverá dar-se de forma concreta, absoluta e consciente**. Refutando então **o ideário extensionista** que pregou ate hoje, **trata-se de entender** que a ação no campo tecnológico, tão-somente, seria capaz de transformar as relações sociais de produção.
>
> [...]
>
> Por outro lado, é importante a consciência pelo técnico de **sua área de atuação** não é um todo homogêneo e sim **pautada por condições multiclassistas**, com **interesses diferentes**, onde a correlação **de forças entre os agentes sociais aí presentes é fortemente desigual**, e **onde o Estado atua** e **participa** junto aos mais privilegiados. (BARGAMASCO, 1992, p.362-363, grifos nosso).

A seguir apresentamos as fases da ATER do ITESP correlacionando as características de cada fase e o desenvolvimento institucional e dos assentamentos. Tal qual a nível nacional as características da ATER do ITESP estão mescladas e permeiam as fases.

4.5.1 A fase pioneira - a ATER 'militante' – de 1984 a 1991.

A atuação "militante" determinou boa parte do jeito de trabalhar inicialmente, pois existia a preocupação de que 'o assentamento e a Reforma Agrária tinha quer dar certo'. Havia a preocupação que os resultados positivos, das ações teriam influência no processo de Reforma Agrária, cuja expectativa de vê-la realizada, repousava na 'Nova República'. O IAF (instituição) e a proposta de reforma agrária feita pelo Estado seria uma experiência democrática, uma forma de contribuição, tanto ao modelo de desenvolvimento dos

assentamentos como na formação de recursos humanos para trabalhar a Reforma Agrária nacional.

Neste contexto, surge o espaço para a 'militância', ainda que contraditória, no seio do Estado. Encontramos em MASSELLI (1998) ilustração desta questão:

> Pressionado pelo movimento organizados dos trabalhadores, **o Estado criou o espaço para que técnicos comprometidos com as lutas populares trabalhassem** para **aliviar estas tensões: o IAF**. Ao **contratar técnicos**, que se **diziam portadores dos interesses dos trabalhadores**, **o Estado** o fez com **o objetivo de firmar sua legitimidade enquanto representante do provo**, postura imprescindível nessa fase de reabertura democrática. [...] essa Lei **representou**, até certo ponto, **uma conquista social – a cessão de terra pública** [...] em contrapartida, através dessa Lei o Estado **outorgou-se o direito de determinar normas e critérios a serem seguidos** que mantinham os trabalhadores e o processo de assentamento **sobre rígido controle**, mascarando assim os conflitos e contradições existentes. (MASSELLI, 1998, p. 53, grifos nosso).

O termo 'militante' é derivado da atuação dos técnicos que foram contratados para atuarem inicialmente no IAF, todos eles originários da militância estudantil ou da luta pela redemocratização do país. Apresentavam um alto grau de comprometimento com a causa dos trabalhadores, extrema motivação para a tarefa de superar os desafios (limites) apresentados pelo Estado, como já apresentado no item 2.3.1.

A significação do termo 'militante' e sua influência nas ações de ATER encontram sentido na contestação da ideologia dominante, quando os técnicos se aliam aos trabalhadores, que lutam pela transformação da estrutura fundiária e pelos direitos a cidadania.

O aspecto da ação "militante" levava em consideração o elemento da participação para dar conta do objetivo inicial de 'preparar, capacitar e adaptar trabalhadores rurais para a exploração racional e econômica da terra', previsto na Lei 4.957/85 (PVTP) que rege os assentamentos.

Segundo FREIRE (1983), ninguém na verdade problematiza algo a alguém e permanece, ao mesmo tempo, como mero espectador da problematização. Sob essa observação de FREIRE, relacionamos algumas características do aspecto 'militante': 'a formação política proporcionada no movimento estudantil', 'na educação popular', na 'militância política real' (partidária) e na 'ação e reflexão'.

Esta fase tem a predominância de técnicos da área agronômica (agrônomos e técnicos agrícolas) que determinam a visão mais agronômica de atuação da ATER. Nesta fase a ATER

era feita, conforme o número de assentamentos e famílias, por 18 agrônomos, 25 técnicos agropecuários e apenas 01 veterinário.

A 'armadilha da atuação militante' da ATER estava na crença de serem 'portadores de soluções' para as 'necessidades dos trabalhadores'. Desta forma tinha-se (os técnicos) uma análise critica (diagnóstico) das razões do fracasso da 'pequena agricultura' e para isto estabeleceu-se uma solução (um modelo) a ser levada para os agricultores. Em GOMES (2003) encontramos essa afirmação:

> Embora **a lei privilegiasse a participação** dos beneficiários, **os técnicos já tinham construído seu modelo de projeto de desenvolvimento sócio-econômico para os assentados** que se **baseava no associativismo que construiria fazendas coletivas** com os **mesmos padrões tecnológicos** da grande propriedade e a mesma **dependência da injeção de capital** via crédito.
>
> Toda a implantação de infra-estrutura do assentamento **deveria estar voltada para facilitação da organização e do associativismo** desde o sistema de moradia, a obrigação de ser associado para permanecer na área, os financiamentos de investimento e custeio, etc. (GOMES, 2003f, p.5, grifos nosso).

Embora, GOMES (2003) afirme, que houve negligência ao aspecto participativo pelos técnicos, discordamos em parte, até pelo que se compreende da significação de 'participativo', no modelo de desenvolvimento ou exploração das terras pelos agricultores. O modelo foi feito de forma dialogada, sempre em busca de superar as dificuldades de garantir investimentos do Estado, obstáculos do meio físico (ambiente), da escassez de recursos financeiros e materiais disponíveis para as famílias do assentamento. Para ilustrar esta situação, citamos VEIGA (1990):

> Conforme **a concepção de assentamento** que **havíamos desenvolvido** no período inicial de governo, o papel de Zeke foi realizar com presteza um levantamento de solos, mapear as principais manchas e **explicar ao conjunto do grupo todas as condições e limitações impostas** pelo meio físico. **Discutindo as prováveis opções e as dificuldades** que teriam para fazer o preparo do solo, **os próprios trabalhadores decidiram**, por unanimidade, partir para uma espécie de mutirão, adiando a discussão de uma eventual partilha em lotes individuais ou outra formas de exploração.
>
> Impossível descrever esse rico processo em detalhes. O principal é dizer que, **dadas as informações técnicas básicas aos trabalhadores, principalmente sobre as características especificas daqueles solos, e respeitada a autodeterminação daquele grupo** de 150 famílias, **deixando-se adotar suas decisões** coletivas **com** inteira **liberdade**, **surgiu um esquema de exploração da terra** absolutamente original **que foge inteiramente aos modelos pré-fabricados**. (VEIGA, 1990, p.41, grifos nosso).

A concepção de assentamento pensada e desenvolvida a partir do 'diagnóstico técnico' e levada pela ATER nesta fase, era a de que, por serem desorganizados os 'pequenos produtores' não tinham condições de acesso a 'tecnologia moderna' e ao 'crédito rural' de forma que se inviabilizavam produtiva e economicamente para competir no mercado. Se nessa nova condição, de assentados, lhes fossem garantidos estes meios, estaria resolvido o problema da viabilidade, além da criação de novas unidades de produção propiciada pela Reforma Agrária. Para ilustrar transcrevemos trecho de D'INCAO (1991):

> A **lógica desse modelo** produzido pelos quadros estatais é evidente: **organizados de forma associativa, os trabalhadores assentados teriam condições de incorporar a tecnologia agrícola e a linha de subsídios estatais** existentes e, conseqüentemente, de **produzir em condições mínimas de competitividade com a grande empresa agrícola dominante**. (D'INCAO, 1991, p.85, grifos nosso).

O principal enfoque da ATER neste período era o da 'organização dos trabalhadores', havendo um entendimento de que a assistência técnica (produtivista) propriamente dita deveria ser feita pela CATI. Aqui há uma negação do aspecto 'produtivista' da extensão rural percebida nos demais órgãos de Extensão Rural, a época. A significação era a de que extensão rural teria muito mais ver com os aspectos 'associativo-organizativos' para a conquista de direitos dos trabalhadores, negados pelo Estado. Caberia aos técnicos do ITESP ações que superassem as dificuldades dos trabalhadores, em garantir os meios para o desenvolvimento do assentamento.

As ações de ATER dessa fase sofreram efeitos das alterações institucionais (ver Capitulo 2), em razão dos avanços (caminhos) forçados pela 'luta' de técnicos e trabalhadores e retrocessos (descaminhos) resultantes dos embates políticos dentro e fora do órgão. Conforme já mencionado no item 2.3.1 este embate interno se deu com a chegada dos 'cespianos' que tinham apoio político externo e passam a comandar a instituição. Este comando vai trazer mudanças, principalmente no modelo de desenvolvimento do assentamento. A visão era diferente do modelo 'associativo-organizativo' construído até então. Os 'cespianos' eram ligados à política de reassentamentos do Estado. Suas metodologias de ação diferentes do IAF eram empresariais e sem tantos 'rodeios democráticos participativos'. Não estavam em suas preocupações garantir aos trabalhadores o direito nas discussões sobre seu futuro lote, formas de produção, preferência de moradia, organização, etc. Aqui a proposta do modelo 'associativo-organizativo' perde força para uma nova forma de atuação, para um

modelo mais próximo às colonizações do INCRA, feitas no Regime Militar, trabalhados pela CESP nos reassentamentos. Para ilustrar, transcrevemos MASSELLI (1998):

> Então, conforme os próprios técnicos entrevistados, **a proposta defendida por eles perdeu politicamente para as forças conservadoras**, e eles se viram obrigados **a enfrentar o recuo da política de assentamentos**, perceptíveis nas próprias transformações institucionais:
>
> > ***Nós perdemos politicamente****; a nossa idéia de como se fazer foi derrotada naquele momento.*
> > *A idéia era que fosse um órgão de implantação de assentamentos, para concretizar a chegada dos novos produtores na terra; e que uma vez consolidado,* ***esse trabalho passasse para a Extensão Rural normal*** *que existe.*
>
> Mas o papel a ser desempenhado **pelo órgão ficou limitado a funções estritamente de Extensão rural nos assentamentos existentes**: (MASSELLI, 1998, p.71-72, grifos nosso).

Para que se tenha uma noção da diferença de entre a ATER do ITESP (IAF) e a concepção estabelecida pela CESP agora trazida para o ITESP, confrontando o modelo construído pelo IAF transcrevemos trechos, do artigo de TURATTI (2001), bastante ilustrativo:

> Ao conhecer os **projetos de reassentamento sob direção da CESP** (Companhia Energética de São Paulo) – órgão responsável pela política do setor de energia do referido Estado -, na região do Pontal do Paranapanema, Lídia Rebouças deparou-se com **uma reclamação uníssona vinda dos reassentados: o isolamento**. Partindo dessa referência, inicia a tarefa de elencar o descompasso entre planejado – pelos técnicos da CESP – e o realmente vivido – pelos ribeirinhos, agora reassentados.
>
> [...]
>
> Todavia, **as diretrizes da CESP** caminham em paralelo a regra geral das intervenções estatais junto a populações tradicionais: **impor-lhes um padrão produtivo e uma organização espacial inspirados no mundo urbano-capitalista**. Lídia Rebouças nos apresenta tais considerações, conformadoras do "olhar da CESP", a partir do exame realizado em vasta coleção de documentos e em uma série de depoimentos técnicos, ambos coligidos na estatal energética.
>
> [...]
>
> A **separação entre lugar de trabalho e lugar de morada, configurada pela construção de agrovilas residenciais e pela divisão das terras aráveis em lotes agrícolas**, ocorrida em dois dos três projetos investigados, **subverte a lógica camponesa** dos domínios casa/quintal e roça/pasto, confundindo a classificação dos espaços eminentemente femininos e masculinos.
>
> [...]
>
> O **isolamento de que os reassentados se queixavam**, ponto de partida de toda esta reflexão, é mais um dos resultados **do impacto desestruturador** do projeto da CESP **sobre as antigas relações sociais travadas a beira do rio**. (TURATTI, 2001, p.313-314-315, grifos nosso).

A vinda dos 'cespianos' para o comando da instituição gera um 'choque e provoca reflexões internas'. O novo modelo de desenvolvimento para os assentamentos, que confronta o 'associativo-organizativo' para o 'individualista-familiar' encaminha a ATER do ITESP

para uma nova fase. Esta transição, que mescla suas características nas demais fases de ATER, não se dá, sem antes uma reflexão do modo atuar do corpo técnico, as vezes a revelia da direção da instituição, no que denominamos de 'movimento instituinte'. Para ilustrar, transcrevemos GOMES (2003):

> [...], realizou-se **um pequeno encontro de técnicos** para **definirem seus papeis nas principais fases de desenvolvimento dos assentamentos** previstas na Lei 4.957/85. Os **técnicos estavam refletindo sobre o seu papel sem a participação da direção**. (GOMES, 2003, p.10, grifos nosso).

Esta primeira reflexão ocorreu no auditório da CATI, em Campinas no período de 14 a 16 de agosto de 1986, no evento denominado 'REUNIÃO ESTADUAL DE TÉCNICOS SOBRE IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS'. Um segundo encontro dos técnicos foi realizado em Maio de 1990, com duração de três dias no 'SEMINÁRIO DE DISCUSSÕES METODOLOGICAS DO DAF'. Dos debates deste seminário e a ocorrência de mudanças institucionais (ver item 2.4) - o DAF vai para a Secretaria da Justiça e desta forma a questão da cidadania, no mais amplo sentido, é incorporada. Algumas questões, como a cidadania passa a ser incorporada no desenvolvimento dos assentamentos indo para além das questões meramente agrícolas e agrárias.

4.5.2 A fase da diferenciação – a ATER 'dos bombeiros' a 'educadores' – de 1991 a 1999.

Esta fase da ATER está ligada com a fase de crescimento institucional do ITESP. É também reflexo, ainda que por curto período, em que as esperanças pela Reforma Agrária são alimentadas politicamente. Traz novo fôlego aos 'militantes', que já contam com um certo grau de 'formação prática e teórica' sobre como trabalhar a reforma agrária democrática.

Alguns colegas são deslocados para atuarem no INCRA, na expectativa que o processo de Reforma Agrária realmente fosse ser iniciado a nível nacional. Seria a hora de nossa contribuição institucional, a contribuição do Estado de São Paulo para a reforma agrária nacional, planejada inicialmente. Para ilustrar, transcrevemos GOMES (2003):

> O Governo do Presidente **Sarney chama o Dr. Jose Gomes da Silva para o INCRA** em Brasília, e, em São Paulo, **temos uma dinamização** da Superintendência **com o aproveitamento dos técnicos mais ousados do IAF**. Várias áreas são vistoriadas e os processos encaminhados para desapropriação. [...] O governo do Estado acompanha o governo federal e **cria a Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários** montando uma estrutura para **a eventualidade da Reforma Agrária sair finalmente do papel**. (GOMES, 2003, p.8, grifos nosso)

O que realmente acontece é um novo revés político, conforme já tratado nos item 3.4. A estrutura da Secretaria de Estado criada serve, então, para acomodação de grupos partidários articulados com o novo governo estadual. Nada melhorou em relação às condições de trabalho dos técnicos e da rapidez no atendimento dos trabalhadores na implantação dos assentamentos.

Há crescimento do corpo técnico, ainda que de forma lenta, muitas das contratações oriundas de indicações políticas, sem preparo para assumir as tarefas de campo nos moldes da ATER da fase 'militante'.

As arrecadações de terras públicas estaduais diminuem de ritmo e o foco volta-se mais para as áreas do INCRA. Nesta fase o ITESP passa a trabalhar nos novos projetos de assentamentos do INCRA que não tinha técnicos para atender as famílias.

São realizadas novas contratações, pelo ITESP (DAF – que volta para a Secretaria da Agricultura –ver item 2.4.). Estes técnicos de 'campo e de sede' foram selecionados segundos critérios do interesse pessoal, pelo trabalho com agricultura familiar e assentamentos de reforma agrária. Muitos dos técnicos que foram treinados no padrão CESP vieram para o ITESP neste período. Nesta fase são contratados profissionais de outras áreas, da produção animal (veterinários e zootecnistas), e da área social (assistentes sociais e sociólogos). A visão agrícola dos 'militantes' passa a ser complementada pela visão da produção animal e também os aspectos sociais.

As contradições entre os modelos de desenvolvimento dos assentamentos do IAF e da CESP, apresentadas no item anterior se agravam, com a vinda dos novos técnicos. Para ilustrar transcrevemos a afirmação de PINTO (2005):

> A partir da contratação desses novos técnicos, alguns deles **com visões opostas quanto ao modelo associativo imposto aos assentados rurais**, e do **desejo de parte dos assentados em trabalhar individualmente**, houve revisão da forma de planejamento adotada até então.
>
> As **contradições tanto entre os técnicos como entre os assentados reforçaram**, por exemplo, **as diferença existentes dentro de um próprio assentamento**. As novas visões e **métodos de trabalho** caracterizadamente **empresariais**, **desvalorizavam aspectos**

> **democráticos e participativos**, eram **planejados e implantados pelos técnicos para os assentados**. (PINTO, 2005, p.54-55, grifos nosso).

A crise do modelo 'associativo-organizativo' ganha força com a demanda dos trabalhadores por uma unidade de produção mais familiar (individual). Os trabalhadores que tinham este sonho e tiveram que adiá-lo, devidos as necessidades e as dificuldades iniciais do assentamento superadas no trabalho conjunto da ATER. O diálogo estabelecido com as famílias contribuíram para formatação deste modelo 'associativo-organzativo'. Agora, as famílias se sentiam fortalecidas para levar o debate da individualização – 'familiar'. Até certo ponto, o modelo 'associativo-organizativo', próximos a uma concepção coletivista, foi considerado um 'tabu', pois inicialmente produziu respostas econômicas imediatas. Estas respostas não se sustentaram, trazendo endividamentos e contrariedades acumuladas pela expectativa inicial do 'sonho' de cada família pelo seu 'sítio'. Em razão da alteração da conjuntura de forças internas ao órgão, decorrente da contração de novos técnicos com outras visões, agora majoritários no debate interno e na capacidade de influir nas decisões da instituição, e com a reflexão crítica, deu-se abertura para novas formas de exploração. Para ilustrar esta situação, transcrevemos GOMES (2003):

> Nos assentamentos, **agravava-se a crise do modelo coletivo ou semicoletivo**. **Os técnicos tentavam contornar as maiores dificuldades discutindo com os subgrupos** que se formavam, as **dívidas** das associações, a divisão do patrimônio entre os associados e **propondo novas formas de organização**, inclusive rediscutindo o Termo de Autorização de Uso das áreas que inicialmente se destinava ao grupo fazendo com que as organizações fosse compulsória.
>
> Com os assentados poucos organizados para exigir do governo uma política coerente, **a solução de muitos dos problemas dos assentamentos passava pelos técnicos das áreas** que, apesar de **não manterem uma discussão em torno de que linha adotariam para o desenvolvimento dos assentamentos e o progresso sócio-econômico** das famílias, **continuavam se esforçando para buscar saídas e alternativas cooperadas, associativas ou individuais** que pudessem garantir no mínimo o sucesso econômico, **mostrando que a Reforma Agrária podia ser uma alternativa de desenvolvimento**.(GOMES, 2003, p.11-10, grifos nosso).

O modelo levado pela ATER do ITESP, nesta fase, passa por uma transição, transformação, forçada pela realidade e estabelecida pela 'reflexão', diante da necessidade de novas formas viabilizar a produção das famílias com a conseqüente geração de renda. Para ilustrar, transcrevemos D'INCAO (1991):

> Sobretudo porque **a ação dos técnicos estava aberta** para a necessidade **aproximar o modelo construído fora da realidade dos trabalhadores** – a partir do que se esperava que eles fossem e não do que eles são – a **suas expectativas e exigências particulares**, tendo em **vista o desenvolvimento de novas possibilidades**.(D'INCAO, 1991, p.100, grifos nosso).

As novas contratações trouxeram, além de novas visões, a influência para a ATER no modo de agir e do conteúdo como solução para os problemas do assentamento baseados na 'revolução verde' e seus 'pacotes'.

Mesmo que se tivesse uma consciência crítica em relação ao conteúdo da "revolução verde" acabava-se levando tecnologias convencionais em razão de ter que apresentar uma produção, um resultado econômico imediato, que às vezes não era bem sucedido. Para ilustrar, transcrevemos D'INCAO (1991):

> Preocupados **com a exigência da produtividade agrícola**, os técnicos estatais encaminham as **operações impostas pelos referidos "pacotes"** e **aparentemente aprovadas pelos trabalhadores associados**.
> [...]
> Tudo isso **transforma o processo de produção**, nos assentamentos, numa **busca permanente e numa sucessão de cultivos experimentais nem sempre bem sucedidos**.(D'INCAO, 1991, p.101, grifos nosso).

A influência dos novos técnicos era decorrente da grade curricular dos cursos de graduação nas ciências agrárias que privilegiava a formação de profissionais voltados para as grandes explorações agropecuárias em detrimento da 'pequena produção'. Essa formação estava baseada nos pacotes da 'revolução verde' (uso intensivo de capital e máquinas agrícolas, corretivos de solo, adubos, sementes melhoradas, produtos químicos: herbicidas, inseticidas, fungicidas, etc.). Estavam, desta forma, preparados para responder tecnicamente aos problemas agrícolas e 'anestesiados' na sua capacidade de crítica e reflexão. Assim, era predominante uma 'pedagogia de transmissão' de informações, de idéias, soluções e até mesmo um pouco da 'pedagogia de condicionamento' na prática do crédito rural. O método de ATER trazido pelos novos técnicos é o do 'difusionismo'. Esta situação é confrontada pelos 'militantes' que tinham a tarefa de 'formar' os novos que chegavam, com o compromisso de que o trabalho dos novos não descaracterizasse que vinha sendo feito. Esta forma formação tinha 'um quê de Freiriana' pois se dava na prática do dia-a-dia e no despertar a reflexão crítica adormecida do técnico, sobre as conseqüências da ação de ATER. Para ilustrar, citamos GOMES (2003):

> A **capacitação para o trabalho era realizada na "marra**", ou seja, no dia-a-dia **com os mais experientes**.
>
> [...]
>
> Crescia o corpo técnico sem que houvesse a preocupação com a **formação para o trabalho com comunidades**. Este vinha sendo **realizado com as práticas e preocupações dos técnicos "militantes"**. **O "treinamento" dos novos se dava em campo, no trabalho cotidiano, tentando contornar a falta de política** para a agricultura familiar, **a pressão de novas ocupações, a dificuldades com outras áreas** do governo Estadual. (GOMES, 2003, p.10-13, grifos nosso).

Esse modelo 'difusionista' tinha ênfase no produtivismo agrícola onde os agricultores deveriam adotar os pacotes tecnológicos propostos.

O 'difusionismo'[4] ainda que indesejado, no inconsciente militante, ficou caracterizado como "apaga incêndio" na busca do atendimento imediato das demandas no assentamento. Esta situação é descrita pelos próprios técnicos quando informam sobre o quê e como trabalham. A imagem e a significação estão muito próximas à atividade dos 'bombeiros' 'que estão sempre 'apagando incêndios'. É uma representação metafórica da atividade profissional da ATER onde são dedicadas as maiores partes do tempo desenvolvendo atividades imediatistas, de caráter emergencial, de urgência, como se estivessem apagando incêndios no campo. Estas demandas eram decorrentes da fase 'Desenvolvimento' da maioria dos assentamentos, à época. As demandas das famílias por políticas públicas, de infra-estrutura, de educação, de saúde, política agrícola adequadas à agricultura familiar não encontravam a contrapartida pelo Estado. Assim, as famílias acabavam priorizando estas questões de Estado para o técnico de ATER, que na maioria das vezes era o único interlocutor, o agente do Estado presente na área. As demandas, todas elas 'urgentes', em razão das carências e não atendimento por parte do Estado implicava uma dificuldade até mesmo na 'difusão dos pacotes', 'porto seguro' da maioria dos técnicos. Para ilustrar transcrevemos, trecho do 'Cadernos do Itesp', nº 7:

> Alem disso, **verifica-se que o trabalho** da Assistência Técnica e Extensão Rural praticado nos assentamentos **vinha se baseando excessivamente na solução de problemas imediatos**, que **geram demandas e determina ações com o caráter de *apagar incêndios,*** ou seja, **tratando dos sintomas e não das causas dos problemas**. O **ritmo do trabalho** esteve

[4] Nas palavras de Fonseca (1985) a concepção de educação presente neste modelo de Extensão Rural estava marcada por uma prática pedagógica que visava ao **condicionamento de comportamentos** para **que a atitude dos agricultores se enquadrasse modernização agrícola proposta nos marcos da "Revolução Verde"**.

> ditado muito mais **pelos fluxos de liberação de credito rural**, do que pelas fases do processo produtivo e suas exigências. (ITESP, 2000, p.16, grifos nosso).

Era preciso a busca de alternativas, parcerias que superassem essas limitações para a inserção do assentamento na sociedade local. O técnico 'difusionista' se encontrava diante da realidade dos assentamentos em ter que 'articular' as demandas da comunidade com outros parceiros que suprissem as deficiências das políticas de Estado. São buscados recursos em outros órgãos, por articulação dos técnicos comprometidos em buscar soluções para as demandas –'problemas' do assentamento. São desta época o apoio da LBA – Legião Brasileira de Assistência, financiamentos altamente subsidiados (Finsocial) buscados junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Para ilustrar a situação, transcrevemos MASSELLI (1998) "O vínculo do técnico com o Estado também faz com que procurem na proximidade com esse técnico os benefícios que esperam conseguir do Estado".

Desta forma, a atividade de ATER 'bombeiro', angustiante para a maioria dos técnicos, que tiveram a formação acadêmica 'difusionista' se vê agora na atividade de 'articulação política' (mediador). Para ilustrar transcrevemos D'INCAO (1991):

> O que **agrava os desencontros entre trabalhadores e técnicos estatais**, cujas **competências acabam sendo colocadas em questão**. De qualquer maneira, **tudo indica que esses encontros e desencontros são já indicadores de uma dinâmica positiva** nessas relações. Uma **dinâmica capaz de propiciar**, numa conjuntura política favorável, **uma relação de trocas entre a assessoria estatal e trabalhadores**. (D'INCAO, 1991, p.105, grifos nosso).

Esta situação demanda uma reflexão da instituição que acaba constituindo um 'Grupo de ATER', composto por alguns dos 'velhos militantes' em meados de 1996. O grupo tinha como tarefa fazer análise e reflexão de nossa ATER. Para ilustrar transcrevemos trecho do documento interno 'A Assistência Técnica e Extensão Rural do DAF – uma visão critica' (1997):

> Os objetivos do presente trabalho foram **o de identificar**, dentro de **todas essas transformações** os principais **pontos de ineficiência na Assistência Técnica / Extensão Rural de apresentar propostas alternativas ao modelo atual pouca participativo em certa medida paternalista, burocrático e difusionista**, propondo melhorias no resultado econômico nos assentamentos através da redução do custo de produção, diversificação, verticalização da produção, apoio à comercialização, etc. (ITESP, 1997, p.1, grifos nosso).

Uma das propostas do 'Grupo de ATER' foi a de nivelar as discussões metodológicas de ATER por meio de um 'CURSO DE ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL', que foi realizado por intermédio de Convênio entre UNESP/ITESP/FUNDUNESP para todos os profissionais da ATER. Durante o ano de 1997 são realizados cursos para várias turmas, englobando todos os técnicos que tomam conhecimento do aspecto educativo da extensão rural por professor da UNESP de Jaboticabal. O professor estabelece um marco na formação dos técnicos, pela quebra 'paradigmática' do 'difusionismo'que estava 'cristalizado' na sua grande maioria apesar das resistências individuais. É neste curso, que alguns tomam conhecimento do 'agrônomo educador' e do método de educação de Paulo Freire. São trazidas, pelo professor, questões comportamentais - organizativas (KAISEN [5]), de gestão (5S[6]), de comunicação (fundamentos, meios e métodos), cultural (indicação e assistência de vários filmes pelos técnicos) todas elas, inovações que ficaram marcadas na vida profissional dos técnicos que passaram por este curso. Estava assim, após este curso, estabelecido um marco para os técnicos que experimentavam a mudança de 'bombeiros' para 'educadores' sob o enfoque de Paulo Freire.

A significação de 'bombeiro' incorporava a natureza paternalista ou protetora, tuteladora das famílias assentadas um comportamento ingênuo trazido pelos 'militantes'. A 'problematização', nesta situação, no máximo avançava para a solução dos efeitos. Para ilustrar esse comportamento transcrevemos MASSELLI (1998):

> Quando **os assentados esperam do técnico mais que o conhecimento tecnológico ou compromisso** com o pequeno produtor, **freqüentemente idealizam relações paternalistas** em que **depositam no técnico a responsabilidade de lutar por seus interesses**. (MASSELLI, 1998, p.96, grifos nosso).

Há um acompanhamento pelo Grupo de ATER dos resultados e impactos que este curso estava proporcionando. As mudanças percebidas pelos participantes do curso apontam para a efetiva necessidade de se realizar um trabalho educativo, transformador, articulador, questionador, participativo. Há uma percepção geral, dos técnicos, que a atividade central, eixo do extensionista deve ser a de um 'educador'. Essa percepção significava mudança de comportamento, tanto dos técnicos como das famílias. Parafraseando o Professor Cory, 'a

[5] KAISEN – metodologia japonesa de administração focada pela melhoria continua.
[6] 5S – método de organização japonesa onde cada 'S' tinha uma significação e seqüencial lógica para racionalidade do trabalho: SEIKE – utilização, SEITON - arrumação, SEISO – limpeza, SEIKETSU - saúde e higiene e SHITSUKE - autodisciplina.

mudança em curso, pode efetivamente provocar, no sentido de que os trabalhadores compreendam e combatam as causas e não apenas os efeitos de seus problemas e pontos de estrangulamento'. Significava 'aprender a pescar' ao invés de 'receber o peixe do extensionista'. Estava desta forma feita a transição das ações de ATER do ITESP de 'bombeiros' a 'educadores'.

Como toda mudança traz novas expectativas, os ânimos são renovados, e os técnicos, se sentem motivados. É, neste 'espírito', que em 1997 são feitos os debates com representação das equipes de campo, que avançam para uma definição da ação institucional do DAF (ITESP) que irá nortear a próxima fase da ATER do ITESP. Sua missão fora estabelecida. Conforme 'Cadernos do Itesp' nº 7 (2000:5) a missão ficou assim definida: ***"Planejar, implantar e viabilizar, com participação e sustentabilidade, o desenvolvimento sócio-econômico das comunidades assistidas".*** Estava assim estabelecida a transição de para uma nova etapa da ATER do ITESP de 'bombeiros' a 'educadores'. Aqui cabe um pequeno comentário, sobre os riscos de 'forçar os limites de ação' do Estado. O diretor do DAF que liderava este avanço institucional, principalmente nas formulações 'problematizadoras', muito mais próximo da realidade e das necessidades das famílias perde o cargo.

Nesta fase, ainda, por influencia dos técnicos da área social são acrescentadas as questões de 'cidadania' a serem trabalhadas pela ATER e para isto é realizado o Seminário: 'AÇÕES SOCI-CULTURAIS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS: POSSIBLIDADES E PARCERIAS' que depois se traduziu no programa: 'PROGRMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DAS COMUNIDADES ASSENTADAS' em novembro de 1997.

4.5.3 A fase da integração – a ATER ' dos agentes sociais a agentes de ATER' – de 2000 aos dias atuais.

Esta fase se inicia, com todo o acumulo de reflexões internas a cerca da ATER do ITESP provocadas pelo Curso de Aperfeiçoamento Profissional. Essa efervescência de idéias é organizada e sistematizada no Seminário de três dias, denominado 'ASSENTAMENTOS E AGRICULTURA FAMILIAR: BASES PARA UMA NOVA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL' realizado em março de 1999, em Presidente Prudente – SP. Este

seminário contou com participação de todos os técnicos que trabalham com ATER, num total de 200 pessoas. As formulações e conclusões deste seminário acabam concretizadas na publicação do Livro 'CULTIVANDO SONHOS: Caminhos para a Assistência Técnica na Reforma Agrária – da serie Cadernos do Itesp, nº 7.

Esta etapa também é afetada pela nova dinâmica estadual da Reforma Agrária que diante de seu retrocesso nacional agora se volta para as terras públicas estaduais, principalmente no Pontal do Paranapanema. Os técnicos têm finalmente a concretização da institucionalização, planejada nos primórdios, com a formação da autarquia sob a forma de 'Fundação' (ver Capítulo 2).

Após as conclusões do Seminário de Prudente havia uma preocupação de se colocar em prática as orientações apontadas para a ATER. Para ilustrar transcrevo trecho do 'Cadernos Itesp, nº 7':

> Após o Seminário de Prudente, **uma primeira determinação assumida e efetivada** coletivamente pela diretoria e técnicos de campo **foi à realização de reuniões em todos os assentamentos para colocar em pratica esta nova postura pretendida** pelas equipes do Itesp junto às comunidades assentadas. Cada regional **estabeleceu uma dinâmica própria** para as reuniões, seguindo um roteiro básico de procedimentos. (ITESP, 2000, p. 49, grifos nosso).

Várias questões se apresentam agora para o técnico 'educador' – 'agente social'. O surgimento de outros movimentos sociais de luta pela terra, antes hegemonizado pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e agora fontes de conflitos nas relações de ATER. Como mediar estas relações? As questões de gênero: grupos de mulheres e de jovens que trazem outras demandas não pensadas pelos técnicos. Como dar contas das questões trazidas pelos diagnósticos dos '*projetos de vida'* feito pelas famílias representando o estágio atual e de como gostariam de ver seus 'sítios' no futuro. Como viabilizar esta unidade de produção familiar diante do contexto das políticas agrícolas para a agricultura familiar? Como dar conta do componente 'ambiental', por tecnologias mais adaptadas e apropriadas para agricultura familiar? Este rol de questionamentos surgidos a partir da dinâmica de atuação do extensionista 'educador'-'agente social' cobrava novas reflexões e apropriação de novos conteúdos. A direção do ITESP com o apoio do Grupo de ATER resolveu estruturar um novo curso que envolvesse todos os técnicos de campo e sede. Para ilustrar transcrevemos GOMES (2003):

> A **direção do DAF resolveu enfrentar o problema** do entendimento **das limitações do papel do técnico do Estado** promovendo um Curso de Formação Política que mais tarde se denominou: "**De técnicos a Agentes Sociais**".
>
> Inicialmente em 1999, era composto por **dois módulos**: a) **A questão agrária no Brasil e Movimentos Sociais**, [...]; b) **Trabalho com comunidades**, [...](GOMES, 2003, p.24, grifos nosso).

Conhecer a origem da questão agrária brasileira, a origem das histórias das famílias sem terra que ficaram marginalizadas economicamente, compreender as formas de luta pela cidadania na conquista do direito a terra, como se organizam os movimentos sociais e quais as suas estratégias, entender os 'processos' de amadurecimento das organizações dos trabalhadores, o surgimento de novas lideranças, a não ingerência tendo a paciência necessária para o desenrolar dos procedimentos, a 'dimensão do Estado e seus limites' fazia sentido e ajudava os técnicos a se situarem na sua ação de ATER. Este curso procurava dar resposta à indagação de quem se mete a 'problematizar', pois como diz Paulo Freire, ninguém permanece indiferente quando enfrenta a realidade de forma libertadora. Assim ficavam mais claros os limites e, portanto o papel, mais limitado ainda, do 'educador' agora promovido a 'agente social', frente a todo esse processo histórico que dá origem a esses problemas. Em 2000, foram acrescentados mais três módulos procurando dar as respostas (teorizar) sobre os problemas enfrentados pela ATER do ITESP. Os conteúdos dos novos módulos procuravam abordar: As técnicas de 'trabalho com grupos', 'planejamento participativo' e 'agricultura e sustentabilidade'. Para termos uma idéia do resultado do curso e seu impacto na ATER, transcrevem GOMES (2003):

> Apesar de excelente **o curso não conseguiu o efeito imediato esperado**, transformou-se num momento de catarse para o grupo onde **eram expostas pelos técnicos as contradições vividas em termos de discurso e prática do Itesp, do Estado e dos movimentos sociais e da impossibilidade de praticar a Extensão rural** a par de todas as **tarefas burocráticas exigidas** pela Instituição. (GOMES, 2003, p.24, grifos nosso).

Aqui já encontramos os indicadores de 'limites à ação do Estado' que dificultam as ações de ATER construídas a partir das reflexões vindas dos Cursos, encontros e seminários feito pelo corpo técnico, que desenvolveremos no próximo Capítulo.

A passagem de ‘agentes sociais’ para ‘agentes de ATER’ se dá sem perder a perspectiva do técnico ‘educador’. Esse rito de passagem se dá como sempre por meio de cursos de capacitação e encontro de todos os técnicos para reflexão sobre suas ações. Para ilustrar esse rito de passagem, transcrevemos trecho do ‘Cadernos do Itesp’ nº 7:

> Partindo da concepção de que **o processo ensino-aprendizagem não se restringe aos momentos de formação em sala de aula**, implementou-se **uma ação complementar**, através do Programa de Aprimoramento de ATER, **objetivando facilitar a implantação de uma metodologia de ATER participativa**, com base **tecnológica apropriada** aos assentamentos e comunidades tradicionais. Essa ação procura **enfocar a necessidade de promover mudanças** no cotidiano do **modo de se relacionar com as comunidades**, buscando **o desenvolvimento integral** destas através da **incorporação de novos conhecimentos gerenciais, técnicos e organizacionais**.(ITESP, 2000, p.48, grifos nosso).

Este processo agora é feito numa nova realidade de estagnação na criação de novos assentamentos em terras públicas e de ‘revitalização’ do INCRA que passa a cuidar dos novos assentamentos federais. Aliás, estes assentamentos federais foram frutos da ação do ITESP, que ajudou o INCRA a fazer um ‘arrastão’ de vistorias em várias fazendas, principalmente na região de Andradina – SP. Este trabalho fora feito com a qualidade e a experiência acumulada pela outra diretoria do ITESP – DARF – Diretoria Adjunta de Recursos Fundiários.

Há um mal estar decorrente da fase de ‘institucionalização’ - integração, como o excesso de burocracia, normas e procedimentos que afetam a motivação dos técnicos. (Para correlacionar melhor estas questões, ver item 2.3.3.). O outro mal estar, foi decorrente da ‘nulidade do concurso’ que criou o corpo próprio da Fundação ITESP, e que até agora se encontra indefinido, sem uma ‘boa’ solução.

As discussões sobre a ATER do ITESP, sua atualização perante a PNATER se dão neste ‘clima’. A direção havia planejado um novo curso, dentro do ‘Programa de Formação de agentes de ATER’ que permitisse a atualização das reflexões de nossa ATER frente a PNATER. O curso foi planejado para 10 etapas, prevendo a realização de um seminário que criasse as condições de reunir em um único local, todos os técnicos, de forma a resgatar ‘questões’ que tinham ficado ‘paralisadas’ e só agora retomadas. A idéia inicial era que o curso contemplasse todos os técnicos, mas em razão do recurso ser pouco, proveniente do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, a previsão ficou para 180 técnicos. Apenas o Seminário garantia a participação de todos. O seminário de quatro dias, denominado ‘CAMINHOS DA ATER PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA

FAMILIAR', aconteceu em agosto de 2007 na cidade de Bauru – SP. O Seminário constituiu um momento privilegiado, onde por quatro dias, os técnicos saem da realidade e sob direção de uma 'pauta' põe-se a refletir sobre suas ações. O Seminário propiciou a socialização dos conhecimentos práticos de ATER feitos pelos técnicos (exposições e palestras de 'casos') discussões sobre a agricultura familiar no âmbito do desenvolvimento rural sustentável, a agroecologia, o conhecimento de experiência de ATER de outros estados, estimular o debate e a reflexão critica entre os GTCs (Grupo Técnico de Campo), divulgar e valorizar as experiências inovadoras de ATER do ITESP. Estava assim iniciada a fase de transição de 'agentes sociais' para 'agentes de ATER'.

Para ilustrar esta nova fase, acrescentamos um sub-item a seguir como um relato de 'caso', que trata de inovações de ATER com estas novas características:

4.5.4 A ETAF – Escola Técnica de Agricultura Familiar e a Extensão Rural.

O 'caso' a seguir relatado mostra o desafio e soluções 'mediadas' pela ATER do ITESP, diante das novas orientações, em dar conta da 'problematização' apresentada pelos jovens do assentamento na continuidade de sua formação cultural de forma a continuarem no assentamento, garantindo a sucessão familiar. A questão envolvia a dimensão de uma 'ação educadora' que propiciasse a formação dos jovens como fator que permite condições para o desenvolvimento de 'seu sítio', que envolvesse a ação extensionista do ITESP, que fossem reconhecidos pela sua formação (formalização), que fossem feitas em parcerias, que as atividades tivessem a ver com a realidade de cotidiano e seus 'problemas'.

A demanda pela criação de um curso técnico de agricultura partiu dos filhos de assentados e comunidades vizinhas da Fazenda Pirituba, localizada entre os municípios de Itaberá e Itapeva, no sudoeste paulista. Os filhos dos produtores apresentaram a reivindicação pedindo a criação de cursos técnicos ao GTC – Grupo Técnico de Campo de Itapeva do ITESP sem ter claro que tipos de curso técnico estavam demandando. Dessa forma, o ITESP os orientou para que fizessem uma pesquisa visando diagnosticar os seus anseios referentes à capacitação profissional. Em 2002 foram entrevistados 152 jovens das áreas de assentamento e das comunidades vizinhas possibilitando traçar um perfil dos possíveis alunos e a tipificação dos cursos de interesse. A maioria dos entrevistados possuía idade entre 15 e 20 anos (78%),

entre 21 e 25 anos (20%) e por fim, o grupo apresentava uma pessoa com 32 e outra com 35 anos. A residência dos entrevistados estava bem distribuída nas áreas de assentamento e comunidades vizinhas.

Em agosto de 2002 foi realizada uma reunião entre os representantes do grupo de jovens com técnicos do ITESP e do Centro Paula Souza onde ficou decido que seria realizada uma excursão com o grupo e alguns pais para Presidente Venceslau e Rancharia. O objetivo era conhecer as experiências e os projetos educacionais realizados pelo Centro Paula Souza e seus parceiros. Nessa visita ficaram conhecendo as experiências do PROJOVEM – Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais e do técnico em agropecuária em regime de alternância.

Decidiu-se ainda que o ITESP reformaria e adaptaria a casa-sede do assentamento Área 3, setor Água Azul para abrigar a futura ETAF – Escola Técnica de Agricultura Familiar. Enquanto eram tomadas providências da reforma do prédio, a equipe técnica do ITESP passa a integrar o Grupo de Trabalho do Centro Paula Souza que já vinha realizado em sua programação a "*Meta 1.6 – construção e implantação participativa da habilitação técnica em agricultura Familiar*" pela sua Coordenadoria do Ensino Técnico. Os jovens queriam fazer um curso técnico que fosse diferente dos visitados e servisse para atuação na sua propriedade, mas ao mesmo tempo esse curso teria que ter o reconhecimento legal e social de uma habitação técnica. Assim, foi decido que seria implantado o curso de "Habilitação Técnica em Agricultura Familiar".

O curso concebido e formatado inicialmente seria oferecido em três módulos: processamento de produtos agropecuários, produção vegetal e produção animal. O aluno teria que cumprir as 1.840 horas/aula para receber a habilitação de técnico em agricultura familiar. O aluno, também, poderia cursar os módulos separados, independentes, recebendo ao final de cada período a certificação de agente de processamento de produtos agropecuários, ou agente de produção vegetal ou agente de produção animal. Se o jovem tivesse completado o ensino médio e os três módulos consecutivos receberiam o diploma de técnico em agricultura familiar. O módulo de processamento de produtos agropecuários possui 540 horas/aula, o de produção vegetal possui 620 horas/aula e o de produção animal 680 horas/aula. A carga horária responde pelas atividades em sala de aula e extra classe. As atividades extra classe

ocorrem na área da escola, em propriedades vizinhas, nos lotes de assentados e na forma de cursos em outras instituições.

O perfil do aluno no módulo Agente em Processamento de Produtos Agropecuários é de um profissional que implementa atividades rotineiras e sazonais relativas à produção de derivados de origem vegetal, bem como ao uso e a manutenção de instalações de máquinas e de ferramentas agroindustriais e à comercialização da produção, com métodos adequados ao sistema de agricultura familiar. Nesse módulo o agente possui as seguintes atribuições e responsabilidades: projetar a execução de atividades agropecuárias e agroindustriais referentes ao desenvolvimento de culturas e de criação de animais, com fins comerciais; promover e auxiliar o controle zootécnico nas criações e fitossanitário nas culturas; pesquisar dados relativos às práticas de mercado e à comercialização de matérias-primas e produtos agropecuários; pesquisar e colocar em prática, métodos de controle /erradicação de doenças e outros problemas característicos de plantações e de criações; coordenar e orientar equipes de trabalho para as práticas da área agropecuária; comercializar matérias-primas e produtos finais agropecuários resultantes do processamento de produtos de origem animal e vegetal; executar e controlar manutenção em máquinas, em equipamentos, em ferramentas e em instalações utilizados em atividades de produção agroindustrial.

No módulo de agente de produção vegetal o profissional é aquele que planeja, desenvolve e gerencia atividades relativas à produção de derivados de origem vegetal, com métodos e com tecnologias adequadas ao sistema de agricultura familiar. Possuindo as seguintes atribuições e responsabilidades: promover e auxiliar o controle fitossanitário nas culturas; Adotar práticas de melhoramento genético nas culturas; Executar e supervisionar atividades relativas ao plantio (tratos culturais, preparo do solo, semeadura, colheita etc); comercializar matérias-primas e produtos finais agropecuários resultantes do processamento agroindustrial. O agente em produção animal é o profissional que atua com atividades relativas a criação e produção de derivados de origem animal a comercialização da produção. Esse profissional possui as seguintes atribuições e responsabilidades: promover e auxiliar o controle zootécnico em criações; adotar práticas de melhoramento genético em criações; executar e supervisionar o manejo diário das criações (preparo de rações, de forragens etc.); executar e controlar atividade de abate, ordenha e processamento de produtos de origem animal; comercializar matérias-primas e produtos finais agroindustriais.

Após dois anos de trabalho e avaliação conjunta pelo ITESP e Centro Paula Souza foram feitas avaliações e adaptações pedagógicas da grade curricular dessa habilitação que passou a ser uma seqüência, ainda modular e semestral, mas o jovem teria que cursar todos os módulos.

Iniciando-se pelo Módulo I - com enfoque temático a produção Vegetal, o Módulo II - com enfoque temático a produção animal e o Módulo III - com enfoque na agroindústria familiar, agora com uma carga horária de 500 horas no semestre. Para o Módulo I (i) as disciplinas ficaram assim definidas: gestão da propriedade familiar I, linguagens, trabalho e tecnologia, manejo e conservação do solo, produção vegetal, técnicas em agroecologia e aplicativos informatizados.

No Módulo II (ii) as disciplinas definidas são: Gestão da propriedade familiar II, Produção vegetal II (forragens), produção animal, nutrição animal, uso e manutenção de máquinas e equipamentos I, processo de comercialização na agricultura familiar.

No Módulo III (iii) as disciplinas são: gestão da propriedade familiar III, organizações sociais no meio rural, processamento de produtos de origem vegetal, processamento de produtos de origem animal, assistência técnica e extensão rural, uso e manutenção de máquinas e equipamentos II. Além de todo conteúdo programático de matérias técnicas, o curso apresenta outras disciplinas profissionalizantes importantes para formação do aluno como ética e cidadania, leitura e produção de texto, informática, gestão e qualidade, e tecnologia e meio ambiente (sustentabilidade).

Nessa atual formatação está incluída a questão agroecológica e da extensão rural já que estes jovens poderão ter um papel importante junto às comunidades para o diagnóstico e encaminhamento de soluções para os seus problemas. Além das atividades em sala de aula os alunos têm uma prática extra classe que são as atividades da escola que são consideradas como prática da extensão rural. Todo o conhecimento adquirido em sala de aula é levado até as propriedades dos pais dos alunos ou produtores vizinhos pelos técnicos de ATER do ITESP para serem colocadas em prática.

Os alunos participam de vacinação de animais nas propriedades (figura 2), atividades de preparação do solo (figura 3) para plantio e acompanhamento da Fruticultura –banana no caso.(figura 4) entre outros.

Figura 2: alunos preparando vacinação com orientação do veterinário do ITESP – Fonte: (GTC ITESP – Itapeva), 2002.

Figura 3: alunos realizando coleta de amostra de solos para plantio – Fonte: (GTC ITESP – Itapeva), 2002.

Um dos tópicos abordados, por exemplo, no módulo de produção vegetal foi à cultura da bananeira. Atividade importante na região. Nesse tópico os alunos visitaram o lote de um assentado que mostrou todo o processo de produção da banana, relatando técnicas, dificuldades e problemas, de forma que o agricultor foi o professor desta prática. (Figura 4).

Figura 4: Aula prática sobre cultivo da bananeira – Fonte: (GTC ITESP – Itapeva), 2002.

Essa experiência encontra-se em desenvolvimento, possui uma extrema riqueza, pois ocorre uma interação entre as famílias assentadas, os alunos, a escola e a ATER do ITESP. Esse tipo de atividade acaba legitimando o trabalho da escola na comunidade, e, além disso, começa a ocorrer gradativamente o reconhecimento dos alunos como profissionais capazes de atender às demandas da comunidade em relação à atividade técnica para qual eles estão se capacitando. Cabe ainda ressaltar que na atual formatação o aluno que cursar apenas, o módulo I ficará sem uma certificação. Se cursar os módulos I e II será reconhecido como Assistente Técnico em Agricultura e se cursar os três módulos receberá a habilitação profissional de Técnico em Agricultura Familiar.

A iniciativa inovadora merece ser estuda com mais detalhes para avaliação de seus impactos junto ao desenvolvimento individual (jovem) e do desenvolvimento da comunidade assentada.

Como replicação dessa experiência informamos a existência de duas iniciativas similares que estão em desenvolvimento no Sudoeste Paulista, fora das áreas de assentamentos, envolvendo agricultores familiares. A primeira firmada entre o Centro Paula Souza e o Município de Guapiara que está desenvolvendo atualmente o terceiro módulo e agora o de Itapeva estão iniciando-se essa parceria. A partir da apresentação destas experiências no Encontro de Agentes Sociais da Gerencia de Desenvolvimento Humano, no ITESP a iniciativa caminha para a multiplicação destas ETAFs em outros GTCs.

Ela apresenta potencialidades, mas também apresenta limites, os mesmos 'limites de ação do Estado' que afetam a ação de ATER para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Como limitante apontamos a burocracia do convênio Paula Souza e ITESP, e a falta de recursos financeiros para aplicação em material didático.

5 Limites da ação do Estado que afetam o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Nesta parte analisaremos os 'limites' que estão presentes à ação da extensão rural, e na estrutura institucional que afetam o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. E por 'limites' entendemos, obstáculos, bloqueios, os 'nós', que ora vão sendo superados, contornados, desatados pelos técnicos da extensão rural, ora vão sendo impostos pela estrutura do Estado, num permanente 'caminho e descaminho'. A imagem 'metafórica' que podemos utilizar para traduzir esta significação é a de uma 'escala graduada' situada em um campo de forças polares cuja escala vais sendo percorrida. O alcance das extremidades da 'escala' dependem das 'forças' que a levem aos limites de alcance das fronteiras estabelecida na 'graduação'.

Transferindo a imagem da 'escala' para o campo social, estabelecemos uma forma de representação e significação. No nosso caso, as 'forças sociais' forçam o movimento graduado no sentido de alcançar as fronteiras (dos direitos sociais, de classe) ao que encontram 'limites', resistências, obstáculos, 'nós', para serem superados, contornados, desatados no Estado. Estas limitações se dão dentro de uma polaridade de forças sociais, cujo tensionamento para forçar os limites (avançar) chegam a afetar a saúde dos técnicos de ATER, que ao 'problematizarem' sentem as dificuldades de atender, encaminhar, mediar as necessidades dos trabalhadores. Forçar os 'limites' significa trabalhar sobre pressão. Para retratar esta situação transcrevemos GOMES (2003):

> Como pudemos apontar neste trabalho, a questão da formação dos técnicos é um desafio dentro da Fundação, **assim como a questão da saúde mental destes trabalhadores submetidos a variadas formas de pressão durante o desempenho de suas atividades profissionais**, ao menos enquanto não desligarem da **preocupação de serem servidores públicos dignos do público que atendem**. (GOMES, 2003, p.136-137, grifos nosso).

Para melhor compreensão desta representação e significação desenvolveremos no próximo item estes conceitos e significações.

5.1 Sentidos, representação e significação de 'limites de ação do Estado'.

Para melhor compreender esta questão, fomos buscar referências em 'Os Limites da Ação do Estado' de Wilhelm Von Humbolt, pelos apontamentos de praticidade e aplicabilidade de sua análise. A obra de Humboldt foi desenvolvida para pensar o significado da ação política, no sentido da praticidade de sua aplicação. A concepção desta obra trazia 'idéias para um ensaio a fim de determinar as fronteiras da eficácia do Estado'. Para ilustrar transcrevemos ROSENFIELD (2004):

> **Enganar-se-á** aquele que **considerar esta obra como sendo**, no sentido escrito, uma obra de **filosofia política**, pois seu escopo é muito maior e mais ambicioso, a saber, **repensar o significado mesmo da ação política**. **Redesenhar a realidade** tendo como **orientação novas idéias**, eis o seu propósito inicial. (ROSENFIELD, 2004, p.21, grifos nosso).

Este ensaio nos traz algumas idéias, conceitos do que possa vir a ser 'os limites de ação do Estado. Transcrevemos a seguir alguns trechos de ROSENFIELD (2004), ilustrativos e elucidativos que irão coligir a afirmação de que os 'limites' de ação do Estado, na extensão rural, pode ser impeditiva desta resultar no desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

> Ao indagar-se **pelos limites do Estado**, ele **procura determiná-los, circunscrevê-los**, diferentemente, **graças a uma ampliação das fronteiras – e dos direitos – da sociedade e dos indivíduos**. Estes não são considerados como entidades passivas, mas **como seres em processo de expansão vital**, tanto maior que essa vitalidade é desenvolvida em suas distintas propriedades culturais, artísticas, literárias e filosóficas. O **processo vital abre espaço** para uma **outra determinação de fronteiras**, a que **faz recuar o Estado para limites** que tem a finalidade de "des-politizar" as relações humanas, exibindo a sua riqueza, complexidade e diversidade. **Se uma fronteira se amplia, a outra se retrai**.
>
> Para que **haja**, então o **redesenho de fronteiras**, torna-se **necessário pensar os limites da ação estatal**.[...] Logo, Humboldt pergunta-se **pela eficácia da ação estatal**, por **seus efeitos**, indagando-se **se esses efeitos vão no sentido de realizar os anseios da sociedade e dos indivíduos**. (RONSENFIELD, 2004, p.24-25, grifos nosso).

Trazendo essas significações para o nosso objeto de estudo, verificamos em alguns autores que estudaram a ação da ATER do ITESP a indicação desta questão. Para corroborar e demonstrar, como se dá, e a implicação dessas 'limitações' pelo Estado, transcrevemos trechos de MASSELLI (1998):

> Segundo Cury, **ao Estado é imposta a função de manter o equilíbrio político e aliviar as tensões geradas pelo processo de acumulação capitalista**. Para tanto, ele **propõe-se a atender alguns interesses das classes dominadas**. É nesse **sentido** que **estão**

> **compreendidas a "abertura" democrática** e o **PVTP, dela derivado**: **políticas ambivalentes** que, para **salvaguardar os interesses dominantes, cederam em alguma medida, por certo tempo, a alguns interesses das classes subalternas**. (MASSELLI, 1998, p.52, grifos nosso).

e GOMES (2003):

> Na prática encontramos **pelo menos dois grandes entraves para que a ATER possa ser executada da maneira proposta** através de **uma instituição governamental** como o Itesp.
>
> Primeiro **o número de tarefas propostas** e **o padrão de qualidade que se espera em termos de organização, participação, crítica conjunta, etc**, não será realizada pelos técnicos que atendem em media 60 famílias nos projetos em início de implantação e 200 famílias na fase de consolidação, **com todos os tipos de carência e com o volume de procedimentos burocráticos exigidos pelas normas governamentais**, tanto para a execução orçamentária quanto **para as exigências da política de assentamento** e Reforma Agrária. **Não há tempos para tudo** e ambas atividades têm prazo para serem executadas.
>
> Segundo, **como podem os técnicos manter-se vinculados às lutas dos trabalhadores quando o patrão que os emprega não tem como prioridade o atendimento aos próprios trabalhadores**? A **quem deve estar mais dedicado**, a quem paga seu salário e **muda de política conforme quem governa** ou quem ele atende diariamente? (GOMES, 2003, p.42-43, grifos nosso).

Os 'limites de ação do Estado' também se dão internamente à instituição, nas relações de poder e na maior ou menor capacidade de influenciar, na direção de atendimento dos trabalhadores e suas causas. Há sempre a tentativa do alargamento das fronteiras, conforme Humboldt aponta, se uma 'fronteira se amplia a outra se retrai'. Há sempre um movimento 'graduado', que se dá conforme quantidade de 'forças' presentes. Para ilustrar esta situação, transcrevemos GOMES (2003) que descreve o período de formação institucional - da fase de integração - onde percebemos a questão dos 'limites' no 'institucional' do Estado:

> No momento seguinte, de discussão do PCCS, foi utilizada a metodologia da "pesquisa participante" onde a inexperiência da Direção quanto ao método e **seu discurso "democrático" criaram uma falsa imagem** de que **tudo seria deliberado através de processo proposto aos funcionários**. Obviamente, **isso não poderia acontecer**. Propostas **em desacordo com a Direção** ou que eram claramente corporativas **não foram incorporadas**.
>
> **Todos sabem dos limites do Estado**, mas sobrou um ressentimento nos funcionários quanto ao processo e seus resultado final, que concretamente levou a perdas salariais. (GOMES, 2003, p.25, grifos nosso).

O alargamento das fronteiras estabelecidas pelos 'limites' de ação do Estado dependem sobremaneira das capacidades individuais (agentes de ATER) em influenciar, contornar os obstáculos, superar as dificuldades, desatar os nós, para verem os direitos atendidos (no sentido de avançar, caminhar). Também o Estado pode 'descaminhar' no sentido

contrário, do 'movimento graduado'. E o faz, também, de forma a contornar os 'limites' das 'forças populares' que pretendiam alargar as fronteiras – ver seus direitos atendidos. Um dos mecanismos de 'descaminho' é o da 'seletividade de políticas públicas' estudado por RODRIGUES (1997) onde o Estado procura 'legitimar' sua ação, na busca conciliatória de contornar, para não alterar as estruturas, como o processo de reforma agrária. Para ilustrar de forma elucidativa, este 'descaminho' de ação do Estado, transcrevemos trechos do artigo de RODRIGUES (1997):

> Constatou-se que na **primeira década da extensão rural no Brasi**l prevaleceu **a orientação humanista**, de **cunho assistencialista**, muito **identificada com as ações de legitimação do Estado**, porquanto priorizava a promoção integral do homem. A sua clientela preferencial era o pequeno agricultor e sua família, **expostos a intervenções cujo objetivo era a mudança e a formação de hábitos, condutas e habilidades que viabilizassem o seu progresso social e econômico**. **O crédito rural supervisionado** era a modalidade apropriada para respaldar este tipo de atividade já que **cobria financeiramente** não apenas **as operações agropecuária**s mas também **o plano de administração do lar**. Foi um período em que a agricultura, embora exercendo a função importante de suporte do programa de industrialização do País, mediante a transferência de excedente econômico, via confisco cambial, crescia extensivamente, **não sendo cogitadas intervenções governamentais mais agressivas** no sentido de transformar a sua base técnica.
>
> [...]
>
> Assim, o predomínio **da orientação humanista da extensão rural**, seja na **versão assistencialista**, seja na **versão critica**, mostra-se como **uma resposta institucional à ação legitimadora do Estado**, em situações conjunturais em que os requisitos funcionais de acumulação são atendidos primordialmente por outros tipos de políticas públicas que não a extensão rural. Por outro lado, **a predominância da orientação produtivista**, na sua versão mais extremada, é **identificada como uma resposta instituciona**l ao desenvolvimento do processo de valorização do capital, **em situações em que os requisitos formais da acumulação estão privilegiados na política de extensão rural**. (RODRIGUES, 1997, p.147-150, grifos nosso).

Compreendemos, portanto, que a significação dos 'limites de ação do Estado', como um processo que passa pelo alargamento das fronteiras, no sentido de buscar e garantir 'os direitos sociais'. Apresentamos a seguir, no próximo item, aspectos utilizados pela ATER que contribuem para o desenvolvimento rural sustentável dos assentamentos, através de aspectos que contribuem para contornar os obstáculos, superar as dificuldades e 'desatar os nós'.

5.2 Aspectos presentes nas ações de ATER que contribuem com o desenvolvimento sustentável dos assentamentos, ao superar os 'limites de ação do Estado'.

Para que se compreenda aqui, quais aspectos devam ser considerados, que contribuem a superar 'os limites de ação do Estado' pelas ações de ATER listamos os

seguintes elementos. Assim consideramos, portanto, os aspectos da 'participação', da 'ação e reflexão', da 'capacitação e animação', do 'dialogo permanente e mediação'. Devemos considerar estes aspectos e sua capacidade de influenciar, em percorrer uma 'escala graduada' que se situa entre as fronteiras, ainda que num processo de 'caminho' e 'descaminho'. As fronteiras são estabelecidas pelos 'limites de ação do Estado'.

5.2.1 O aspecto da 'participação' – os caminhos da ATER

Quanto ao aspecto da participação recorremos a contribuições de BORDENAVE (1983) na publicação "O QUE É PARTICIPAÇÃO?" O autor define que: 'são questões-chave na participação num grupo ou organização: qual é o grau de controle dos membros sobre as decisões ou quão importantes são as decisões de que se pode participar'. Assim, para o nosso caso em análise estamos verificando os 'limites de ação do Estado' que tem correlação com controles. Estabelecemos, a partir desta conceituação de BORNDENAVE (1983), adaptando uma 'escala' de 'participação' que avalia os níveis de controle e as situações implicadas decorrentes destes níveis. Aqui devemos analisar o controle estabelecido entre atender os interesses dos trabalhadores ou negá-lo. Para ilustrar, apresentamos a seguir figura gráfica adaptada de BORDENAVE (1983) para esta situação:

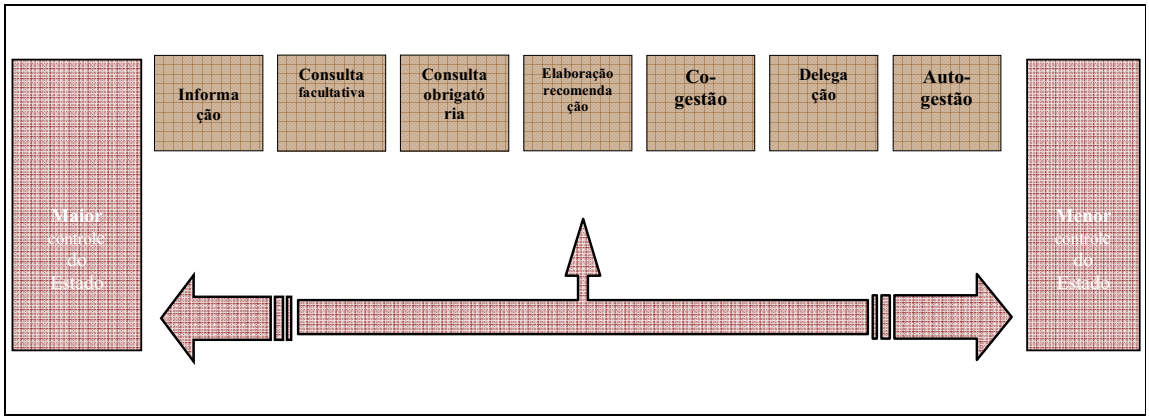

Figura 5 : situação gráfica do grau de controle do Estado e as correspondentes situações de 'participação'.

Assim, pela figura esquemática acima, quanto mais as ações de ATER seguir para direita menor o controle do Estado maior as possibilidades das ações de ATER atender as

necessidades dos trabalhadores. Quanto mais tender para a esquerda maior os controle do Estado nas ações de ATER e, portanto menor as possibilidades de atender as necessidades dos trabalhadores. Esta 'escala' mostra a amplitude do movimento pendular – o alargamento das fronteiras – dos direitos sociais. Aqui, portanto vale as habilidades do técnico de ATER em influenciar e criar as oportunidades de avanço na 'escala'.

O grau menor é o da informação' – apenas transmissão de informações (pedagogia da transmissão); consulta facultativa – quando se abrem espaços de 'consulta aos subordinados (técnicos) ou trabalhadores, solicitando críticas, sugestões, ou dados para resolver algum problema; consulta obrigatória – os subordinados (técnicos) ou trabalhadores são consultados em certas ocasiões, mas a decisão final pertence à direção ou ao técnico; elaboração/recomendação – os subordinados (técnicos) ou trabalhadores elaboram propostas, recomendações, soluções que a direção ou os técnicos aceitam ou rejeitam, mas sempre justificam as suas posições; a co-gestão – aqui os subordinados (técnicos) exercem a capacidade de influenciar de forma colegiada e os trabalhadores também exercem influências no caminho para as soluções dos problemas; a delegação – aqui os subordinados(técnicos) dispõe de certa autonomia para os encaminhamentos e os trabalhadores são investidos de certo 'empoderamento'; a auto-gestão – seria a ação libertária dos técnicos, indo a fundo nas raízes dos problemas com total autonomia para encaminhamento das soluções e os trabalhadores total envolvimento, um 'dialogo de iguais'.

5.2.2 A 'ação e reflexão' – 'movimento instituinte' – caminhos de ATER

A pedagogia da 'problematização' leva ao agente de ATER questões para a qual não estava preparado. Por outro lado, como disse Paulo Freire, ninguém problematiza e permanece impassível à situação sobre a qual ajudou a problematizar. O desenvolvimento entendido como crescimento, sucessão de etapas, como alteração das estruturas (quantitativo) também é evolução (qualitativo). A evolução do homem enquanto ser social no processo de ensino-aprendizagem se materializa na relação entre o que se ensina e o que se aprende. Esta evolução se estabelece no processo de 'ação' e reflexão sobre as práticas realizadas. Como vimos em itens anteriores, deste trabalho, a ATER do ITESP está marcada por estes momentos

de ‘ação e reflexão’. A ‘reflexão’ encaminha como força impulsionadora na direção das fronteiras dos’ limites’ de ação do Estado. Não se fica ‘imune’ e ‘impassível’ aos problemas. O técnico diante da avaliação do ‘quadro de forças limitantes do Estado’ pode decidir: ‘obedecer e não fazer, não fazer nada, deixar de fazer e criticar e ou simplesmente criticar as alternativas (implodir - desgastar) as limitações. Desta forma se encaminha para ações do ‘movimento instituinte’ quando são exercidas as capacidades máximas de influenciar nos rumos, direções, atividades – poder institucional - que garantam os direitos dos trabalhadores.

5.2.3 A ‘capacitação – animação’ – caminhos da ATER.

A capacitação como processo ‘educativo’ foi, desde a origem do ITESP – (a lei dos PVTP teve sua inspiração no ensino agrícola), elemento essencial nas ações de ATER para o alargamento das fronteiras dos ‘limites de ação do Estado’. Para corroborar recorremos a FAUNDEZ (1993) e transcrevemos trecho que ilustra a importância da capacitação:

> Os técnicos, os especialistas (médicos, agrônomos, enfermeiros, professores, engenheiros florestas, etc.) **nunca foram formados para aprender com o povo**, mas, ao contrário, para ensiná-lo, para transmitir-lhe “conhecimento”, para indicar-lhe soluções pré-estabelecidas a seus problemas, cuja natureza, na maioria das vezes, eles ignoram. **Os técnicos nunca foram, efetivamente formados para se tornar animadores e se engajar com o povo para aprender e para criar assim uma nova pedagogia**, uma nova democracia, nem foram formados para lutar pela construção de uma nova sociedade mais livre, mais justa e mais solidária. (FAUNDEZ, 1993, p.32-33, grifos nosso).

Conforme pudemos ver em itens anteriores, a ATER do ITESP está repleta de momentos de capacitação que caminham em direção da afirmação de FAUNDEZ (1983). Ou seja, a capacitação se destaca como um dos elementos essenciais para a ‘superação dos limites de ação do Estado’.

5.2.4 O 'diálogo permanente e a mediação' – caminhos da ATER.

Para dar conta da importância que o 'dialogo e a mediação' tem exercido nas ações da ATER do ITESP e a sua importância na superação 'dos limites de ação do Estado' recorremos à afirmações de FAUNDEZ (1993) cujos trechos transcrevemos a seguir:

> Mas uma **tal evidência**, ainda que essencial, tem sido também, substituída por uma contra-evidência: **a separação da teoria e da prática**. É claro **que todo o processo de conhecimento é, ao mesmo tempo, prático e teórico**; trata-se de uma relação dialética, na qual se passa de aspecto a outro, de modo permanente.
>
> [...]
>
> É certo, pois, que a **ação de conhecer implicará uma luta de ordem política** para conseguir **re-criar o diálogo essencial entre dois interlocutores que participam de uma troca**. (FAUNDEZ, 1993, p.17-22, grifos nosso).

Aqui fica claro a necessidade de 'mediação' de saberes entre técnico e agricultor. A limitação está localizada quando não se consegue estabelecer a relação 'dialogada'. A limitação fica estabelecida quando se pressupõe ser o técnico portador do conhecimento teórico e o agricultor do conhecimento prático. Podemos ver nos itens anteriores, o esforço e comprometimento da ATER do ITESP em estabelecer um 'diálogo de iguais'. Para corroborar, ainda, com a afirmação anterior, transcrevemos trecho do 'Cadernos do Itesp, nº 7':

> Nessas reuniões, **a troca de experiências relativiza** qualquer **excesso de envolvimento pessoal** e **assegura,** em conseqüência, a **distância necessária a redirecionar a ação junto aos assentamentos** sem prejuízo da eventual participação **organizada dos agricultores nesta ou naquela direção**.(ITESP, 2000 e. p.76, grifos nosso).

5.2.5 Contradições na Ação de ATER do ITESP.

Como aspecto contraditório da ação de ATER do ITESP no sentido educativo indicamos a atividade que se caracteriza como poder de 'polícia', do 'fiscal' que o agente de ATER tem que fazer quando é obrigado a 'notificar', 'fiscalizar' 'irregularidades' das famílias em relação ao 'contrato de uso da terra'. Estas atividades 'limitam' as ações de ATER, causam

um bloqueio ao desenvolvimento proporcionado pela quebra de confiança na relação agricultor e agente. Esta é uma atividade de controle do Estado, e desta forma 'limitadora' em relação ao aspecto 'educativo' desenvolvido pelo agente de ATER. É uma atividade que cria 'bloqueios' ao diálogo necessário nas relações estabelecidas pelo agente de ATER. É uma atividade necessária por tratar de cuidados com a coisa pública, mas que deveria ser executada por outro servidor e não pelo agente de ATER.

6 Conclusões

Verificamos no desenvolvimento deste trabalho o esforço, do 'comprometimento' dos técnicos de ATER em construir uma instituição, no seio do Estado capitalista, que procurasse atender os anseios dos trabalhadores. Ainda, que de certa forma, como uma política de compensação e 'negação' do conflito de interesse. O esforço foi realizado de forma permanente, em alargar as fronteiras – dos direitos sociais, da cidadania – estabelecida pelos 'limites de ação do Estado'. Há uma busca permanente, que se vale da capacidade e oportunidade de 'influenciar' as decisões de forma a contornar, superar, a 'desatar os nós' como essência básica do desenvolvimento sustentável dos assentamentos rurais e da Agricultura Familiar.

Tendo como significação que o 'desenvolvimento' representa crescimento, sucessão de etapas e mudanças de estruturas (aspecto quantitativo) e evolução (aspecto qualitativo) os 'limites de ação do Estado' caracteriza justamente o obstáculo, os 'nós' a esse processo. Assim se desejamos um processo de desenvolvimento, seja ele quantitativo ou qualitativo as ações de ATER devem se dar na direção de remover estes obstáculos, esses 'nós'. Portanto, as ações de ATER, presente em um aparelho de Estado (instituição) que deseja um processo de desenvolvimento sustentável precisam se envolver com a remoção, superação, 'desatar os nós' que estão presentes nos 'limites de ação do Estado'.

Pela nossa análise da história institucional do ITESP e das práticas de ATER desenvolvidas, percebemos os esforços, de romper os 'limites de ação do Estado' em direção ao desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

O ITESP nasceu do impulso para se trabalhar a Reforma Agrária, gestado na efervescência 'democrática' com alto grau de comprometimento com os trabalhadores rurais mais desvalidos – os sem terra. Este compromisso fez do desenvolvimento institucional uma 'cultura' de como lidar com as questões de superar 'os limites de ação do Estado' para promover o desenvolvimento sustentável dos assentamentos rurais – uma 'categoria da agricultura familiar'. Os assentamentos provenientes da luta pela Reforma Agrária são mecanismos de criação de novas 'unidades de produção familiares'. Por suas características a Agricultura familiar é uma das formas de agricultura que dependem da intervenção do Estado

para lidar com a questão da terra, do território, de transformação estrutural deste território, ou seja, do desenvolvimento rural sustentável. Além das alterações do território a agricultura familiar é modificada pelas ações de ATER que contribuem para o seu fortalecimento. Pela análise histórica da trajetória de desenvolvimento institucional do ITESP, com toda a sua 'cultura institucional', podemos afirmar que o ITESP seja um órgão altamente qualificado para atuação no desenvolvimento da agricultura familiar paulista. Desta forma o ITESP está qualificado para extrapolar suas ações para além de suas atuais atribuições (assentamentos e quilombos) em direção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar paulista.

A 'ação e reflexão' das ações desenvolvidas pelo ITESP durante toda a sua formação institucional e as formas de 'capacitação' e preparação de seus quadros técnicos 'na teoria e na prática' produziu uma 'cultura institucional'. Esta 'cultura institucional' cumpriu com um dos objetivos iniciais, quando de sua criação, que era a formar quadros técnicos para trabalhar com a Reforma Agrária de forma democrática (e atualmente com a Agricultura Familiar). Hoje temos vários colegas que passaram pelo ITESP servindo em outros órgãos públicos, que levaram esta formação, como por exemplo, para citar um de maior destaque – o MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário. Assim, pela nossa análise, podemos afirmar que o ITESP se tornou uma 'Universidade Corporativa' na formação de quadros técnicos para atuarem na área do desenvolvimento rural sustentável sob o enfoque da agricultura familiar.

Por último, cabe preparar a modernização para que o ITESP não se transforme numa 'instituição esclerosada'. No item em que analisamos as fases de desenvolvimento institucional de um aparelho de Estado, uma última fase era a da 'adaptação, modernização ou do término consciente'. Analisamos as possibilidades para um último estágio de desenvolvimento institucional "onde organizações morrem quando falham e não são mais necessárias". Para as organizações da iniciativa privada quando se chega na situação da organização não ser mais necessária teríamos naturalmente sua falência ou uma morte consciente. Mas, para organizações públicas – estatais, estas instituições não se tornam apenas velhas, mas 'esclerosadas', dispondo de muitos recursos, mas não servindo mais, realmente, as necessidades humanas. A imagem 'esclerosada' é significação que se tornou senso comum para nós, dos órgãos públicos, que se perderam nos objetivos e no emaranhado burocrático. Ao se esquecer da finalidade de sua existência – servir aos interesses da sociedade - no nosso caso, aos trabalhadores da agricultura familiar é o caminho para o 'esclerosamento'.

Concluímos, portanto que continuar os esforços institucionais de superar os 'limites de ação do Estado' em não deixar o ITESP virar uma 'instituição esclerosada' pode se feita pela sua modernização – uma inovação para gestão publica. A inovação estaria na 'autonomia' destes grupos técnicos focados na demanda dos 'clientes' – os agricultores familiares através de processos participativos, democráticos. Que o ITESP continue a ser digno do público com que trabalha – os agricultores familiares paulistas.

7 Referências bibliográficas

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária. **Reforma Agrária.** Campinas – SP, v. 15, n.1, jan/fev/mar/abr, 1985.

ALMEIDA, J.A. **Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia.** Brasília - DF, MEC/ABEAS, 1989. 182 p.

BARROS, E.V. **Princípios de ciências sociais para a extensão rural.** Viçosa – MG: Universidade Federal de Viçosa, 1994. 715 p.

BERGAMASCO, S.M.P.P. Extensão Rural: passado e presente no discurso e na prática.In CORTEZ, L.A.B.; MAGALHAES, P.S.G. (Coord.) **Introdução à engenharia agrícola.** Campinas – SP. Editora da UNICAMP, 1992. p. 353-363.

BEZERRA, M.C.L.; VEIGA,J.E. (Coord.) **Agricultura sustentável.** Brasília - DF, Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 2000.

BILHIM,J. **A governação nas autarquias locais.** Porto – Portugal: SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação, 2004. 93p.

BORDENAVE, J.E.D. **O que é participação.** 6 ed. São Paulo - SP: Brasiliense, 1983. 85p. (Coleção Primeiros Passos).

BORDENAVE, J.E.D.; PEREIRA.A.M. **Estratégias de ensino-aprendizagem.** 16 ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 1995. 316 p.

BUAINNAIN, A.M et al. **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos.** Campinas - SP, Editora da UNICAMP, 2007, 240p.

CARVALHO, C.A.P.; VIEIRA, M.M.F.; LOPES,F.D. Contribuições da Perspectiva Institucional para Análise das Organizações. EnANPAD 1999. Disponível em: http://www.anpad.org.br/enanpad/1999/dwn/enanpad1999-org-26-pdf . Acesso em 15 ago. 2008.

CAPORAL, F.R. **La extensión agrária del sector público ante los desafios del desarollo sustenible: el caso de Rio grande do Sul.** Brasil. Tese de Doutorado. Programa de Doctorado em Agroecologia, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, Espanha, 1998.

CAPORAL, F.R. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público.** Santa Maria – RS. UFSM, 1991. (Dissertação de Mestrado)

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências sociais: evolução e desafios**.** In: **Revista Portuguesa de Educação,** Braga, Portugal, v.16, n.2, p.221-236, 2003.

D'INCAO, M.C. Assentamentos rurais do Estado de São Paulo: Notas sobre os impasses da assessoria técnica estadual. In: Itesp - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "Jose Gomes da silva". **Cultivando Sonhos: caminhos para a assistência técnica na reforma agrária.** 2 ed. São Paulo - SP: Itesp, 2000. p. 59-91. (Cadernos Itesp nº 7 – parte II).

D'INCAO, M.C. A experiência dos assentamentos: contribuição ao debate político da Reforma Agrária. In: **Lua Nova**: São Paulo – SP, n.23, p.85-106. 1991.

FAUNDEZ, A. **O poder da participação.** [tradução Ligia Chiappini e Eliana Martins] São Paulo – SP: Cortez, 1993. 119 p. (Coleção questões da nossa época - v. 18).

FONSECA, M.T.L. **A Extensão rural no Brasil, um projeto Educativo para o Capital.** São Paulo – SP: Loyola, 1985. 192 p.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação? [**tradução de Rosisca Darcy de Oliveira] 7.ed. Rio de Janeiro – RJ: Paz e Terra, 1983. 93 p.

GARCIA FILHO, D.P. **Guia Metodológico: Analise Diagnóstico de Sistemas Agrários.** Brasília – DF. INCRA, 1994. 55p.

GRAZIANO, J.F. **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira.** São Paulo - SP, 2.ed, HUCITEC, 1980.

GOMES, M.J.M. **Estudo sobre a consciência política dos técnicos da Extensão Rural em assentamentos do Estado de São Paulo**. São Paulo – SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003. 149 p. (Dissertação de Mestrado)

ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "Jose Gomes da silva". **Cultivando Sonhos: caminhos para a assistência técnica na reforma agrária.** 2 ed. São Paulo - SP: Itesp, (Cadernos Itesp nº 7), 2000. 96 p.

ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "Jose Gomes da Silva". **Sítios e 'situantes': planejamento territorial e cálculo de módulo para assentamentos rurais.** São Paulo – SP: Itesp, (cadernos Itesp nº 8), 1998. 144p.

ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "Jose Gomes da Silva". **Construindo o Futuro: Política de Investimentos em Assentamentos Rurais, seus Custos e Resultados.** São Paulo – SP, 2.ed. : Itesp, (cadernos Itesp nº 10), 2000. 182p.

ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "Jose Gomes da Silva". **Fatos da Terra.** São Paulo – SP, n.6, p. 8-9. 2001.

ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "Jose Gomes da silva". **Mediação no Campo: Estratégias de Ação em Situações de Conflito Fundiário.** 2 ed. São Paulo - SP: Itesp, (Cadernos Itesp nº 6), 2000. 128 p.

ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "Jose Gomes da silva". **A Assistência Técnica e Extensão Rural do DAF – uma visão crítica.** São Paulo - SP: Itesp, (mimeo), 1997. 7 p.

KRAUSZ, R. R. **O poder nas organizações.** São Paulo – SP, Nobel, 1998. 71p.

LAPASSADE, G. **Grupos, Organizações e Instituições.** Rio de Janeiro – RJ. Francisco Alves, 1977. 320 p.

MAGUEREZ, C. **Análise do sistema paulista de assistência a agricultura.** Campinas – SP. 1970. (Relatório de assessoria prestada a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI)

MASSELLI, M.C. **Extensão Rural entre os sem-terra.** Piracicaba – SP: Editora UNIMEP, 1998. 165 p.

MASSELLI, M.C. **Extensão Rural: novas perspectivas a partir da situação de assentamento.** Campinas – SP: Unicamp, 1994. 200 p. (Dissertação de Mestrado).

OLINGER, G. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil.** Forianopolis – SC: EPAGRI, 1996. 523p.

OLINGER, G. **Métodos de extensão rural.** Florianópolis – SC: Epagri, 2006. 136p.

OLIVEIRA, M. M. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia.** Brasília – DF, v.16, n.2, p.97-134, 1999.

OLIVEIRA, A.P.B.I. **Formação de pessoas nas organizações.** São Carlos – SP: UFSCar, 1990. (Dissertação de Mestrado).

PINTO, L. B. **A importância da diversidade entre os iguais: um estudo de caso da assistência técnica e extensão rural em um assentamento no pontal do Paranapanema – SP.** Campinas – SP: Unicamp, 2005. 127 p. (Tese de Doutorado).

PONTES, R.M. **A proposta participativa da extensão rural no Paraná de 1980 a 1986.** São Carlos – SP: UFSCar, 1990. (Dissertação de Mestrado).

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** 3.ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999. 334p.

SCHAEFER,C; VOORS,T. **Desenvolvimento de iniciativas sociais: da visão inspiradora a ação transformadora**. São Pulo – SP: Antroposofica, 2005. 246 p.

SPINK, P. Continuidade e descontinuidade em organizações públicas: um paradoxo democrático. **Cadernos FUNDAP.** São Paulo –SP, n.13, p.57-65, 1987.

SOUZA FILHO, J. B. O patrimônio imobiliário do Poder Público e a questão agrária. **Cadernos FUNDAP.** São Paulo –SP, n.17, p.87-92, 1989.

SUNKEL, O.; PAZ,P. **Os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro – R.J: Fórum/Hachette. 1974. 54p.

RODRIGUES, C.M. **Estado e seletividade de políticas públicas: uma abordagem teórica e evidências empíricas ao nível de extensão rural no Brasil.** Brasília – DF: UnB, 1994. 295 p. (Tese de Doutorado).

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de Políticas Públicas e sua Aplicação no contexto da Política de Extensão Rural no Brasil. In: **Cadernos de Ciência e Tecnologia.** Brasília – DF, v.14,n.1, p.113-154, 1997.

ROSENFIELD, D. L. Qual a necessidade do Estado? In: **Wilhelm Von Humboldt – Os Limites de Ação do Estado.** Rio de Janeiro – RJ: Liberty Fund, 2004. 374p.

TURATTI, M. C. M. Rebouças, Lídia Marcelino. O planejado e o vivido: o reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema. In: **Revista de Antropologia.** São Paulo – SP, v.44, n.1, p.313-316, 2001.

VEIGA, J.E. **A Reforma que virou suco – uma introdução ao dilema agrário do Brasil.** Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 1990. 157p.